MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO

ESTADO DA PARAIBA

EM 1.º DE JUNHO DE 1950

PELO

GOVERNADOR OSWALDO TRIGUEIRO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE
JOÃO PESSOA – PARAÍBA – 1950

647 3 4 51

Srs. Membros da Assembléia Legislativa:

Tenho a honra de apresentar, mais uma vez, á Assembléia Legislativa, na oportunidade da abertura de seus trabalhos ordinários, a Mensagem prevista no Art. 52, IX, da Constituição.

A vida política do Estado transcorre normalmente. Os poderes estaduais desempenham suas atribuições em ambiente de independência e de respeito, característico do bom estilo democrático. Abrigados nas prerrogativas da autonomia reconquistada, desenvolvem os municípios suas atividades de govêrno, num clima de trabalho altamente propício ao florescimento das instituições. Não se registra ocorrência que tenha comprometido o regime de ordem reinante no Estado, dentro do qual todos vivem e trabalham tranqüilamente, no pleno goso de direitos e garantias que, no atual período de govêrno, teem sido exemplarmente assegurados.

As relações do govêrno estadual com o da União mantêm-se com inalterável cordialidade, tanto no que diz respeito aos serviços federais aqui sediados, como no que concerne aos entendimentos com os altos poderes da República, em favor dos interesses do Estado.

Em 30 de setembro do ano passado tivemos a honra de receber a visita do General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, que foi acolhido pelo povo paraibano com as mais expressivas homenagens. O Chefe da Nação estendeu sua visita á cidade de Campina e aos municípios de Sousa e Piancó, onde inspecionou os ser-

viços e instalações do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, nas barragens de São Gonçalo e Curema.

Como em relação aos demais Estados, a visita presidencial á Paraiba muito contribuiu para estreitar as boas relações que acima ressaltei, ao mesmo tempo que deu positivo atestado do interêsse crescente do govêrno central pelos problemas dos Estados e municípios, em todas as regiões do país.

A recepção do Presidente Eurico Dutra foi realçada com a presença em nossa capital dos governadores de cinco Estados visinhos. Tivemos a honra de ver aqui reunidos os Governadores Barbosa Lima Sobrinho, Faustino de Albuquerque, José Varela, Silvestre Péricles e José Rollemberg Leite, respectivamente de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Esse fato, decerto inédito em nossa vida política, sôbre ser uma distinção conferida á Paraíba, bem reflete a nova mentalidade que domina a vida republicana no campo das relações inter-partidárias.

* * *

Não tiveram solução de continuidade as obras federais que estão sendo empreendidas no Estado, algumas delas de importância fundamental para o nosso desenvolvimento econômico. Está em primeiro lugar o prolongamento ferroviário de Campina Grande a Patos, destinado a ligar o litoral ao Sertão, ao mesmo tempo que a articular o sistema da Great Western com a Rêde Viação Cearense. No campo rodoviário prosseguem, com relativa intensidade, os trabalhos do trecho Catolé do Rocha — Jardim de Piranhas e os da estrada de penetração do Vale do Piancó. São rodovias que in-

teressam de perto ao progresso da região sertaneja, a primeira aproximando o noroeste paraibano da Zona do Seridó, no Rio Grande do Norte; a segunda abrindo acesso permanente aos municípios do sudoeste, e através deles ligando Patos á Transnordestina, próximo á fronteira cearense.

Tambem merece especial referência a construção da barragem do Mãe d'Água, complementar da de Curema, cuja conclusão, provavelmente até 1951, dará á região sêca da Paraíba um reservatório de um bilhão e trezentos milhões de metros cúbicos. O Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas já está cuidando do plano de aproveitamento hidro-elétrico dêsse sistema, o qual além da produção de energia para as necessidades da região, tem em vista tornar perene o curso do Rio Piranhas.

O plano Salte, recentemente sancionado, traz-nos segurança de continuidade na realização das obras federais de maior vulto, ao mesmo tempo que proporcionará recursos para a solução de outros problemas, que não podem ser enfrentados sem a ajuda financeira da União Federal. Assinalo, dentre êstes, o do reaparelhamento do Pôrto de Cabedêlo, que há vários anos vem merecendo a atenção do Govêrno do Estado e do Ministério da Viação, conforme será relatado no capítulo próprio desta Mensagem, mas que depende de financiamento acima das nossas possibilidades orçamentárias.

No que concerne aos problemas rodoviários, o plano Salte consigna recursos para obras regionais da maior importância. A pavimentação do trecho Natal-João Pessoa-Recife-Maceió, nêle prevista, vem ao encontro de premente aspiração. Com a intensificação crescente do tráfego, as estradas de terra tornam-se dema-

siada onerosas — imprestáveis na estação das chuvas e excessivamente dispendiosas em sua conservação. A construção de uma moderna rodovia com pavimentação de tipo superior, entre as quatro capitais, é empreendimento de largo alcance para a vida econômica do Nordeste.

Como acentuei em mensagem anterior, é na execução dos planos de cooperação que o Govêrno Federal tem contemplado a Paraíba com auxílios substanciais, concedendo-nos recursos em escala sem precedentes, para a solução de problemas fundamentais. Através do sistema de acôrdos, a que tem dado extraordinário impulso, o Ministério da Educação e Saúde, nos últimos cinco anos, tem concedido ao Estado, aos municípios e a instituições privadas, ajuda financeira inestimável para a construção, ampliação e equipamento de escolas, hospitais, maternidades e serviços assistenciais de toda a sorte.

Nêsse quadro de realizações destaca-se o plano federal de construções escolares, que aquele Ministério vem executando em todo o país, e graças ao qual fomos beneficiados com cêrca de quarenta milhões de cruzeiros, destinados a escolas rurais, grupos escolares e estabelecimentos de ensino médio. Com êsses subsídios tornou-se possível ao Estado construir e equipar, em cinco anos, salas de aula em número superior ao total existente em 1946.

Considero inestimáveis os benefícios dessa política de cooperação, a que a administração do Presidente Eurico Gaspar Dutra deu novo sentido e imprimiu rítmo inusitado. Se ela tiver a desejada continuidade, podemos acreditar na solução progressiva de problemas como os de educação e saúde, sobretudo nos Estados financei-

ramente mais fracos, em que nada se pode fazer sem a cooperação do govêrno nacional. Se ela fôr praticada racional e equitativamente, trará sem dúvida uma contribuição decisiva ao progresso social do país, tornando a ação do poder federal extensiva a todas as regiões e ás áreas tradicionalmente esquecidas e, por isso mesmo, mais sensíveis aos efeitos dessa política renovadora

* * *

Tenho assinalado repetidamente, em minhas Mensagens, a difícil conjuntura financeira em que se debatem os Estados, em consequência da nova discriminação de rendas da Constituição de 1946. Não se contesta que era imprescindível reforçar as fontes tributárias dos municípios, que não podiam continuar no regime de indigência financeira a que os reduzira o regime anterior. Mas o certo é que êsse refôrço se operou á custa dos Estados, cujos recursos já não eram suficiêntes para o custeio de seus encargos tradicionais, cada dia mais prementes e mais onerosos.

Para a maioria dêles a situação já se apresenta insustentável e está a exigir reforma radical da organização tributária, inclusive a revisão de alguns preceitos constitucionais que a prática revelou inexequíveis. Com efeito, a Constituição transferiu dos Estados para os municípios os 50% de impôsto de indústrias e profissões que os primeiros arrecadavam; limitou a 5% o percentual dos tributos de exportação; extinguiu os impostos não previstos na discriminação constitucional; tornou impraticável a criação de novos impostos, porque destes os Estados somente podem auferir 40%; e ainda

manda restituir aos municipios 30% do excedente verificado sôbre as arrecadações locais.

No caso paraibano essas limitações foram agravadas com a renúncia do Estado ás contribuições que, desde 1930, eram pagas pelos municipios para a manutenção do ensino e, ainda, pela deliberação do poder legislativo que fez retroagir o pagamento da restituição prevista no art. 20 da Constituição Federal ao exercício de 1947. Somadas todas essas perdas verifica-se que o Estado sofreu, em consequência, somente no exercício de 1949, prejuizo de cêrca de vinte milhões de cruzeiros.

A essas circunstâncias, decorrentes da nova discriminação de rendas, juntam-se outras de caráter permanente ou ocasional, que muito contribuem para a situação de dificuldades financeiras que os Estados, quase sem exceção, estão atravessando. De um lado, crescem dia a dia as solicitações do interêsse público no sentido da expansão e melhoria de serviços essenciais, que os municípios em geral não estão em condições de prover. O custeio dêsses serviços encarece de ano para ano, acompanhando o encarecimento geral da vida. Êsses onus são constantemente agravados pelos frequentes aumentos de vencimentos, de que a União é a primeira a usar acima das suas possibilidades de tesouraria. De outro lado, decresce a receita de alguns tributos básicos, como o de exportação, por fôrça do regime de licenciamento instituido para o comércio externo.

Infelizmente não vemos como pudesse a Paraíba fugir aos efeitos dessa situação de aperturas fiscais criada para os Estados. Também aqui perdemos receitas consideráveis em favor dos municípios, demos ao funcionalismo aumentos que as nossas possibilidades não comportavam, sobretudo em face do Artigo 44, da

Constituição Estadual, registrando, por fim, no exercício passado, acentuado declínio de receita, cousa que não se verificava desde 1942. Basta acentuar que, enquanto subiu consideravelmente o custeio dos serviços normais da administração (inclusive pela instituição do salário-família e pela obrigatoriedade de certas dotações constitucionais), a receita ordinária desceu de 118 milhões em 1948 para 108 milhões em 1949.

Nas Mensagens anteriores tenho focalizado todos êsses fatos, que ameaçam a estabilidade financeira do Estado e estão a reclamar providências salvadoras, a começar pela imprescindível restrição nos gastos adiáveis. Assinalei especialmente as dificuldades que marcavam a execução orçamentária de 1949, dada a circunstância, entre nós sem precendentes, de ter sido votada já com deficit a lei de meios do exercício.

Para uma receita ordinária que o poder executivo estimou em 115 milhões e que sòmente produziu 108 milhões, votou-se um orçamento de despêsa de 12[illegible] milhões, despêsa esta que, com o acréscimo dos créditos adicionais, inclusive os saldos dos créditos plurienais transferidos, se elevou a 172 milhões. Assim sendo, o ano financeiro teria terminado com um deficit de 64 milhões, se o govêrno não houvesse contado com apreciável reforço na receita extraordinária. Os balanços da Contadoria Geral, anexos a esta Mensagem, demonstram que a receita global foi de Cr$ 125.064.854,00 e que a despêsa global se elevou a Cr$ 143.195.366,00, tendo-se como resultado o deficit de Cr$ 18.130.511,90.

Todos êsses dados vêm corroborar as advertências repetidas do poder executivo no sentido do cumprimento do artigo 41 da Constituição, que não permite a criação de novos encargos financeiros sem a atribuição de re-

cursos correspondentes. Já o aumento de vencimento votado para o exercício corrente veio agravar uma situação que não pode perdurar sem afetar, de maneira irremediável, a normalidade financeira do Estado. A elevação de impostos decretada para fazer face a êsse aumento não representa mais de 50% do novo ônus criado para o tesouro, o que vem tornar ainda mais difícil a execução do orçamento no ano em curso.

Estando a encerrar-se o atual período de govêrno, cabe aquí um retrospecto da vida financeira do Estado nos três exercícios decorridos.

Em 1947, 1948 e 1949, o Estado teve uma receita geral de Cr$ 337.429.434,90, para uma despêsa global de Cr$ 357.564.242,75, o que acusa um deficit contabil de Cr$ 20.134.807,80. Êsse deficit, porém, se reduz a Cr$ 8.061.199,55, se considerarmos que no montante da despêsa está incluida a contabilização de Cr$ ..... 4.677.845,20, gastos de 1932 a 1946 pela rubrica de Agentes Pagadores (Lei n. 41, de 24|11|1947) e a liquidação de Cr$ 7.395.763,10 de dívidas reconhecidas, provenientes de administrações anteriores.

Do confronto da receita com o que foi realmente gasto nos três exercícios, resulta um deficit efetivo de Cr$ 8.061.199,55, ou seja de 2.4% sôbre o total das despêsas.

Para um período de três anos de govêrno, numa fase de transição financeira que impôs aos Estados os maiores sacrifícios, o desequilíbrio até agora verificado na execução dos nossos orçamentos, por sí só, não é alarmante nem capaz de comprometer o futuro das nossas finanças. Sobretudo se considerarmos que êste passivo é de muito superado pelas inversões patrimoniais e despêsas de natureza reprodutiva, que o govêrno apresenta

em seu ativo de realizações. De fato, nos três exercícios decorridos, a administração dispendeu Cr$ 10.165.000,00 em estradas, Cr$ 37.401.255,60 em obras públicas e Cr$ 11.875.901,50 na restauração dos serviços industriais, ou seja um total de Cr$ 59.442.157,10 em empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado.

Por pequeno que seja em sua expressão percentual, o deficit verificado deve ser visto, entretanto, como séria advertência quanto á orientação financeira a ser seguida de agora por diante. Não é possivel continuarmos a elevar as despêsas normais do Estado com base em estimativas de receita que a realidade fiscal não confirma. Mais do que isso, não será possível manter os encargos de pessoal, no nível presente, sem reforço de rendas que venha restabelecer o indispensável equilibrio entre a receita e a despêsa.

Para o exercício corrente o govêrno adotou as providências impostas pela situação. As despêsas estão sendo comprimidas ao máximo, tendo a administração se abstido de iniciar quaisquer obras novas e tendo congelado, durante o primeiro semestre, as despêsas decorrentes de créditos especiais. Mas estas são medidas de emergência, que não podem ser mantidas indefinidamente, sob pena de paralização das atividades administrativas mais úteis, com prejuizo certo para a eficiência dos proprios serviços de rotina governamental.

O que a Paraíba gasta com educação e saúde, com o fomento da agricultura e com obras públicas em geral está ainda muito longe de atender ao mínimo das nossas grandes necessidades. O regime democrático reiplantado no país não pode alienar a estima e o apôio do povo, mantendo as administrações estaduais como organiza-

ções de finalidade meramente burocrática, sem recursos e sem capacidade para enfrentar os grandes problemas de solução secularmente retardada, dos quais depende o futuro do país e, com êste, a própria sorte das instituições

* * *

Apesar do relativo desenvolvimento de nossa indústria, cuja produção anual já é de cêrca de um milhão de contos (precisamente Cr$ 808.004.390,00 em 1948), a economia paraibana tem todas as suas bases assentadas nas atividades agrícolas. Daí a precedência natural que devemos dar aos problemas da agricultura, que não podem deixar de merecer atenção preferencial por parte do poder público.

Em uma área dez vezes menor que o Estado de Minas Gerais, abrangida em duas terças partes pelo polígono das sêcas, temos que produzir para todas as necessidades, a começar pelas alimentares, de uma população que, dentro de cinco anos, subirá a dois milhões de habitantes. Nestas condições, o progresso de nossa lavoura, visando a um volume ascensional de produção com rendimento crescente, é uma verdadeira condição de sobrevivência.

A despeito de continuarmos em segundo lugar entre os Estados que cultivam algodão, sua produção entre nós tem-se mantido estacionária. Nos últimos anos, porém, tem crescido a produção de cana de açucar, de cereais, de sementes oleaginosas e especialmente de sisal, que figura em segundo lugar na estatística de nossa produção agrícola, já superando em volume a própria produção algodoeira.

Através do Departamento da Produção, o govêrno do Estado vem dando á nossa agricultura a assistência

possível, dentro das contingências financeiras. As dotações orçamentárias para êsse fim têm sido consideravelmente acrescidas, com um aumento de 106% entre os exercícios de 1946 e 1949.

Além do fomento da cultura agavieira na zona do Cariri, que provavelmente terá nêsse plantio o caminho de sua reabilitação econômica, o Departamento da Produção concentrou esforços no sentido de melhorar a lavoura algodoeira e ampliar sua área de cultivo. Para isso alargou consideravelmente as atividades dos campos de cooperação que, de um total de cêrca de mil e quinhentos hectares em 1946, elevaram-se em três anos a dez mil hectares.

A assistência que devemos dar á agricultura tem como pontos básicos a mecanização da lavoura, que, a um só tempo, aumenta o índice de produção e supre as deficiências decorrentes do êxodo rural, a defêsa sanitária vegetal, com o combate ás pragas e a produção de sementes selecionadas. Do que se tem feito nêsse sentido dá ideia precisa êste simples confronto: enquanto nos exercícios de 1945 e 1946 o Estado dispendeu com a aquisição de máquinas, implementos, inseticidas e sementes apenas Cr$ 136.600,00, a atual administração dispendeu com a mesma finalidade Cr$ 5.018.197,00.

A assistência á lavoura, particularmente no que concerne á necessidade de sua progressiva mecanização, é hoje questão vital para o nosso Estado, cujos recursos infelizmente estão longe de permitir o financiamento de um plano dessa envergadura. Teremos de apelar, por conseguinte, para a cooperação do poder federal, que se deve expressar menos em simples atividades de asssitência técnica ou supervisão burocrática, do que na concessão de recursos que nos permitam modernisar nossa

agricultura e torná-la economicamente compensadora. Nos últimos anos a administração federal vem demonstrando que o meio mais eficiente de cuidar da educação e saúde do povo é cooperar financeiramente com Estados e municípios na construção de escolas e hospitais. Para aumentar a produção agrícola do país, torna-se imprescindível que a União ajude os Estado menos ricos a adquirirem as máquinas e instrumentos de trabalho que a nossa lavoura urgentemente reclama.

* * *

A situação deplorável em que o novo regime constitucional encontrou o ensino público na Paraíba dispensa explicações para os esforços que o atual govêrno desenvolveu nêsse terreno, até o limite máximo das nossas possibilidades financeiras. Para atender a inadiáveis necessidades, que estavam a exigir impulso no sentido da melhoria e ampliação de nosso sistema escolar, a administração estadual, em três anos, elevou de Cr$ .... 13.338.000,00 para Cr$ 23.054.000,00 os gastos com a instrução pública. Além disso, dispendeu cêrca de nove milhões em construções escolares e renunciou á contribuição que, para aquele fim, os municípios pagavam desde 1930, a qual representaria, no exercício corrente, mais de seis milhões.

A ação administrativa do Estado, nêsse setor, vem sendo coadjuvada pela assistência do govêrno da União, tendo ainda em seu favor o restabelecimento do ensino municipal. Já são visíveis os resultados dessa nova política educacional, que demonstrou o quanto poderá realizar, com a continuidade de vários anos, no sentido da solução do problema do analfabetismo.

As unidades escolares de ensino elementar em funcionamento elevaram-se de 859, em 1945, para 2.029 em 1949, já tendo sido criadas mais 100 escolas no corrente ano. No mesmo período a matrícula subiu de .. 69.184 para 132.224 e a frequência, de 43.086 para .... 82.205. Paralelamente, o número de professôres, nêle compreendidos os dos munícipios e das instituições privadas, passou de 1.528 para 3.218.

Acompanhando o progresso do ensino primário, melhora e expande-se consideravelmente o ensino médio. Os estabelecimentos existentes no interior estão em notável progresso, graças aos auxílios concedidos pelo Ministério da Educação, que permitiram á maioria dêles renovar o equipamento e realizar obras de ampliação. Autorizado pelo poder legislativo, o govêrno estadual também concedeu vários auxílios com aquela finalidade, dessa forma estimulando e auxiliando os ginásios e cursos normais do interior. Aos dezesseis estabelecimentos de ensino médio que alí existiam, juntam-se mais seis, recentemente criados ou em organização, nas cidades de Pombal, Itabaiana, Piancó, Esperança, Mamanguape e Alagoa Grande. Além destes, que são de iniciativa particular, merece referência a construção, pelo govêrno do prédio destinado ao Colégio Estadual de Campina Grande, que deverá funcionar como estabelecimento oficial dos dois ciclos, nos moldes do existente na Capital.

O ensino superior, até há poucos anos inexistente entre nós, está sendo igualmente impulsionado por êsse movimento de reabilitação e progresso educacional. Cumprindo ponto capital de seu programa, posteriormente consagrado na Constituição do Estado, o govêrno criou a Faculdade de Filosofia e Letras da Paraíba, a que já deu completa organização. Seu funcionamento,

retardado pela necessidade de serem satisfeitas exigências do Ministério da Educação, deverá ter início no próximo ano.

Vindo ao encontro de velhas aspirações culturais, a iniciativa privada, que já instituira entre nós uma Faculdade de Ciências Econômicas, criou no ano passado a Faculdade de Direito e, já êste ano, a Faculdade de Medicina. A efetivação dêsses empreendimentos, acolhidos em nosso meio com justificado entusiasmo, e que tiveram dos poderes públicos os auxílios indispensáveis está na dependência da autorização de funcionamento da parte do govêrno federal, na forma de legislação do ensino.

A expansão que a instrução pública vem tendo nêstes últimos tempos, não seria possível sem o correspondente desenvolvimento de seu aparelhamento material, ou seja através da construção e equipamento de prédios onde o ensino possa ser ministrado com o confôrto indispensável. Nêste particular, nossa situação era de lamentável insuficiência, bastando acentuar que até 1946 o Estado apenas pudera construir e equipar meia centena de prédios para o ensino elementar. A atual administração já concluiu, construiu e adaptou trinta grupos escolares, devendo concluir mais sete até o fim do corrente ano.

É oportuno ressaltar a importância dos auxílios que o Govêrno da União tem concedido ao Estado, para a construção de prédios escolares. Acham-se em construção, em cidades e vilas do interior, treze grupos escolares, estando em vias de ser assinado novo acôrdo para mais dez. Somados aos estaduais os prédios construídos ou a construir com auxílio federal, teremos um total de sessenta novos grupos escolares em cidades e vilas do

Estado, o que representa em quatro anos um aumento de mais de 100% nas unidades dêsse tipo.

Nêsse particular, deve destacar-se a construção de escolas rurais, cousa que até agora não tinha sido possível ao Estado siquer iniciar com os seus próprios recursos. Nossas escolas funcionavam em casas particulares, a que quase sempre faltam os indispensaveis requisitos de confôrto e condições pedagógicas. Graças ao plano em boa hora posto em prática pelo Ministério da Educação, pudemos obter recursos para a construção, nêstes quatro anos, de 358 escolas tipo padronisado, já estando concluidas cêrca de duzentas, e a maioria destas em funcionamento efetivo.

* * *

De Cr$ 4.848.537,00 em 1945, as despêsas com os serviços de saúde pública elevaram-se a Cr$ ..... 10.917.593,90 no ano passado. Êsse aumento demonstra o esfôrço da administração estadual para melhorar e ampliar serviços que continuam muito aquém das necessidades do Estado. Apesar do aumento verificado, estariam êsses serviços em lamentável deficiência se não fosse a ajuda financeira da União, dada a cooperação do Ministério da Educação e Saúde, através de seus órgãos e serviços especializados. Essa cooperação teve, nos últimos anos, um incremento excepcional e vem proporcionando ao Departamento de Saúde do Estado colaboração técnica e recursos materiais, que nos têm permitido enfrentar a solução de vários problemas relacionados com a proteção da saúde do nosso povo.

Em 1947 apenas 23 das nossas cidades possuiam postos de saúde, achando-se sete dêlas sem médicos. Procurando cumprir um dos pontos fundamentais de seu programa, a atual administração, nêstes três anos decor-

ridos, preencheu os postos vagos, elevou á categoria de Centro o pôsto de Campina Grande, e creou 18 novos postos nas sédes de municípios ainda desprovidas desse serviço, inclusive na vila de Rio Tinto. Dos novos postos já se acham instalados e funcionando 12, devendo os seis restantes ser instalados até o fim do ano. Em sédes de distritos populosos foram ainda criados seis sub-postos de higiene, todos já instalados e em funcionamento regular.

No setor hospitalar a administração estadual forneceu recursos para a conclusão e equipamento do hospital de Itabaiana, está construindo, com auxílios federais, os hospitais regionais de Campina Grande, Guarabira e Itaporanga e, com a cooperação da Legião Brasileira de Assistência, está ultimando as obras do hospital regional de Patos. Está prestes a ser inaugurado o Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, em construção nesta Capital, em regime de acôrdo com o Serviço Nacional de Doenças Mentais. Deverá ser iniciada, ainda êste ano, a construção do novo hospital para tuberculosos, a ser construido pelo Serviço Nacional de Tuberculose, nos termos do acôrdo firmado com o Estado. Prosseguem as obras do Hospital Municipal de Antenor Navarro, achando-se tambem adiantadas as do hospital que a indústria açucareira da Várzea está construindo em Santa Rita. Dentro em breve, êsses vários empreendimentos, que evidentemente não poderiam ser custeados com os recursos exclusivos do Estado, virão ampliar consideravelmente a nossa rêde hospitalar, habilitando-a a suprir nossas deficiências mais graves.

No que diz respeito á maternidade e á infância, estão sendo executados os planos estabelecidos no acôrdo que o Estado firmou, em 1947, com o Departamento

Nacional da Criança. Acham-se em fase de conclusão as obras das maternidades de Bananeiras e Catolé do Rocha, bem como as da maternidade anexa ao Hospital Regional de Cajazeiras. Os pavilhões anexos aos hospitais de Sapé e Itabaiana estão em vias de funcionamento. No capítulo próprio desta Mensagem encontram-se informações minuciosas sôbre a execução dêsse plano, bem como sôbre a assistência que para essa finalidade o Estado vai receber do Fundo Internacional de Socorro á Infância.

A cooperação que estamos recebendo do govêrno federal tem produzido os maiores benefícios na realização das campanhas que, sob a orientação da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, estão sendo empreendidos contra as endemias rurais, preferencialmente na região do Brejo. São auspiciosos os resultados até agora obtidos nessas campanhas, especialmente quanto á bouba, ao tracoma e ás helmintoses. Por sua vez, o Serviço Nacional da Malária, dando execução a acôrdo firmado com o Estado, vem realizando entre nós trabalho notável e de resultados surpreendentes.

Os dados apresentados adiante dão ideia pormenorizada da amplitude de todos êsses empreendimentos que, em conjunto, representam um grande passo no sentido da solução dos problemas fundamentais em matéria de saúde e assistência sanitária ás populações do interior.

* * *

Apesar das enormes dificuldades financeiras, em que os Estados se debatem, foi-nos possível aplicar, em 1947, 1948 e 1949, como informamos linhas atraz, cêrca

de sessenta milhões de cruzeiros em obras públicas, em estradas e na ampliação de serviços industriais.

No ativo das obras públicas em geral, incluem-se as seguintes realizações: a conclusão de nove prédios escolares que o atual govêrno encontrou paralizados; a construção de mais vinte e três prédios da mesma natureza, dos quais dezesseis já inaugurados e em funcionamento; a conclusão das obras do Mercado Central de João Pessoa, do edifício séde da Repartição do Saneamento e do Hospital de Itabaiana; a construção da cadeia regional de Patos e da cadeia de Santa Rita; o reinicio das obras do Hotel de Monteiro; a construção dos açudes de Jurú, Manaíra e Riachão, além da contribuição estadual para os açudes sob regime de cooperação; a construção dos edifícios destinados ao Colégio Estadual de Campina Grande e á Secretaria de Educação e Saúde; obras de reparos e conservação em mais de sessenta próprios estaduais.

No conjunto das realizações do atual govêrno ressalta a iniciativa do plano geral para os serviços de água nas principais cidades do Estado, o qual se acha em plena execução e já apresenta resultados concretos animadores. O novo serviço da Capital, que custará, com as desapropriações, cêrca de quinze milhões de cruzeiros, deverá estar concluido até 30 de setembro. O abastecimento de Alagoa Grande acha-se em funcionameto desde março do ano passado. O de Catolé do Rocha já em fase final, deverá ser inaugurado dentro de três mêses. Já foram concluidos os projetos de Cabedelo, Santa Rita e Guarabira. Outros projétos em elaboração e estudos em andamento abrangem mais seis dos nossos núcleos urbanos mais importantes.

O plano de reforma e ampliação dos Serviços Elé-

tricos da Capital, orçado em Cr$ 16.989.912,00 está sendo executado normalmente, embora com o retardamento inevitável em empreendimento dessa natureza, condicionado a prazos longos para a fabricação e entrega do material de procedência estrangeira. A despeito do encargo que representa para o tesouro estadual, não era possível adiar-se a solução dêsse problema, que tão de perto interessa á vida da Capital e ao crescente desenvolvimento de nossa indústria.

No setor rodoviário vem a administração cumprindo suas obrigações para com o Departamento de Estradas de Rodagem, nas bases da legislação que disciplina, nêsse terreno, a cooperação dos Estados com a União. De 1947 a 1949 a contribuição do tesouro para aquela autarquia elevou-se a mais de dez milhões de cruzeiros que, adicionados ás cotas federais, que proporcionaram áquela autarquia os recursos necessários ao prosseguimento de suas atividades.

Entre as realizações rodoviárias do triênio em referência destacam-se: a construção da estrada Patos — Teixeira — Fôrno Velho; a conclusão da pavimentação entre a Capital e Santa Rita; a construção do trecho Teixeira — Desterro, de onde terá prosseguimento até Taperoá; a construção da ligação Marisópolis — Antenor Navarro, de onde prosseguirá até Luiz Gomes, via Uiraúna; a construção da ligação Catolé do Rocha — Patú; a construção da estrada Mamanguape Rio Guajú, visando á ligação João Pessoa — Natal pela região litorânea. Além das obras citadas, há a relacionar estradas de segunda classe nas ligações de Cupissura a Pintibú, de Princeza Isabel a Garrotes, de Jatobá a Aguiar, de Bonito a Itaporanga, de Alagoa Grande a Campina Grande.

No capítulo próprio encontram-se dados relativos ás principais características dêsses trabalhos, bem como a relação das obras que o D. E. R. está executando com os recursos do auxílio federal concedido pela Lei n. 316 de 31 de Julho de 1948.

* * *

As atividades administrativas do govêrno estadual, nos vários departamentos e serviços que integram a organização administrativa, vão a seguir relatadas com minuciosidade, de acôrdo com os dados fornecidos pelas Secretarias de Estado. Tanto quanto possível as atividades do exercício são confrontadas com as dos anos anteriores, para uma ideia exata do que se pôde realizar nesta fase de reestruturação constitucional e transição financeira.

Com esta Mensagem encaminho igualmente á Assembléia Legislativa as contas do exercício de 1949, de conformidade com o dispôsto no art. 52, IX, da Constituição do Estado.

FINANÇAS

A vitalização dos municípios brasileiros, que vem servindo de tema inspirador de uma legítima campanha de renovação nacional, foi um princípio vitorioso na Constituição de 1946 e se concretizou em vários dispositivos inscritos na magna carta, que abrem um vasto campo ao desenvolvimento econômico e social das nossas edilidades.

Se bem que sob o ponto de vista financeiro a situação do Brasil, no tocante á distribuição de rendas ás entidades municipais, não se possa comparar, por exemplo com a dos Estados Unidos, onde mais de 40% do total das rendas pertecem aos govêrnos locais, não resta dúvida que os municípios brasileiros foram grandemente aquinhoados, encontrando-se agora em condições muito mais favoráveis para se desenvolverem e progredirem.

Como é sabido, os novos recursos atribuidos aos municipios pela Constituição foram: a) os 50% de impostos sôbre industrias e profissões que tocavam ao Estado; b) a cota parte do excesso da arrecadação estadual de impostos sôbre o total das rendas locais, c) a cota parte do imposto federal sôbre a renda; d) a cota parte do impôsto sôbre combustíveis e lubrificantes; e) a cota parte do impôsto único sôbre minérios; f) os 40% da arrecadação de qualquer novo impôsto criado pelo Estado.

A restauração econômica dos municípios — não se deve entender de modo contrário — representa os funda-

mentos de uma política salutar, da qual só se podem esperar resultados positivos e compensadores. E' manifesto, porém, que, com a nova discriminação de rendas, os Estados foram duramente atingidos nas suas fontes de receita, ficando desprovidos de campo e incidência tributária bastantes para atender aos seus crescentes e pesados encargos.

Não se pode deixar de argumentar que, procurando sanar a iniquidade na distribuição das rendas entre a União, os Estados e os Municípios, a Constituição de 1946 incidiu no mesmo êrro ao mutilar os recursos dos Estados, que já não eram muitos nem bastantes para as suas necessidades, com o fim de melhorar as disponibilidades dos govêrnos locais, contribuindo de fórma ponderável para a angústia em que hoje se debatem as unidades da Federação. Por outro lado, ao transferir novas fontes de receita para os municípios, não cogitou de chamar a êstas muitas das funções caracteristicamente municipais, que continuam a cargo dos Estados, mal grado lhes faltem para isso os recursos necessários.

A Paraíba, embora sem a intensidade com que se manifestou em outras regiões do país, vem sofrendo as consequências dêsse desajustamento financeiro, verificando-se que as nossas arrecadações vêm perdendo aquele rítmo de crescimento assinalado em períodos anteriores. Perdemos a parte que nos cabia no impôsto sôbre indústrias e profissões, entregue de uma vez aos municípios, e sofremos as consequências da redução no impôsto sôbre exportação e da extinção gradual dos impostos sôbre exploração agrícola e industrial e sôbre transações e inversão de capitais, bem como da isenção do impôsto territorial para as propriedades até vinte hectares.

Ainda mais, para cumprimento do art. 20 da Cons-

tituição Federal, o Estado deverá entregar aos municípios 30% do excedente da arrecadação estadual sôbre a renda de cada um dêles. Nesta parte, é preciso convir que a experiência vem demonstrando a impraticabilidade do dispositivo constitucional. Dificilmente os Estados poderão dispôr de reservas para serem transferidas aos municípios, no momento em que os seus recursos se tornam insuficiêntes para atender às necessidades gerais da administração, para fazer face à expansão natural dos seus serviços ou realizar melhoramentos públicos inadiáveis. Demais, não é justo que o Estado transfira parcela dos seus recursos tributários aos Municípios, se lhe compete prover a execução de serviços que êstes, pela longa inércia a que estiveram acorrentados, não se acham capacitados para realizar.

Esta situação deve ser remediada. Que os estudiosos, os legisladores principalmente, encontrem a fórmula adequada, mesmo que seja preciso rever o têxto constitucional, contanto que se possa assegurar a vitalização dos municípios sem se chegar ao extremo de provocar o entorpecimento das administrações estaduais ou seu colapso financeiro.

Pela Lei 211, de 1948, que regulamentou o art. 5º da Constituição do Estado, os 30% do que exceder da arrecadação estadual sôbre as rendas do município serão entregues a êste, dentro de dez anos, a partir de 1947, na razão de um décimo a mais em cada ano. O Govêrno do Estado discordou quanto à inclusão do exercício de 1947, para efeito do cumprimento da obrigação constitucional e nêste sentido dirigiu-se à Assembléia Legislativa, ponderando que só tendo a discriminação de rendas, estabelecidas nos arts. 19 a 21 e 29 da Constituição Federal, na parte que modifica o regime anterior, entrado em

vigôr em 1 de janeiro de 1948, segundo o determinado nas respectivas Disposições Transitórias, a entrega da cota parte aos municípios só se tornaría obrigatória a contar dêsse último ano.

Ao Govêrno parece evidente que, em face das disposições constitucionais, não se acha o Estado obrigado a entregar aos municípios, em 1948, a cota do excedente da arrecadação de 1947, uma vez que nêste ultimo exercício ainda não estava em vigôr a nova discriminação de rendas, o que só se verificou a 1 de janeiro de 1948. Só nessa data é que passaram os municípios a ter direito á cota sôbre o excedente da arrecadação estadual, nos termos do art. 20. que modificou o regime anterior, no qual os municipios nenhuma participação tinham nas rendas do Estado. Assim entendido, o que entrou em vigôr a 1 de janeiro de 1948 não foi o prazo para a entrega do excedente; foi o próprio regime que firma, a partir dessa data, o direito dos municípios à cota do excesso da arrecadação estadual. Consequentemente, a primeira prestação da cota em aprêço só poderia ser entregue após a apuração do resultado do exercício de 1948, isto é, em 1949.

Não prevaleceu, contudo, o ponto de vista do Executivo, exposto na mensagem que enviou à Assembléia Legislativa, não obstante pareça ser esta a mais acertada interpretação do texto constitucional.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Constituição de 1946 não se extremou, apenas, em mutilar os recursos dos Estados. Com o regime de cotas obrigatórias criou novos encargos, os quais eleva-

ram as despêsas das antigas províncias a um nível que as suas arrecadações não comportam.

Em razão dos dispositivos constitucionais, vem o Estado aplicando compulsoriamente 3% da receita tributária na construção de açudes pelo regime de cooperação e outros serviços de assistência à população contra os efeitos da sêca, bem como 20% da renda dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. A satisfação dêste encargos, assim como os decorrentes de elevação e padronização de vencimentos, da concessão do salário-família e outros ônus, entre os quais os resultantes da volta ao regime constitucional, como o custeio e manutenção da Assembléia Legislativa, concorreram para o aumento considerável da despêsa pública registrado nêstes últimos anos.

Não se afigurava auspiciosa a situação em que de momento se encontrou o Estado, ao sentir, de um lado, os seus recursos diminuidos ou limitados, e, de outro, acrescidos os seus encargos e obrigações, num encontro de circunstâncias das piores consequências para a sua vida financeira.

Somente com a pêrda do impôsto sôbre indústrias e profissões houve uma redução na receita do Estado de Cr$ 8.442.540,00 em 1948 e Cr$ 8.540.103,00 em 1949, nêste último exercício somente computada a parte variável do impôsto. Incluidas as modificações verificadas nas outras espécies tributárias atraz enumeradas, a diminuição na receita, correspondente ás importâncias que deixaram de ser arrecadadas em virtude das disposições constitucionais, em 1949, é estimada em Cr$ .. 11.000.000,00.

Acrescenta-se a isso a perda das contribuições dos municípios para a instrução pública, que deixaram de

ser exigidas a partir de 1 de janeiro de 1949 e que tendo acusado um rendimento de Cr$ 4.141.415,20 em .. 1948, deveriam produzir atualmente cêrca de Cr$ ... 6.000.000,00. em virtude do aumento das rendas municipais. e da própria taxa prevista para essas contribuições.

E' verdade que, com o objetivo de compensar as perdas resultantes da nova distribuição de rendas e reajustar o quadro das receitas do Estado, elevou-se de 1,5% para 2% a taxa para a cobrança do impôsto sôbre vendas e consignações, majoração esta que, pela Lei 49, de 1947, entrou em vigor em 1 de janeiro de 1948. Mas o certo é que enquanto a receita dêsse tributo evoluiu de 43 milhões de cruzeiros em 1947, para 69 milhões em 1949, a despêsa do Estado elevou-se de 96 milhões em 1947 para 143 milhões em 1949, ou seja na proporção de 62% no primeiro caso e 67% no segundo.

A diferença acima demonstrada revela que na realidade não se processou o pretendido reajustamento, encontrando-se o Estado a braços com as mesmas dificuldades financeiras. E essa situação tende a agravar-se, não só pelo encargo decorrente do aumento de vencimentos e salários concedido aos servidores estaduais pela Lei 624, de 28 de janeiro do corrente ano, em base superior ao do recurso para êsse fim previsto em lei especial, como pela interferência de outro fator -- a queda de nossas exportações para o estrangeiro, refletindo-se no quadro da receita do Estado.

No exercício de 1949 houve uma diminuição de quatro e meio milhões de cruzeiros na receita tributária, em relação á arrecadada no ano anterior. Só no impôsto sôbre exportação registrou-se uma diferença para menos que excede de seis milhões de cruzeiros.

A nossa exportação para o extrangeiro, que foi de 66.751 toneladas em 1947 e de 68.610 toneladas em 1948, caiu para 50.272 toneladas de mercadorias em 1949. O algodão, cuja produção somou 24.207.189 quilos em 1946|47, elevou-se a 28.029.491 quilos em 1947|48, mas só alcançou 25.876.169 quilos em ..... 1948|49. Essa matéria prima, de importância fundamental para a economia paraibana, que dantes era quase toda exportada para fóra do país, está sendo vendida quase exclusivamente no mercado nacional, em detrimento da arrecadação do impôsto de exportação. A saída para o exterior, comparativamente com o exportado para o mercado nacional, nêstes últimos anos, foi a seguinte:

Ano	Para o interior	Para o exterior
1948	28.962.065 quilos	2.895.638 quilos
1949	26.948.442 "	855.242 "
1950 (jan. e fev.)	3.600.420 "	141.460 "

O milho, que forneceu o notável contingente de 40 milhões de quilos á exportação para o estrangeiro, em 1948, nada contribuiu em relação á exportação de 1949. Entretanto a fibra do sisal, cuja produção em 1948|49 foi de 27.110.645 quilos, contribuiu com 20.062.631 quilos para o nosso intercâmbio comercial com o exterior, concorrendo ainda com a maior percentagem do rendimento do impôsto de exportação.

A produção em geral do Estado continúa apresentando apreciável movimento, como o comprovam os algarismos divulgados pelos serviços de estatística ou referências que podem ser encontradas em outros lugares desta mensagem.

Entretanto, na nossa situação de Estado quase que exclusivamente produtor de matérias primas, a quéda das exportações para o estrangeiro não poderia deixar de criar uma situação de crise, com reflexos perturbadores nas finanças estaduais. As medidas de controle do comércio com o exterior adotadas pelo poder central, dificultam as nossa transações com mercados tradicionais, pois, com exceção dos Estados Unidos, nenhum país está em condições de comprar os nossos produtos sem a equivalente colocação das suas diversas manufaturas. Decái a exportação, como a importação, diminuem as transações comerciais, decrescem as rendas, tal é o quadro verdadeiro da situação econômica e financeira do Estado.

Em relação á situação financeira, reportando-se ás mensagens anteriores, pode-se estabelecer um retrospecto do que tem sido a orientação do Govêrno do Estado nêste setôr da administração pública.

Em março de 1947, o orçamento de pouco mais de 73 milhões de cruzeiros achava-se agravado em mais de 40 milhões, provenientes de créditos diversos, mas ao encerrar-se o exercício verificou-se a existência do saldo de Cr$ 23.433,25, que se converteu no deficit contábil de Cr$ 4.654.026,35, por terem sido regularizadas, conforme autorizou a Lei n. 41. de 24 de novembro de 1947, despêsas de exercícios anteriores, no total de Cr$ .... 4.677.845,20, que figuravam em conta de agentes pagadores.

Em 1948, já na vigência da nova discriminação de rendas e com o impôsto sôbre vendas e consignações majorado como acima esclarecido, com o orçamento equilibrado de Cr$ 101.800.000,00, realizou-se uma arrecada

ção de Cr$ 121.010.995,00 e dispenderam-se Cr$ .... 118.361.265,00, apresentado o exercício o saldo positivo de Cr$ 2.649.730,00.

Para o exercício de 1949 o Govêrno encaminhou à Assembleia Legislativa uma proposta orçamentária em que a receita e a despêsa eram estimadas em Cr$ .... 115.600.000,00. Entretanto, o orçamento votado, contrariando a nossa boa tradição financeira, elevou a estimativa da receita para Cr$ 117.465.648,00 e a despêsa para Cr$ 121.465.648,00, com o deficit previsto de Cr$ .... 4.000.000.00 e o encoberto de Cr$ 1.865.648,00 em relação á estimativa da proposta. A soma da receita realizada nêsse exercício foi de Cr$ 125.064.854,10, inclusive a importância de Cr$ 16.369.356,30, proveniente de operações de crédito, ou seja o total de Cr$ 108.695.497,80 de rendas efetivamente arrecadadas, com uma diferença para menos de sete milhões de cruzeiros sôbre a proposta orçamentária. Essa diferença dá uma ideia suficiente da queda verificada da nossa arrecadação.

Na mensagem anterior ficou demonstrado que a margem de excesso verificada nas arrecadações dos três últimos exercícios apresentava um declínio, expresso em Cr$ 18.330.294,00 em 1946, Cr$ 13.537.780,00 em 1947 e Cr$ 12.613.610,$$ em 1948. Em 1949, com referência ás rendas efetivamente arrecadadas, não houve margem de excesso, porém decréscimo em relação ao ano anterior. Vale a pena transcrever aqui a advertência formulada, a propósito, naquele documento: "Nestas condições, a situação financeira do Estado, se bem que, sob vários aspectos, se nos apresente satisfatória, não deve ser encarada com exagerado otimismo, em face do resultado demonstrado na execução orçamentária de 1948. Por outro lado, não devemos contar com um crescimento inde-

finido da receita nem esquecer que, ao lado desta, expande-se cada vez mais a despêsa, como consequência mesmo do custo sempre crescente do material e do pessoal empregado no serviço público e em razão do desenvolvimento permanente das atividades do Estado".

De igual modo, convém ficar expresso que o Govêrno, em documentos e publicações oficiais relacionadas com o assunto, nunca deixou de pôr em evidência êsse aspecto real das finanças estaduais. Na mensagem com que encaminhou á Assembléia a proposta orçamentária para 1950, observava que "o resultado da execução do vigente orçamento (o de 1949) nos seis primeiros mêses do exercício não é satisfatório" e demonstrava ao mesmo tempo, á luz dos algarismos, que não se poderia tomar como base para a estimativa da receita a margem de excesso verificada nos exercícios anteriores.

Em outro documento da mesma natureza (mensagem de 8 de julho de 1948), tratando da obtenção de recursos com que atender ao aumento de vencimentos do funcionalismo, afirmou: "está se verificando no corrente ano (1949) um alarmante decréscimo de receita em relação á despêsa fixada".

Todavia, encaminhando o processo orçamentário de 1950, o Govêrno apresentou á Assembleia Legislativa uma proposta calculada sôbre uma provável arrecadação, em 1949, de 125 milhões de cruzeiros, com uma márgem de excesso, para 1950, estimada em 11 mil cruzeiros, inferir ao índice de crescimento dos exercícios anteriores. Não tendo sido votada, em tempo, a lei orçamentária, foi, nos termos do art. 38 da Constituição do Estado, pelo decreto 198, de 1 de dezembro de 1949, prorrogado para o exercício de 1950 o orçamento vigente em 1949.

No tocante á despêsa, é preciso observar que, além

da fixação orçamentária devem ser levadas em conta as importâncias dos créditos plurienais com vigência em 1950, dos créditos especiais autorizados no exercício de 1949 e no primeiro semestre do atual, de encargos legislativos e obrigações outras, que elevam o total das despêsas autorizadas a Cr$ 188.160.424,00, assim discriminado:

Orçamento prorrogado	121.465.648,00
Créditos plurienais transferidos de 1949	23.417.910,00
Autorizações votadas pela Assembléia Legislativa até 31|3|1950 .. .	14.228.267,90
Autorizações votadas pela Assembléia Legislativa até 31|3|1950 .	14.228.267,90
Diferença no salário-família .. .	2.200.000,00
Prorrogação dos trabalhos da Assembléia Legislativa	800.000,00
Aumento ao funcionalismo	9.764.400,00
Créditos suplementares autorizados para 1950	5.000.000,00
Total das autorizações	188.160.424,00

Confrontando o total das despêsas autorizadas para 1950 com a receita prevista no orçamento prorrogado para o mesmo exercício, verifica-se uma insuficiência de recursos orçamentários superior a 70 milhões de cruzeiros

Êste é o quadro atual da situação financeira do Estado. Para enfrentá-la, determinou o Govêrno uma série de providências de caráter administrativo, corroborstanciadas em uma rigorosa compressão de gastos, bem

como uma severa fiscalisação da arrecadação, visando a equilibrar o orçamento ou, pelo menos, impedir um desajustamento de consquências mais graves para as finanças estaduais.

Não se há de pretender possa o Govêrno, de imediato, restabelecer o desejado equilíbrio financeiro, dada a desproporção verificada entre a receita e a despêsa. Adotando as providências aludidas, que são as mais indicadas para a circunstância, determinou ainda o Govêrno prosseguir na construção apenas das obras iniciadas ou inadiáveis, evitar o aumento do quadro do pessoal e congelar, durante o primeiro semestre ou definitivamente determinadas dotações orçamentárias.

Convém notar que o Govêrno está executando esta política de rigorosa compressão de gastos, sem prejuizo da realização dos serviços imprescindíveis ao progresso do Estado e á manutenção normal das suas atividades.

Particularmente ao corrente exercício, a situação tende a agravar-se, não só pela persistência dos fatores já indicados, como pelo crescente aumento de despêsas votadas sem a ocorrência de recursos financeiros para a sua cobertura, notadamente no que se refere ao aumento do pessoal.

O Govêrno insiste em chamar a atenção para o perigo que representa a continuação dessa política de aumento desordenado da despêsa de pessoal, de concessões de favores e benefícios individuais, sob pena de se gerar uma situação permanente de desequilíbrio orçamentário, que será o caminho da ruina financeira

A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei n. 248, de 6 de dezembro de 1948, que apro-

vou o orçamento do Estado para o exercício financeiro de 1949, estimou a receita em Cr$ 117.465.648,00 e fixou a despêsa em Cr$ 121.465.648,00, com o deficit previsto de Cr$ 4.000.000,00.

A transferência de saldos de créditos plurienais e a abertura de créditos especiais e suplementares durante o exercício, em virtude de autorizações legislativas, produziram o acrescimo de Cr$ 50.736.114,50 na fixação da despêsa do exercício, que ficou elevada a Cr$ . . . 172.201.762,50, a saber:

	Cr$
Despêsa orçamentária	121.465.648,00
Saldo de créditos plurienais . . .	23.075.908,80
Créditos especiais	22.483.918,00
Créditos suplementares	5.176.287,70
Total da despêsa autorizada . .	172.201.762,50

Feitas essas modificações na previsão da despêsa, a situação orçamentária passou a apresentar o seguinte resultado:

	Cr$
Receita prevista	117.465.648,00
Despêsa autorizada	172.201.762,50
Deficit previsto	54.736.114,50

Sería essa a importância do deficit do exercício, se tivessem sido totalmente aplicados os créditos autorizados, no correr do mesmo. A preocupação que teve o Govêrno de medir os gastos, limitou a realização da de

pêsa, havendo-se dispendido a menos a importância de Cr$ 29.006.396,50, como se demonstra:

	Cr$
Total da despêsa autorizada	172.201.762,50
Despêsa realizada	143.195.366,00
Menor despêsa	29.006.396,50

Computadas as operações de crédito decorrentes de autorizações legislativas, a previsão da receita para o exercício de 1949 elevou-se a Cr$ 141.045.067,50, assim discriminada:

	Cr$
Previsão orçamentária	117.645.648,00
Empréstimo para a encampação do Banco do Estado da Paraíba ..	10.000.000,00
Primeiras prestações do empréstimo de Cr$ 15.000.000,00, para os serviços urbanos da capital .	6.000.000,00
Emissão de Apólices da Dívida Pública Estadual	7.579.419,50
Total da receita prevista	141.045.067,50

A receita realizada atingiu a Cr$ 125.064.854,10, sendo:

	Cr$
Arrecadação	108.695.497,80
Operações de crédito	16.369.356,30
Total	125.064.854,10

Quanto á realização da receita verificaram-se as seguintes ocorrências:

	Cr$
Receita prevista (inclusive operações de crédito)	141.045.067,50
Total da receita arrecadada	125.064.854,10
Menor receita	15.980.213,40

Quanto á arrecadação das rendas propriamente ditas, o resultado foi o seguinte:

	Cr$
Previsão orçamentária	117.465.648,00
Arrecadação	108.695.497,80
Menor arrecadação	8.770.150,20

Confrontando o total da receita realizada com a despêsa efetuada, verifica-se o deficit de Cr$ ..... 18.130.511,90, que foi o resultado financeiro do exercício de 1949, assim expôsto:

	Cr$
Receita realizada	125.064.854,10
Despêsa efetuada	143.195.366,00
Deficit	18.130.511,90

Receita — Excluido o produto de operações de crédito, que representam ao mesmo tempo receita e despêsa, a receita proveniente das rendas efetivamente arre-

cadadas no exercício de 1949 foi de Cr$ 108 695.407,80, contra Cr$ 118.967.195,30, arrecadados em 1948, com uma diferença para menos de Cr$ 10.271.717,50, ou seja, 8,6%.

A maior redução verificou-se no impôsto de exportação, com a diferença de Cr$ 6.309.979,00. O impôsto sôbre vendas e consignações rendeu a menos Cr$ .... 123.504,90, assim também, em importâncias mais ou menos equivalentes, os impostos territorial e do sêlo. Houve um aumento de Cr$ 876.850,40 e Cr$ 967.928,70, respectivamente, nas transmissões "inter vivos" e "causa mortis". As taxas de serviço de trânsito e estatística acusam aumentos de Cr$ 71.335,00 e Cr$ 196.452,80, mas a taxa para fins hospitalares caiu em Cr$ 8.827,80.

A receita extraordinária, que em 1948 foi de Cr$ .. 9.388.118,50, desceu para Cr$ 4.671.678,40, com a diferença de Cr$ 4.716.440,10, igual a 50%. Concorreu para o decréscimo verificado a suspensão da contribuição dos Municípios para a instrução, que em 1948 rendeu Cr$ 4.141.145,20.

Quanto a incidência, excluidas ainda as operações de crédito, o resultado da arrecadação de 1949, comparado com o de 1948, é o seguinte:

Incidência	1948	1949
Sôbre a propriedade ..	8.739.438,30	10.555.620,90
Sôbre a circulação da riquesa	84.569.985,00	78.068.276,10
Resultante da atividade do Estado	2.443.099,00	2.702.059,30
Várias incidências ..	2.199.796,20	2.071 214,50

Sem classificação . . .	21.014.876,80	15.298.327,00
Total	118.967.195,30	108.695.497,80

Na incidência sôbre a propriedade o aumento ocorreu nos impostos de transmissão. A redução na incidência sôbre a circulação da riqueza deve-se aos impostos de exportação, na maior parte, e de vendas e consignações. Na incidência sem classificação, a maior perda foi na receita extraordinária, seguindo-se as receitas industrial e patrimonial, incluindo-se naquela as contribuições municipais.

Despêsa — A despêsa efetuada em 1949, no total de Cr$ 142.195.366,00, excedeu á de 1948 em Cr$ .... 24.834.101,10 correspondendo a um aumento de 20,9%.

O maior aumento ocorreu nos Serviços Industriais, com Cr$ 9.056.540,50, explicável pela realização das obras do novo abastecimento de água e reequipamento dos serviços elétricos da capital. Trata-se, porém, de melhoramentos inadiáveis, que importam em aumento do patrimônio; de despêsa reprodutiva; de serviços explorados industrialmente pelo Estado, com efeito compensativo.

No serviço de Administração Geral, que abrange os órgãos de administração superior, o aumento da despêsa em 1949 foi de Cr$ 6.869.306,20. Os demais serviços acusam os seguintes aumentos: Educação Pública — Cr$ 2.714.032,10; Saúde Pública — Cr$ 2.377.566,80; Serviços de Utilidade Prblica — Cr$ 2.171.270,70; Exação e Fiscalização Financeira — Cr$ 1.872.532,50; Segurança Pública e Assistência Social — Cr$ 1.564.543,80;

Encargos Diversos —Cr$ 731.000,20; Fomento — Cr$ 382.192,80.

Ativo e Passivo — Examinada quanto aos seus reflexos na situação patrimonial, pela modificação operada nos seus valores ativos e passivos, a execução orçamentária no exercício de 1949 apresenta os seguintes resultados:

Em 31 de dezembro, as contas do ativo financeiro somavam Cr$ 32.891.936,40 e o ativo permanente era representado por Cr$ 180.415.889,80, elevando-se o total do ativo a Cr$ 213.307.826,20. O passivo financeiro era de Cr$ 40.564.125,00 e o passivo permanente de Cr$ 35.164.663,04, no total de Cr$ 75.728.788,04. Do confronto dos valores ativos e passivos resulta a diferença de Cr$ 137.579.038,16, que é o saldo econômico do exercício de 1949.

Do ativo financeiro, Cr$ 23.875.003,40 representavam o ativo disponível e Cr$ 7.016.933,00 o ativo realizável. As disponibilidades, em 31 de dezembro, eram as seguintes:

	Cr$
Em caixa	2.175.504,20
Em bancos	14.365.366,20
Em poder de diversos	9.334.133,00
Total	25.875.003,40

Ao iniciar-se o atual Govêrno, os valores do ativo e passivo do Estado, demonstrados no último balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 1946, eram os seguinte: ativo financeiro, Cr$ 21.444.293,10; ativo per-

manente, Cr$ 131.460.071,50; total do ativo, Cr$ .... 152.904.364,60. Passivo financeiro, Cr$ 9.171.599,25; passivo permanente, Cr$ 13.995.900,20; total do passivo Cr$ 23.167.499,45; saldo econômico, Cr$ 129.736.865,15. As disponibilidades do ativo financeiro constavam de:

	Cr$
Em caixa	775 069,50
Em Bancos	3.958.007,40
Em poder de diversos	10.976.540,90
Total	15.709.617,80

Comparando o resultado dos dois exercícios, verifica-se que, enquanto o saldo econômico de 1946 era de Cr$ 129.736.865,15, o de 1949 elevou-se a Cr$ ..... 137.579.038,16.

Quanto ás disponibilidades, o confronto é o seguinte:

	1948	1949
Em caixa	775.069,50	2.175.501,20
Em bancos	3.985.007,40	14.365.366,20
Em poder de diversos	10.976.540,90	9.334.133,00
Total	15.709.617,80	25.875.003,90

DIVIDA PASSIVA DO ESTADO

A dívida passiva do Estado, em 31 de dezembro, era representada pelas seguintes contas:

Restos a pagar — O saldo recebido do exercício de 1946 foi de Cr$ 7.125.339,95. Nos exercícios de 1947, 1948 e 1949 foram incorporadas as importâncias de Cr$ 7.976.276,90, Cr$ 6.890.949,50 e Cr$ 19.655.877,70, respectivamente, no total de Cr$ 34.523.104,10. Durante os exercícios mencionados foram liquidados restos a pagar no valor de Cr$ 18.625.606,15, resultando o saldo para 1950 de Cr$ 23.022.873,90. Desta importância, já foram liquidados até abril último cêrca de Cr$ ..... 9.200.000,00, estando pendendo de liquidação Cr$ .... 13.822.837,90.

Depósitos — O total de depósitos, no triênio, foi de Cr$ 92.626.988,00, sendo Cr$ 2.046.259,30 saldo transferido de 1946. No mesmo período foi levantada a importância de Cr$ 75.085.700,90, existindo em depósito, em 31 de dezembro de 1949, Cr$ 17.541.287,10. Nesta importância está compreendida a de Cr$ 10.000.000,00, do auxílio federal recebido para o desenvolvimento econômico do Estado, cuja aplicação está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, devendo constituir receita dessa autarquia.

Pôrto de Cabedelo — Conta Especial — Êste fundo financeiro, que corresponde ao depósito feito pelo Govêrno Federal, nos termos do contrato de concessão do pôrto á administração do Estado, apresentava em 31 de dezembro de 1946 o saldo de Cr$ 3.743.091,50. No exercício de 1948 houve o acréscimo de Cr$ ..... 1.073.156,70 correspondente aos saldos financeiros verificados no Pôrto, nos exercícios de 1947 e 1948 respectivamente nas importâncias de Cr$ 800.210,10 e Cr$ 272.946,60. Êsse acréscimo eleva o saldo da conta, em 31 de dezembro de 1949, a Cr$ 4.816.248,20

Credores por dívidas reconhecidas — O saldo do exercício de 1946 foi de Cr$ 6.694.775,20. A atual administração reconheceu mais dívidas na importância de Cr$ 12.996.855,14, sendo Cr$ 4.711.943,40 provenientes de administrações anteriores. As liquidações feitas até 31 de dezembro reduziram esta conta á importância de Cr$ 7.106.382,44.

Dívida consolidada — A dívida consolidada, em 31 de dezembro de 1949, está representada pelas importâncias de Cr$ 2.982.200,00, de portadores de apólices da dívida pública do Estado; de Cr$ 5.430.956,30, da conta do empréstimo á Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e de Cr$ 10.000.0000,00, da conta do empréstimo ao Banco do Brasil S|A. as quais vão a seguir historiadas.

EMISSÃO DE APÒLICES PARA CONSOLIDAÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE

No passivo financeiro, como no passivo permanente do Estado, figuram contas próprias e imediatamente exigíveis e outras que, pela sua natureza ou origem, não estão sujeitas a pronto e obrigatório resgate. Os "restos a pagar", por exemplo, são despêsa liquidável paulatinamente, no correr do exercício, como despêsa normal que são. Estão nas mesmos condições os "depósitos", com uma variação de saldo mínima. No passivo permanente figura a conta do Pôrto de Cabedelo, que ainda não pode ser considerada dívida e as responsabilidades do Estado para com o Govêrno Federal, não exigíveis imediatamente.

Excluidas essas, resta a conta de credores por dívi-

das reconhecidas, onde se incluem débitos bem antigos e precisam ser solvidas com a maior brevidade. Mas a situação financeira não permite, com os recursos ordinários do tesouro, nem a simples amortização dessa dívida exigível. Nestas condições, como expôs o Govêrno na sua primeira mensagem, não poderia haver para o caso outra solução fora da consolidação da dívida, com a emissão de apólices, para resgate num prazo de dez anos, a juros razoáveis.

Estabelecendo um esquema racional de consolidação e amortização da dívida flutuante, que submeteu à aprovação do poder legislativo, o Govêrno, autorizado pela Lei 43, de 24 de novembro de 1947, fez a emissão de dez milhões de cruzeiros, em apólices do valor nominal de duzentos cruzeiros, vencendo juros de 6% ao ano, destinadas ao resgate da mencionada dívida flutuante. O decreto 22, de 19 de dezembro do mesmo ano, abriu o crédito necessário e pôs em circulação as apólices e o de n 86, de 9 de junho de 1948, regulou o respectivo serviço de juros e amortização.

De acôrdo com êste último decreto, no corrente exercício deveria ser consignado no orçamento do Estado, o valor da anuidade destinada ao serviço de amortização em 1950. Em vista, porém, de não ter sido votado o orçamento, serão necessárias, ainda êste ano, providências legislativas referentes á satisfação dêsse encargo.

Durante o exercício de 1948 foram postas em circulação, para resgate da dívida flutuante, 10.219 apólices, no valor nominal de Cr$ 2.043.800,00, e no de 1949 emitiram-se mais 4.682 apólices, no valor de Cr$ .... 936.400,00.

Com referência ás apólices emitidas e caucionadas para garantia dos compromissos com a Caixa Econômica

Federal do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, é de esclarecer que êsses títulos representam disponibilidades efetivas do Tesouro e somente passarão a constituir dívida do Estado depois de colocadas em circulação.

EMPRÉSTIMO Á CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

De conformidade com os entendimentos de que se deu notícia nas mensagens anteriores e devidamente autorizado pela Lei n. 7, de 14 de agôsto de 1947, que homologou o Decreto-lei n. 947, de 6 de fevereiro do mesmo ano, o Govêrno do Estado, em data de 14 de julho de 1948, assinou a escritura de contrato do empréstimo de quinze milhões de cruzeiros com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, cujo produto, como é sabido, se destina á execução das obras de construção do novo abastecimento dágua e de reestruturação dos serviços elétricos da capital.

Para garantia do empréstimo, que será resgatado no prazo de vinte anos e do qual o Estado pagará os juros de 8% ao ano, emitiu o Govêrno, pelo decreto n. 84, de 22 de maio de 1948, títulos que foram dados em caução e admitidos á cotação na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Durante o exercício de 1949, em datas de 6 de maio, 21 de junho, 23 de agosto, 10 de setembro, 10 de outubro e 14 de dezembro, mediante a devida comprovação das despêsas realizadas, recebeu o Estado parcelas no total líquido de Cr$ 5.430.956,30. No corrente ano foram entregues mais Cr$ 4.811.393,60, elevando-se a Cr$ 10.242.349,90 o total das importâncias recebidas até 31 de março dêste ano.

É de observar-se, com relação ao financiamento das obras a que se destina o empréstimo, que tendo sido o plano elaborado em 1946, o encarecimento do material e a elevação da mão de obra, bem como o vulto dos serviços a executar, alteraram os orçamentos iniciais, de tal modo que a importância do capital mutuado tornou-se insuficiente para atender ao custeio dêsses encargos.

Não obstante, grande parte do material necessário á renovação dos serviços elétricos se acha encomendado e, em parte, pago, e as obras do novo abastecimento d'água, a cargo do Escritório Saturnino de Brito, tiveram início em dezembro de 1948 e deverão estar concluídas dentro de poucos mêses.

BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA

Em 1948, a Associação Comercial de João Pessoa, em memorial que dirigiu ao Govêrno, expondo a situação em que se encontrava o Banco do Estado da Paraíba S A, solicitava o auxílio do poder público para êsse nosso tradicional estabelecimento de crédito.

Tendo em consideração o apêlo das classes conservadoras do Estado e, tomando conhecimento daquela situação, o Govêrno dirigiu-se á Assembleia Legislativa, transmitindo as sugestões recebidas no sentido de amparar o Banco, encampando-o, para transformá-lo em estabelecimento oficial. Foi então votada a Lei n. 306, de 21 de dezembro de 1948, que autorizou o Govêrno a encampar o Banco do Estado da Paraíba, podendo, para êsse fim, contrair um empréstimo de dez milhões de cruzeiros com o Banco do Brasil ou outros estabelecimentos oficiais de créditos.

Após os entendimentos de que se deu notícia na

mensagem anterior, foi em data de 21 de outubro de 1949 assinado com o Banco do Brasil o contrato de empréstimo, em virtude do qual êsse estabelecimento abriu ao Estado o crédito de Cr$ 10.000.000,00, imediatamente utilizável e destinado aos fins constantes da Lei 306, citada.

O prazo de duração do crédito é de dez anos, a se vencer, consequentemente, aos 21 de outubro de 1959. A dívida vencerá os juros compensatórios de 8% ao ano, pagáveis em prestações semestrais de Cr$ 500.000,00 cada uma, devendo ser consignada no orçamento anual do Estado a verba necessária ao respectivo serviço de amortização e juros.

Para segurança e garantia do empréstimo e seus acessórios o Estado deu ao Banco do Brasil, em caução, vinte cautelas representativas de vinte mil apólices da Dívida Pública Estadual, ao portador, do valor nominal de Cr$ 1.000,00, emitidas na conformidade da mencionada Lei 306 e do regulamento respectivo que fôr baixado, cautelas cuja substituição pelos títulos definitivos já está sendo providenciada pela Secretaria das Finanças.

Para a aplicação do capital mutuado, foi pelo decreto n. 189, de 21 de outubro de 1949, aberto o crédito especial da importância de Cr$ 10.000.000,00.

Dando prosseguimento á execução da Lei n. 306 o Govêrno determinou as providências necessárias afim de tornar efetiva a encampação do Banco do Estado da Paraíba e a sua consequente transformação em estabelecimento oficial.

Sendo o capital do Banco dividido em 15.000 ações, das quais o Estado já possuia 1.960, determinou o Govêrno fossem adquiridas pelo menos mais 5.550 ações, afim de assegurar a maioria delas, uma vez que, se tra-

tando de uma sociedade anônima, não haveria outra maneira de o Estado assumir o seu controle senão tornando-se o maior acionista. E dêste modo, em Assembleia Geral realizada no dia 2 de janeiro dêste ano, representados aqueles pela maioria das ações em poder do Estado, foi eleita a nova diretoria, que dirigirá os destinos da organização durante o triênio 1950|1952.

Já foi autorizado, em Assembleia Geral, o aumento do capital para Cr$ 5.000.000,00, aumento que será submetido a aprovação da Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma da legislação em vigor.

Em 21 de abril do corrente ano, foi efetuado o pagamento da primeira prestação do empréstimo, na importância de Cr$ 500.000,00, acrescida dos juros respectivos.

O PROBLEMA DO FUNCIONALISMO

O precário valor aquisitivo da moeda e o encarecimento progressivo da vida, acompanhando um processo de inflação que não conseguimos deter, são a origem de maiores distúrbios na econômia dos que vivem de salário certo. Em razão disto, o problema da remuneração dos servidores públicos torna-se dia a dia de solução mais difícil e complexa.

Relativamente aos Estados, a situação se agrava em face do aumento concedido ao funcionalismo federal, em um nível que não poderá ser alcançado pelos govêrnos estaduais e municipais.

A atual administração paraibana não tem sido indiferente á situação do funcionalismo. Nenhum outro govêrno, até hoje, suportou sobrecarga mais pesada, quer em têrmos absolutos, quer na sua representação percen-

tual sôbre o orçamento. Como já teve oportunidade de expôr em documento anterior, logo ao iniciar a sua gestão, em março de 1947, o atual Govêrno encontrou o orçamento sobrecarregado com os aumentos concedidos na administração anterior á Polícia Militar e ao funcionalismo civil. A seguir, ainda no exercício de 1947, mas já na atual administração, aumentaram-se os vencimentos da magistratura e cargos que não haviam sido contemplados no aumento anterior. No ano de 1948 foi instituido o salário-família, melhorado o regime de percentagens dos agentes do fisco, reestruturadas e padronizadas carreiras e cargos isolados, assim como a tabela das funções gratificadas. Foram ainda reajustados os quadros do pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa e da Secretaria do Tribunal de Justiça e, em 1949, com a reorganização do ensino primário, elevados os salários dos regentes de classe diplomados.

Com êsses aumentos, as despêsas do Estado relativas á manutenção do pessoal tiveram uma sobrecarga de cêrca de Cr$ 20.000.000,00.

Não obstante uma elevação tão considerável nêsses encargos, o Govêrno, atendendo aos reclamos do servidores do Estado e ás constantes solicitações da Assembléia Legislativa, adotou o alvitre de propror um novo aumento de vencimentos, condicionado á obtenção, por elevação de impostos, dos recursos necessários ao custeio da despêsa dêle decorrente. Sugeriu para isso a majoração de 20% no impôsto sôbre vendas e consignações, com o que se poderia conseguir um aumento de receita estimado em Cr$ 16.000.000,00 suficiente para custear a melhoria dos vencimentos, calculada em Cr$ .... 16.800.000,00.

Debatido o assunto na Assembléia, veio esta a se

pronunciar pela elevação de, apenas, 10% naquele tributo, tendo em consequência sido sancionada a Lei n. 399, de 19 de dezembro de 1949. Nessa mesma data, de acôrdo com o que ficara entendido na mensagem de 6 de julho pretérito, foi encaminhado á Assembléia o projéto de aumento aos serviodres estaduais. A Assembléia deu a sua aprovação ao projéto, resolvendo, entretanto, alterar as tabelas elaboradas pelo Executivo.

O Govêrno aceitou as alterações introduzidas pelo Legislativo no projeto, tendo em consequência sido sancionada a Lei n. 424, de 28 de janeiro ultimo, mas houve por bem vetar algumas disposições, visando á redução da despêsa decorrente daquelas alterações. Assim procedendo, agiu com a mais elementar prudência, dada a situação das finanças estaduais, de todos conhecida, convindo notar que, apezar do veto oposto. o montarte da despêsa com o aumento do pessoal excede de muito a estimativa do acréscimo da receita proveniente da majoração do impôsto.

Relativamente aos encargos com o pessoal verifica-se que o Estado dispendeu no último decênio as seguintes importâncias, acompanhadas da respectiva percentagem sôbre a arrecadação:

	Cr$	%
1940	25.455.687,20	— 68,0
1941	25.619.971,90	— 59,3
1942	25.868.557,10	— 65,2
1943	26.297.898,70	— 58,2
1944	32.511.998,50	— 59,2
1945	36.280.024,50	— 60,9
1946	50.315.181,20	— 64,6

1947	60.895.160,40	— 75,2
1948	54.608.740,70	— 65,5
1949	76.436.900,90	— 70,7

A diferença a menos que se nota no exercício de 1948 resultou da eliminação da despêsa orçamentária correspondente ao pessoal da Administração do Pôrto de Cabedêlo em vista da sua constituição em autarquia bem como da transferência da verba de Pessoal para a de Despêsas Diversas, das cotações para pagamento de inativos e etapas. Sem essa circunstância, a despesa com o pessoal teria sido de Cr$ 74.464.125,90 em 1948 e Cr$ 87.716.417,70 em 1949.

Com o aumento de vencimentos e salários concedidos pela Lei n. 424, a despêsa do pessoal elevou-se a cêrca de 85 milhões de cruzeiros.

Para se ter uma idéia do que tem sido a elevação dos gastos com o pessoal, nêstes últimos anos, basta confrontar o dispendido nos dois quinquênios anteriores, tomados como ponto de referência sêrviços em que não ocorreu aumento do número de servidores. Exemplificando:

Despêsa com o pessoal do Pôrto (Inclusive)

	Cr$
1940	1.451.650,00
1945	1.708.412,00
1950	5.440.160,00

Despêsa com o pessoal da Polícia Civil

	Cr$
1940	992.484,00

1945	1.449.933,00
1950	4.155.580,00

Despêsa com o pessoal da Escola de Agronomia do Nordeste

	Cr$
1940	369.340,00
1945	585.400,00
1950	1.609.134,00

Despêsa com o pessoal do Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários

	Cr$
1940	676.600,00
1945	753,420,00
1950	1.543.230,00

Na despêsa referente a 1950 não está incluída a parte correspondente ao salário-família, cujo total é de cêrca de Cr$ 7.200.000,00.

A êste respeito, é oportuno lembrar que a Constituição do Estado, no seu artigo 44, determina que o Estado e os municípios não poderão dispender anualmente com o funcionalismo público, inclusive os militares e extranumerários, mais de 60% de suas rendas. E o artigo 22 das Disposições Transitórias estabelece o prazo de três anos, da data da promulgação da Constituição, para a aplicação obrigatória daquele dispositivo. Devendo entrar em vigôr, a partir do corrente ano, o mandamento constitucional e tendo em consideração o elevado contingente da despêsa com o funcionalismo acima indicado,

o Govêrno permite-se solicitar para o assunto a atenção do Poder Legislativo do Estado, no sentido de ser assegurado o cumprimento do que preceitúa a Constituição, ou reexaminada a matéria para outra solução que a sabedoria da Assembleia julgar aconselhável.

Releva, desde já, notar que, sòmente com os recursos atuais, é impossível ao Estado manter em dia o funcionalismo e ocorrer ás demais despêsas imprescindiveis da administração. Embora avaliando todos os inconvenientes que decorrem de uma agravação tributária, não haverá, talvez, na situação emergente, senão apelar para o aumento das contribuições fiscais, como medida capaz de elevar a receita ao nível dos pesados encargos a vencer.

RETROSPECTO FINANCEIRO

A receita do Estado sob a responsabilidade do atual Govêrno, realizada nos exercícios de 1947, 1948 e 1949, monta á importância total de Cr$ 337.429.434,90.

Durante os três exercícios, a despêsa ordinária do Estado, realizada de acôrdo com as verbas orçamentárias, atingiu ao montante de Cr$ 317.448.016,35. Do confronto das duas importâncias resultaria um saldo positivo de Cr$ 19.981.418,55.

Mas o Govêrno gastou ainda, em virtude de créditos especiais, a quantia de Cr$ 40.116.226,40. Em razão disso o saldo procedente da despêsa ordinaria converteu-se em deficit, expresso na quantia de Cr$ ..... 20.134.807,85.

Observa-se, porém, que naquela importância de Cr$ 40.116.226,40, de despêsa extraordinária, está incluida a de Cr$ 12.073.608,30, ou seja a liquidação de

Cr$ 7.395.763,10 de dívidas provenientes de outras administrações e a contabilização de Cr$ 4.677.845,20, autorizada pela Lei nº 41, de 24 de novembro de 1947, de despêsas pagas em administrações anteriores, sem crédito, e que figuravam em conta de Agentes Pagadores. Feita a dedução, verifica-se o descoberto de Cr$ ..... 8.061.199,55. Esta é, de fato, a diferença entre a receita realizada e o montante da despêsa efetuada pela atual administração.

Não chega a ser alarmante um deficit que representa apenas 2,4% do total verificado num período de três anos, deficit que por sí só não compromete a estabilidade das finanças estaduais. Isso é tanto mais certo quanto no total das despêsas do triênio considerado, incluem-se Cr$ 59.442.557,10, de despêsas com a construção de estradas, com a reforma e reequipamento dos serviços industriais e com obras públicas diversas, a saber:

— Cota do Estado para o Departamento de Estradas de Rodagem	10.165.000,00
— Renovação dos Serviços Industriais	11.875.901,50
— Obras públicas diversas	37.401.254,90
Soma	59.442.156,40

Essa considerável inversão em obras públicas e serviços remunerativos, com o consequente acréscimo no patrimônio do Estado, compensa de muito o deficit verificado, mas não atenua a gravidade dos sintomas de uma orientação financeira que é preciso corrigir em tempo. Prosseguir na política de elevar despêsas de

caráter permanente, acima das possibilidades reais da arrecadação, equivale a colocar o tesouro em situação de insolvência altamente prejudicial á bôa marcha da administração e ao crédito do Estado.

EDUCAÇÃO

O problema da educação pública constitui preocupação constante do atual govêrno, que o inscreveu como um dos pontos capitais do seu programa. Essa preocupação tornou-se absorvente ao constatar as nossas realidades no campo da educação popular. O que existe, em matéria de tanta relevância, está muito abaixo das nossas necessidades. A nossa posição nas estatísticas educacionais é a de um dos Estados da Federação de menor cóta de afabetização, somente sobrepujando Alagôas e Piauí.

O vulto das nossas deficiências, nêsse setor, situa-se em dois pontos principais: falta de escolas em relação ao indice da população e carência de aparelhamento escolar das unidades existentes.

Compreendendo as imensas necessidades do ensino na Paraíba, o Govêrno vem devotando especial atenção ao problema e desenvolvendo um programa de profícuas atividades. Para demonstrá-lo, basta assinalar que, enquanto os gastos com a educação pública em 1946 eram de 13.388.00 cruzeiros, elevaram-se a 18.083,00 em 1947, para alcançarem 20.340,00 em 1948 e atingirem, finalmente, a 23.054.000 cruzeiros em 1949, com um aumento de 72% em relação ao período da atual administração.

ENSINO SUPERIOR

Ao iniciar-se o atual govêrno, existia no Estado, no tocante ao ensino de gráu superior, apenas a Escola de

Agronomia do Nordeste. Em 1948, pelo Decreto Federal n. 24797, de 3 de abril, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas, criada em nossa capital pela tradicional Escola Técnica de Comércio Epitácio Pessoa. Em seguida, devido ainda á iniciativa particular, teve lugar a criação da Faculdade de Direito da Paraíba e, ultimamente, fundou-se a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia.

A todos êsses empreendimentos, o Govêrno vem emprestando o seu apôio moral e material.

Faculdade de Filosofia da Paraíba — Trabalhando pelo incremento do ensino em todos os seus gráus não podia o Govêrno olvidar o problema da formação de professores, notadamente do ensino secundário, que a Faculdade de Filosofia se propõe resolver, com a execução do seu programa de preparar trabalhadores para o exercício das altas atividades culturais.

Autorizado pela Lei n. 286, de 21 de dezembro de 1948, o Govêrno, em Decreto n. 146, de 5 de março de 1949, criou a Faculdade de Filosofia e Letras da Paraíba prevista pela Constituição Estadual, nas suas Disposições Transitórias. Pela Lei n. 341, de 1 de setembro de 1949, foi dada organização a êsse estabelecimento educacional, para cuja instalação e funcionamento o Govêrno abriu o crédito especial de 500 mil cruzeiros, conforme Decreto n. 160, de 18 de junho de 1949, crédito revigorado no corrente ano pela Lei n. 471, de 21 de abril.

O Govêrno Federal, que vem cooperando com o Estado na difusão do ensino em todas as suas modalidades, destinou no orçamento de 1949 o auxílio de 800 mil cruzeiros para a Faculdade de Filosofia da Paraíba. Esse auxílio será aplicado na construção de um edifício

para séde da Faculdade, o qual já se acha projetado e foi orçado em quantia superior a dois milhões de cruzeiros, devendo ser construido em terreno anexo ao Instituto de Educação.

Além das providências atinentes á criação e organização da Faculdade, constituição do seu corpo docente e aprovação do seu regulamento, foi preparado todo o expediente necessário á autorização do Govêrno Federal para o seu funcionamento.

A falta de autorização por parte do Ministério da Educação e Saúde impediu que êsse estabelecimento começasse a funcionar no corrente ano, como era pensamento do Govêrno. Tudo indica, porém, que, com a satisfação das exigências do Ministério da Educação, a Faculdade poderá funcionar no próximo ano.

Escola de Agronomia do Nordéste — Durante o ano letivo de 1949 o ensino nêste estabelecimento se processou normalmente, através dos três cursos: o superior, o agro-técnico e o curso médio em sua fase final. A matrícula no curso superior foi de 24 alunos, contra 27 no ano anterior. O aproveitamento didático, tendo em vista o pequeno número de reprovações com perda de ano (uma no curso superior e cinco no curso médio) foi satisfatório. No curso superior foram diplomados dez engenheiros agrônomos e no curso médio cinco técnicos agrícolas.

No que diz respeito aos trabalhos experimentais, a cargo dos Departamentos de Agricultura, de Silvicultura, de Biologia, de Engenharia Rural, de Zootecnía, de Genética e de Horticultura, assim como da Secção de Veterinária, apresentaram regular desenvolvimento, tendo sido realizados não somente os serviços de rotina,

como aqueles de caráter tecnológico que, embora de pouco vulto, constituem elemento básico ao ensino ministrado no estabelecimento.

Com o auxilio concedido pelo Govêrno Federal realizou-se a construção do Pavilhão de Agricultura, inaugurado em março de 1949, no qual foi dispendida a importancia de 350 mil cruzeiros. Na atual administração foram ainda construidas cinco casas para professores, uma cantina para estudantes, uma casa para funcionário e dez casas para operários.

Vindo ao encontro de uma justa aspiração da Paraíba, a Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950, promulgada pelo Congresso Nacional, autorizou o Govêrno Federal a incorporar ao patrimônio da União, mediante acôrdo, a Escola de Agronomia do Nordeste, para efeito da sua federalização. Não se poderia melhor servir á causa do ensino agronômico, pois é o Govêrno Federal o mais capacitado para assumir o encargo da manutenção da Escola e dotar êsse estabelecimento de mais amplos recursos, á altura das suas necessidades, de modo a poder suprir a agricultura nordestina de maior número de técnicos, indispensáveis ao seu rápido soerguimento.

Em data de 25 de janeiro do corrente ano, foi solicitada a autorização da Assembléia Legislativa ao Govêrno do Estado para efetuar o acôrdo a que se refere a Lei federal nº 1.055, a qual foi concedida pela Lei nº 461, de 21 de março do corrente ano. O Govêrno, em ofício nº 146, do mesmo mês, encaminhou ao Presidente da República um memorial, com a respectiva documentação, necessário á assinatura do acôrdo, havendo Sua Excelência submetido o assunto á consideração do Ministério da Agricultura.

Faculdade de Ciências Econômicas — Esta instituição de iniciativa particular, cujo funcionamento foi autorizado pelo Govêrno Federal, instalou-se em 14 de março de 1948 e vem se desenvolvendo com franca atividade, cooperando para a difusão do ensino superior na Paraíba.

Autorizado pela Lei nº 36, de 13 de novembro de 1947, o Govêrno do Estado auxiliou a Faculdade com a importância de 60 mil cruzeiros, destinada á desapropriação de um imóvel para a ampliação do prédio da Escola Técnica de Comércio "Epitácio Pessoa", onde funciona, cujas obras se acham em execução.

Foi ainda concedida, pela Lei nº 248, de 6 de dezembro de 1948, subvenção anual de 120 mil cruzeiros, do Estado, á Faculdade de Ciências Econômicas, que foi considerada de utilidade pública pela Lei nº 415, de 20 de janeiro do corrente ano.

Faculdade de Direito da Paraíba — Conforme foi referido na mensagem de 1 de junho do ano passado o Instituto da Ordem dos Advogados da Paraíba tomou a iniciativa da fundação, nesta capital, de uma Faculdade de Direito, estando dependendo do Ministério da Educação e Saúde a autorização para o seu funcionamento.

A Assembléia Legislativa promulgou a Lei nº 529, de 19 de agosto de 1949, que faz doação á Faculdade de Direito, do prédio de propriedade do Estado, em que funciona o Grupo Escolar Antonio Pessoa, nesta capital.

Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia — Por iniciativa da classe médica paraibana, foi criada nesta capital, no dia 25 de março dêste ano, a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, constituida

em sociedade civil, cuja diretoria foi eleita e empossada no dia 30 de abril.

Pela Lei nº 477, de 4 de março de 1950, promulgada pela Assembléia Legislativa, foi doado á Faculdade recém-criada o prédio onde se acha funcionando o Centro de Saúde, á rua das Trincheiras, desta cidade.

Em 21 de abril dêste ano, o Govêrno sancionou a Lei nº 470, que concede o auxilio de um milhão de cruzeiros á Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba, em apólices da dívida pública emitidas pelo Estado, e na mesma data expediu o Decreto nº 224, pelo qual dá permissão á mesma Faculdade para ministrar aulas de clínica nos estabelecimentos hospitalares oficiais do Estado, bem como utilizar-se, para o ensino teórico, de seus anfiteatros e instalações, enquanto não estiverem concluidas as obras de adaptação da sua séde própria.

ENSINO MÉDIO

Colégio Estadual da Paraíba — Êste tradicional estabelecimento, que tantos beneficios vem prestando ao ensino secundário na Paraíba, funcionou com regularidade durante o ano letivo de 1949.

O movimento de matrícula, embora se ache preenchida a capacidade dêsse estabelecimento, apresenta o seguinte número de alunos: 1946 — 847; 1947 — 859; 1948 — 965; 1949 — 974 alunos.

O Colégio Estadual vem mantendo um alto nível de eficiência no ensino ministrado, haja visto o elevado coeficiente de aprovações, dos alunos que aqui terminam o curso, nas escolas superiores dos diversos Estados da Federação.

No intuito de melhorar a situação do corpo docente do Colégio Estadual, por iniciativa do Govêrno foi votada a Lei nº 238, de 3 de dezembro de 1948 que alterou os vencimentos fixos dos professores, elevando do padrão J para o padrão L o cargo de professor catedrático e do padrão G para o J, o de docente.

Funcionaram normalmente os gabinêtes médico e dentário, atendendo diariamente a considerável número de estudantes.

Colégio Estadual de Campina Grande — Prosseguem com regularidade as obras do edifício que está sendo construido pelo Estado, em Campina Grande, destinado ao estabelecimento de ensino secundário a ser criado naquela importante cidade do interior, nos mesmos moldes do Colégio Estadual da Paraíba.

O edifício do Colégio Estadual de Campina Grande, iniciado em dezembro de 1947, está localizado em terreno de 19.397 metros quadrados, adquirido pelo atual govêrno, especialmente para êsse fim. Até agora, já foi dispendida na sua construção a importancia de 2.147.706 cruzeiros.

Ginásio Rural de Sapé — A cidade de Sapé vai ser dotada de um Ginásio Rural, a ser construido com o auxilio do Govêrno da União, nos termos de acôrdo para êsse fim assinado entre o Govêrno do Estado e o Ministério da Educação e Saúde.

Êsse estabelecimento será localizado em terreno doado pela Prefeitura do Municipio e as obras estão em via de serem iniciadas.

Cursos Normais — Além da Escola de Professores

do Instituto de Educação, funcionaram no ano próximo findo 13 cursos normais oficializados, no interior do Estado.

O movimento educacional verificado em 1949 nêsses cursos, foi o seguinte:

Escola de Professores — Matrícula, 27; frequência média, 22; alunos diplomados, 18.

Cursos oficializados — Matrícula, 452; frequência média, 403 alunos.

Até agora, o ensino normal no interior vem sendo ministrado em estabelecimentos particulares. A situação porém, irá modificar-se, pois que, em virtude de acôrdo com o Ministério da Educação e Saúde, o Estado vai ser dotado de duas Escolas Normais Regionais, localizadas em Sousa e Alagoa Grande.

Além da sua finalidade de formar professores primários, as Escolas manterão cursos práticos de comércio, funcionando sob o regime de externato e internato, sendo que, excetuado nêste, cincoenta por cento das matrículas, pelo menos, serão inteiramente gratis.

Estímulo á iniciativa particular — Considerando que é dever do Estado amparar e estimular os estabelecimentos particulares que cooperam com o poder público na difusão do ensino, o Govêrno, de acôrdo com as possibilidades financeiras, vem promovendo auxílios aos estabelecimentos de ensino médio mantidos por instituições não oficiais. É assim que foram concedidos auxilios para obras de construção ou ampliação e equipamento aos seguintes educandários: Ginásio Diocesano, em Patos; Ginásio Paroquial, em Esperança; Ginásio São José, em Alagoa Grande; Instituto Dom Adauto, em João Pessoa; Escola Normal Regional, em Santa Lu-

zia; Escola Normal Francisca Mendes, em Catolé do Rocha; Escola Normal N. S. da Luz, em Guarabira; Ginásio Salesiano, em Cajazeiras; Escola Normal Santa Rita, em Areia; Curso Normal Regional Santo Antonio, em Piancó e outros, nos quais o Govêrno, devidamente autorizado pelas Leis: nº 33, de 11|11|1947, nº 36, de 13|11|1947, nº 42, de 24|11|1947 e nº 187, de 8|11|1948, dispendeu a importancia de Cr$ 774.000,00.

As subvenções a êsses estabelecimentos foram elevadas de 100.000 cruzeiros em 1947, para 533.360 cruzeiros no corrente ano.

Como auxilio para melhoramentos em estabelecimentos de educação, recebeu o Estado, do Govêrno Federal, em virtude de acôrdo com o Ministério da Educação, de que já se deu noticia á Assembléia Legislativa, a importância de dois milhões de cruzeiros, para atender á ampliação dos seguintes estabelecimentos: Ginásio Imaculada Conceição, de Campina Grande; Ginásio Santa Rita, de Areia; Ginásio N. S. do Rosário, de Alagoa Grande; Escola Normal Regional, de Santa Luzia; Escola Normal Regional São José, de Sousa, Escola Normal Padre Diniz, de Itaporanga, e Escola Normal Monte Carmelo, de Princesa Izabel, sendo os dois primeiros á razão de 500 mil cruzeiros e os restantes á de 200 mil cruzeiros, para cada um.

Pelos decretos nºs 147, 148, 151 e 152, de 1949, e nº 216, de 1 de fevereiro do corrente ano, foi concedida outorga de mandato para ministrar o curso normal aos seguintes estabelecimentos particulares: Ginásio Alfredo Dantas, de Campina Grande; Ginásio Cristo Rei, de Patos; Ginásio Padre Rolim, de Cajazeiras; Instituto Moderno, de Mamanguape, e Ginásio Santa Rita, de Areia.

ENSINO PRIMÁRIO

Para uma melhor visão de conjunto das realizações do atual govêrno no campo da educação primária, basta confrontar os dados referentes ao ano próximo findo com os verificados nos anos de 1945 a 1948, paralelo que bem demonstra o efetivo e real progresso que o ensino vem atravessando na Paraíba.

Concretizando sob a forma, quase que exclusivamente, de dados estatísticos, todos os fatos relativos ao ensino primário verificados no último quinquênio, tem-se uma percepção mais nítida dos progressos alcançados durante êsse período. Cumpre esclarecer, desde logo, que alguns dêsses dados divergem ligeiramente dos expostos em mensagens anteriores, o que, de resto, representa apenas modificações naturais de dados não definitivos, realizadas pelo Serviço de Estatística Educacional do Departamento de Educação, na revisão indispensável a todos os trabalhos dessa natureza.

Despêsa com o ensino primário — No último qu' quênio têm sido aumentadas progressivamente as dota ções orçamentárias referentes ao ensino primário. Em 1945, o orçamento consignou para a instrução primária a importância de 5.868000 cruzeiros. No ano seguinte, esta dotação alcançou a cifra de 8.807.000 cruzeiros, e em 1947, ao iniciar-se a atual administração, a despêsa com a instrução primária foi prevista em 11.036.000 cruzeiros. No exercício de 1948 a mesma despêsa era de .... 15.408.000 cruzeiros. Em 1949, a Lei n. 248, de 6 de dezembro de 1948, consignou, para o referido ensino, .. 16.427.000 cruzeiros, o que corresponde a uma majoração de 7.620.000 cruzeiros em comparação com o exer-

cício de 1946 e de 10.559.000 cruzeiros em cotejo com o de 1945. No atual exercício não se modificou o estado das verbas do Departamento de Educação, relativamente ao ano anterior, visto como a lei orçamentária de 1949 foi, como se sabe, prorrogada para 1950.

E' animador constatar que a curva ascendente das despêsas com o ensino primário vem sendo satisfatòriamente compensada com o aumento paralelo dos números respeitantes ao movimento escolar.

Unidades escolares — Em 1945 possuia o Estado 859 unidades escolares do ensino primário. No ano seguinte, o número de unidades elevou-se para 1.003 e, em 1947, para 1.187. Em 1948 foram criadas mais 267 unidades escolares novas, perfazendo o total de 1.454. No último exercício, êsse número elevou-se para 2.029, o que representa, em relação a 1945, uma deferença, para mais, de 1.170 unidades, cêrca de 134% e, em relação a 1946, um aumento de 1.026 unidades, ou seja 102%. Em confronto com os anos de 1947 e 1948, êsse aumento foi de 70,9% e 39,5% respectivamente.

Convém esclarecer que das 2.029 unidades escolares primárias existentes no Estado em 1949, 648 são mantidas pelos govêrnos municipais e 256 são particulares, subvencionadas, na sua maioria, pelo Estado. A existência das escolas municipais se explica pelo fato de haver a Lei n. 320, de 8 de janeiro de 1949, revogado o Decreto n. 33, de 1930, que unificou o ensino primário no Estado, para permitir que, de acôrdo com o preceito da Constituição Federal, os municipios restabelecessem o seu sistema escolar. Com essa finalidade, o Estado libertou os municipios da obrigação, em que se achavam, de contribuir com uma percentagem das suas rendas para a

instrução pública e, em consequência, deixou á responsabilidade dos municípios a manutenção de suas escolas.

E' claro que estas 2.029 unidades escolares e mais 100 outras criadas, êste ano, pelo decreto n. 220, de 6 de março, ainda não bastam para atender á totalidade da nossa população em idade escolar, mas é evidente que, nêstes últimos anos, foi realizada uma tarefa considerável no sentido do desenvolvimento do nosso sistema educacional.

Matrícula geral — Em 1947, matricularam-se em todos os estabelecimentos primários do Estado 94.902 alunos. Em 1948, com a criação de novas unidades e aumento do pessoal docente, a matrícula elevou-se a 118.505 alunos. No último exercício isto é, em 1949; em paralelo com o desenvolvimento então alcançado no campo educacional, a matrícula atingiu o número nunca antes verificado de 132.224 alunos.

No último quinquênio, a matrícula atingida foi a seguinte, com a demonstração do aumento verificado de ano para ano, em números absolutos e relativos.

ANO	Matrícula	Aumento s/ o ano anterior	
	alunos	absoluto	relativo
1945	69.184	——	——
1946	92.355	23.171	33,4%
1947	94.902	2.547	2,7%
1948	118.505	23.603	24,9%
1949	132.224	13.719	11,6%

Fazendo-se um confronto entre a matrícula geral

constatada no último exercício com as dos anos de 1945 e 1946, verifica-se uma diferença de 63.040 alunos .... (91,1%) e 39.869 alunos (43,1%), respectivamente. O aumento de matrícula na atual administração foi de 27.322 alunos, ou seja 39,3%.

Frequência — Em 1945, constatou-se no ensino primário do Estado, uma frequência média de 43.086 alunos. No exercício seguinte, a frequência foi de 57.111 alunos e, em 1947, 1948 e 1949, respectivamente de .. 58.755, 72.124 e 82.295 alunos.

Comparando-se o resultado obtido no último exercício com os relevados pelas estatísticas dos quatro anos anteriores, vê-se que êsses aumentos, em números relativos, estão assim representados: 32,5% 2,8% .... 22,8% e 14,1%.

O aumento da frequência média no periodo compreendido entre 1947 e 1949, foi de 23.538 alunos, ou seja de 40% relativamente.

No que tange á diferença, em 1949, entre a matrícula geral e a frequência média, aquela de 132.224 alunos e esta de 82.293 escolares, verifica-se que aludida diferença atingiu um índice jamais alcançado nos anos anteriores. A frequência média representou 62,2% dos alunos matriculados.

Pessoal docente — Analisando-se o movimento do último quinquênio, verifica-se que, em 1945, o pessoal docente do ensino primário paraibano era composto .. 1.328 elementos. Este número em 1946 ascendeu a 1.853 e decresceu, no ano seguinte, para 1.848. Nos exercícios de 1948 e 1949 o número de professores era, respectivamente, de 2.316 e 3.218.

Houve, como se observa, de 1945 a 1949, um aumento absoluto de 1.690 docentes, ou seja, em números relativos, 110,6%. Nos últimos três anos, computados os professores estaduais, municipais e particulares, houve um aumento de 1.370 professores primários no Estado, ou seja 74,1%.

No último exercício, em cotejo com o de 1949, houve um aumento de 902 professores, ou seja de 38,9%. Note-se, quanto a este percentual, a concordância com o aumento verificado no mesmo período no tocante ás unidades escolares, aumento que foi de 39,5%, conforme foi referido anteriormente. E o paralelo torna-se mais expressivo, pondo-se em confronto os dados de .. 1949 a 1947, por onde se constata que o número de professores elevou-se, nêsse período, de 74,1% e o de unidades escolares, na mesma época, foi aumentado de .. 70,9%.

Fiscalização do ensino — A fiscalização do ensino é feita por intermédio do Inspetor Geral do Ensino, pelos Inspectores Técnicos e pelos Diretores dos Grupos Escolares do interior do Estado, exercendo as funções de Inspetores Auxiliares.

De acôrdo com o que determina o Decreto-lei n. .. 1.085, de fevereiro de 1947, o Estado se divide, para efeito de fiscalização, em catorze zonas escolares. Cada zona se constitui de dois até três municípios, servindo em cada uma delas um Inspetor, exceto a 1.ª zona (capital e Santa Rita), que conta com quatro Inspetores e a 2.ª (Guarabira, Caiçara e Mamanguape), a 4.ª (Itabaiana, Ingá e Umbuzeiro) e a 7.ª (Campina Grande, Alagoa Nova e Esperança), onde estão lotados, em cada uma, dois Inspetores.

A distribuição de zonas determinada pelo decreto-lei referido não oferece márgem para uma fiscalização ideal. Faz-se necessária uma redistribuição, pois, exemplificando, enquanto a 7ª zona possui 336 unidades de ensino primário, nela trabalhando dois Inspetores, a 14ª zona (Bonito, Jatobá e Conceição) tem apenas 57 unidades e um Inspetor. Tomando-se por base 30 inspeções por mês, os dois Inspetores da 7ª zona só visitarão as unidades dos municípios que lhes são subordinados, no prazo de cinco mêses, enquanto o Inspetor da 14.ª zona poderá fiscalizar as 57 unidades de Bonito, Jatobá e Conceição, em dois mêses. O problema da redistribuição de zonas escolares está sendo objeto de estudo por parte do Departamento de Educação.

No decorrer do ano letivo de 1949 o Inspetor Geral do Ensino inspecionou cêrca de vinte municípios do Estado. Os Inspetores Técnicos efetuaram 3.852 e os Inspetores Auxiliares 643 visitas.

No mês de março último, o Diretor do Departamento de Educação empreendeu pessoalmente uma viagem de inspeção, tendo visitado em dez dias cêrca de duzentas unidades escolares, localizadas em sete municípios do interior do Estado. A mesma autoridade está projetando idênticas visitas aos demais municípios, esperando que, no fim do presente exercício, já tenha percorrido todo o Estado nessa missão fiscalizadora.

ENSINO PROFISSIONAL

A Lei n. 320, de 8 de janeiro de 1949, que reformou a Instrução Pública do Estado, incluiu dispositivos referentes ao ensino profissional, prevendo a criação de escolas rurais destinadas a ministrar aulas práticas de

agricultura, pecuária, pequenas indústrias e outras atividades, em correspondência com as necessidades do meio e as condições peculiares a cada região. Nestas escolas, além das matérias básicas do programa do ensino primário, deverão ser ministrados ensinamentos de atividades agrícolas; higiêne rural; economia doméstica, com prática de indústrias caseiras; trabalhos manuais, com prática de ofícios diversos, de modo a formar uma nova mentalidade no seio das massas rurais, visando á fixação do homem ao solo, que é um tema de palpitante interesse para a nossa vida econômica e social.

A criação de escolas profissionais dêsse tipo, especialmente nas cidades do interior, onde há carência absoluta de cursos vocacionais, vem figurando nas cogitações do Govêrno. Entretanto, apesar dos seus esforços, não conseguiu ainda transpor os obstáculos antepostos, pelas nossas deficiências orçamentárias, á dissemi nação de instituições escolares destinadas a ministrar o ensino profissional á nossa juventude.

Escola Profissional João Pessoa — De 1942 até 1949, a administração da Escola Profissional Presidente João Pessoa, localizada em Pindobal, no município de Mamanguape, e que funciona como reformatório de menores abandonados e delinquentes e como aprendizado agrícola e profissional, se achava confiada aos padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesús. Havendo expirado o contrato respectivo, o Govêrno julgou conveniente substituir a direção daquele reformatorio, visto ser o seu propósito elaborar uma reforma ampla e geral, em colaboração com o Serviço de Assitência a Menores, do Ministério da Justiça, que cogita da instalação de uma Delegacia nêste Estado. Voltando á administração do

Estado, foi a direção do estabelecimento confiada a um funcionário do quadro do magistério estadual, sob a orientação imediata da Secretaria de Educação e Saúde.

Iniciando-se, em 2 de janeiro do corrente ano, a nova administração, determinou o Govêrno, desde logo, as providências necessárias ao restabelecimento das condições sanitárias do estabelecimento e das suas instalações, á melhoria do ensino de letras e dos cursos profissionais de carpintaria, sapataria, alfaiataria e panificação, bem como ao restabelecimento das aulas de educação física que há cinco anos não se ministrava nêsse educandário.

As atividades agrícolas foram ativadas no corrente ano. Com as obras empreendidas no estabelecimento foi gasta a importância de 36.849 cruzeiros.

Escolas de Menores — De acôrdo com a Lei n. 320, de Janeiro de 1949, que deu organização ao ensino primário, o Govêrno considera indispensável a criação de Escolas Profissionais, para menores, nas várias regiões do Estado.

Êste plano torna-se agora exequível, graças ao auxilio do Govêrno Federal. O orçamento de 1949 previu uma dotação de 1.500.000 cruzeiros, para a construção de três escolas de menores, sendo uma na zona do Brejo uma no planato da Borburema e uma no Alto Sertão.

O Govêrno do Estado nomeou uma comissão para planejar a construção dêsses estabelecimentos e elaborar o projeto dos edifícios, cujas obras deverão ser iniciadas logo que passe a estação invernosa.

ENSINO DE ADULTOS

A campanha nacional para a educação de adultos

vem tendo o mais franco desenvolvimento entre nós, sendo satisfatórios os resultados obtidos.

Em 1949 funcionaram em todo o Estado 700 classes para alfabetização de adultos, sendo que êsse número fôra de 650 em 1948 e de 450 em 1947.

Nessas escolas, distribuidas por todo o Estado, matricularam-se 18.512 alunos de ambos os sexos, em 1947, tendo sido alfabetizados 7.376. No ano de 1948 a matrícula foi de 25.320, sendo alfabetizados 8.654 adultos. Em 1949, foram matriculados 26.263, atingindo a 12.577 o número de alfabetizados, com um rendimento de 47,9%.

Em virtude do acôrdo estabelecido com o Ministério da Educação e Saúde, o serviço de educação de adultos é custeado pelo Govêrno Federal, que em 1949 dispendeu nêste Estado Cr$ 1.499.369,00, contra Cr$ .... 1.365.000,00 do ano anterior.

Para o corrente ano, foi autorizado pelo Ministério da Educação o funcionamento de 750 escolas.

ESCOLAS RURAIS

Conforme tem sido noticiado nas mensagens anteriores, continúa a ser executado no Estado o plano de construção de escolas rurais, custeado com o auxilio do Govêrno Federal. Realmente, é êste um grande empreendimento, no campo da educação popular, levado a efeito pela União, visando dotar o país de dez mil salas de aula, com residência para o professor, afim de serem doadas aos Estados, que as incorporarão ao seu patrimônio, com a obrigação de criar e manter as escolas.

Com o Estado da Paraíba foram firmados quatr

acôrdos para a construção de escolas dêsse tipo, sendo um em 1946, para 28 escolas; um em 1947, com aditivo, para 100 escolas; um em 1948, para 90 escolas, e um em 1949, para 100 escolas, em um total de 318 escolas.

Do acôrdo realizado em 1946, foram iniciadas, na administração anterior, 14 dessas escolas. Até 1 de março último já haviam sido construidas 174 escolas rurais, achando-se em final de construção 44, e com a construção iniciada 100.

O Govêrno Federal, além de financiar a construção fornece o equipamento material das mencionadas escolas rurais.

PRÉDIOS ESCOLARES

Como foi assinalado em mensagem anterior, enormes são as nossa deficiências em matéria de educação popular. Em um periodo de 50 anos o Estado havia construido apenas 54 edifícios para grupos escolares, sendo 7 na capital e 47 em cidades e vilas do interior, formando um total de cêrca de 200 salas de aula.

Além dêsses 54 grupos havia, em março de 1947 ao iniciar-se o atual govêrno, mais 7 grupos no Estado, devidos á iniciativa de entidades particulares.

Sentindo a grande premência das nossas necessidades em assunto de tamanha magnitude, o Govêrno estabeleceu um plano para a ampliação da rêde escolar, mediante a construção de prédios para grupos escolares, localizados de preferência nas vilas de indice demográfico mais acentuado e em algumas cidades ainda desprovidas dêsse benefício.

Prédios concluidos — Inicialmente, afim de evitar

descontinuidade administrativa, tratou o Govêrno de concluir a construção de prédios escolares iniciada em administrações anteriores, cujas obras se achavam há tempo paralizadas, muitas das quais ainda na fase p[illegible] miciar dos trabalhos e outras em via de conclusão. Destinavam-se êsses prédios aos grupos escolares de Santa Júlia, na capital, e aos de Soledade, Pombal, Caiçara, Pirpirituba, Pedras de Fôgo, Gurinhem, Mogeiro, Aldeia Velha e Aroeiras.

À exceção do de Caiçara, foram concluidos, em .. 1948 e 1949, todos os mencionados edifícios, sendo inaugurados e postos a funcionar os respectivos grupos escolares, que tomaram as seguintes denominações: Grupo Escolar Santa Júlia, na capital; Grupo Escolar Padre Ibiapina, em Soledade; Grupo Escolar Monsenhor Walfredo Leal, em Pirpirituba, municipio de Guarabira; Grupo Escolar Leovigilda Martins, em Mogeiro, município de Itabaiana; Grupo Escolar Dom Vital, em Pedras de Fôgo, municipio de Cruz do Espírito Santo; Grupo Escolar Elidio Sobreira, em Aldeia Velha, município de Alagoa Nova; Grupo Escolar João da Mata, em Pombal, e Grupo Escolar Borges da Fonseca, em Aroeiras, município de Umbuzeiro.

Na conclusão dessas obras dispendeu o atual govêrno a importância de Cr$ 2.452.680,00, sendo que os grupos escolares de Aroeiras e Mogeiro foram totalmente custeados pela atual administração.

Prédios construidos — Em prosseguimento á execução do programa de construções de prédios escolares, o Govêrno atual construiu e pôs em funcionamento, até agora, os seguintes: Grupo Escolar Antonio Gomes, em Brejo do Cruz; Grupo Escolar Dr. Manuel Dantas, em

Teixeira; Grupo Escolar Seráfico Nóbrega, em São Mamede, município de Santa Luzia; Grupo Escolar Cônego Bernardo, em Curema, município de Pianc6; Grupo Escolar Arnaldo Leite, em Diamante, município de Itaporanga; Grupo Escolar Fausto Meira, em São Bento, município de Brejo do Cruz; Grupo Escolar Professor José Bento, em Santa Helena, município de Antenor Navarro; Grupo Escolar José Nominando, em Imorotí, município de Princesa Isabel; Grupo Escolar Desembargador Feitosa Ventura, em Sumé, município de Monteiro; Grupo Escolar Teodósio de Oliveira Lêdo, em Bôa Vista, município de Campina Grande; Grupo Escolar Castro Pinto, em Jacaraú, município de Mamanguape; Grupo Escolar Barão do Abiahy, em Alhandra, município da Capital; Grupo Escolar Alberto Lundgren, em Caaporã, município de Cruz do Espírito Santo, e Grupo Escolar Francisco Maia, em Itacambá, município de Catolé do Rocha.

Com a construção dos 14 grupos escolares acima relacionados a atual administração do Estado dispendeu a importância de Cr$ 3.902.870,00.

Prédios em construção — No corrente ano já foram concluidos e inaugurados dois prédios escolares: o Grupo Escolar da Fazenda Mangabeira e a Escol. Rotary, de Santa Terezinha, em Campina Grande.

Acham-se em andamento, devendo ficar concluidos ainda no corrente ano, os prédios destinados ao novo Grupo Escolar da cidade de Cajazeiras e aos Grupos Escolares das vilas de Remígio, no município de Areia: Tacima, no município de Araruna; Aparecida e Marizópolis, no município de Sousa; Ibiara, no município de Conceição, e Serra da Raiz, no município de Caiçara.

Prédios adaptados — Além da construção de edifí-

cios para grupos escolares, o Govêrno criou diversas unidades dêsse tipo, que equipou e pôs em funcionamento, e são: Grupo Escolar João Pessoa, instalado no edifício da antiga Colônia de Férias de Tambaú; Grupo Escolar Conceição Cabral, em um dos pavilhões destinados á Escola Rural da Fazenda Simões Lopes, e Grupo Escolar São José, de Ipauarana, município de Campina Grande, em prédio doado á paroquia e adaptado para êsse fim.

Prédios municipais — Em prédios construidos pelas respectivas Prefeituras Municipais, foram criados e instalados o Grupo Escolar Melquiades Tejo, em Potira, no município de Cabaceiras e o Grupo Escolar Eduardo Medeiros, em Serra Redonda, no município de Ingá.

Prédios em construção com o auxilio federal — Na execução do seu plano de ampliação da rêde escolar do Estado, o Govêrno está recebendo a cooperação financeira do poder central, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, com o qual realizou acôrdos para a construção de grupos escolares, cujas plantas e especificações são aprovadas pelo referido Ministério.

Trata-se da construção de prédios para Grupos Escolares, constantes de quatro salas de aulas e dependências administrativas e de uma residência anexa, para professores, com uma área coberta de 600 metros quadrados. O Govêrno já assinou com o Ministério da Educação e Saúde quatro acôrdos para a construção de 13 Grupos Escolares dêsse tipo e que foram localizados nas cidades de Catolé do Rocha, Jatobá, Bonito de Santa Fé, Serra Branca, Cuité e Patos, e nas Vilas de Malta, Marí, Arara, Araçagí, Uiraúna, Baía da Traição e Tavares.

Dêsses prédios, 4 se acham em fase de acabamento, 4 com a construção adiantada e 5 em inicio de construção.

O Govêrno está em entendimentos com o Ministério da Educação e Saúde para assinatura de novo acôrdo para a construção de mais 10 prédios, com planta progressiva, que inicialmente constará de três salas.

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Em obediência ás diretrizes da sua política sanitária, o Govêrno do Estado vem promovendo, pelos meios ao seu alcance, medidas de carater prático e de grande interêsse para a coletividade, no que tange aos problemas de saúde e assitência.

Construindo hospitais, criando postos de higiêne, assinando acôrdos com a União, incentivando cursos de enfermagem, puericultura e obstetrícia, combatendo as grandes endemias rurais, o Govêrno, em pouco mais de três anos, já pode apresentar um apreciável acêrvo de serviços e iniciativas, em pról da redenção física das nossas populações urbanas e rurais.

O aumento crescente dos gastos com os serviços de saúde pública revela o desenvolvimento da política sanitária do Govêrno. Pelo quadro abaixo, relativo ao último quinquênio, vê-se que a despêsa com o financiamento dos serviços de saúde pública em 1949 elevou-se de cêrca de 125% em relação á efetuada em 1945, a saber:

Ano	Despêsa efetuada
1945 —	4.848.537,00
1946 —	6.545.079,90
1947 —	7.293.333,70
1948 —	8.540.326,09
1949 —	10.917.593,99

O Govêrno pretendia aumentar substancialmente as dotações do Departamento de Saúde para o exercício em curso, mas a circunstância de haver sido prorrogada para 1950 a lei de meios do ano anterior frustrou êsse desígno. Dessa forma os recursos financeiros de que dispõe, atualmente, o orgão estadual de saúde, são exatamente, os mesmos da Lei nº 248, de 6 de dezembro de 1948, no montante de 10.933.312 cruzeiros (90% mais do que em 1947).

Apezar das dificuldades a vencer, maxime as decorrentes da influência de recursos financeiros, vem o Govêrno desenvolvendo vasto plano de ação, visando ao alcance de medidas de que depende a solução dos nossos mais prementes problemas de medicina preventiva.

UNIDADES SANITÁRIAS

Os serviços a cargo das unidades sanitárias, compreendendo os Centros de Saúde da Capital e de Campina Grande e o Centro de Puericultura de Cruz das Armas, na capital, e os Postos e Sub-Postos de Higiêne e Especializados, funcionaram regularmente no decurso de 1949, apresentando satisfatório rendimento técnico.

Centro de Saúde da Capital — Durante o ano de 1949, esta unidade sanitária conseguiu apresentar notável soma de trabalhos, como se vê do resumo a seguir:

Pessoas inscritas nos diversos dispensários ..	20.011
Total de comparecimentos	188.443
Imunisações contra doenças transmissíveis ..	11.265
Radiografias	167
Roentgenabreugrafias	9.128

Notificações de casos de doenças transmissíveis	1.174
Visitas domiciliares	21.392
Carteiras de saúde expedidas e revalidadas ..	474

A Inspetoria de Higiêne da Alimentação e Policia Sanitária das Habitações, subordinada ao Centro de Saúde da Capital, desenvolveu, em 1949 as seguintes atividades:

Visitas da Policia Sanitária a diversos locais .	39.443
Gêneros alimenticios inutilizados (kg)	21.134
Gêneros alimenticios inutilizados (unidade).	3.404
Licenças diversas (inclusive "habite-se")	2.082
Amostras de gêneros alimenticios remetidos para análise ao Laboratório Bromatológico	202
Intimações expedidas	220

Como parte integrante dos Comandos Sanitários, a Inspetoria de Higiêne da Alimentação, do Departamento de Saúde, desempenhou relevante papel na defêsa da saúde da população da Capital, realizando proveitosas visitas a estabelecimentos diversos e obrigando-os ao cumprimento das exigências do Regulamento Sanitário em vigôr.

Centro de Puericultura de Cruz das Armas — Esta unidade sanitária, orgão executor das atividades do Departamento de Saúde relacionadas com a proteção á maternidade e á infância, no populoso bairro de Cruz das Armas, nesta capital, vem funcionando eficientemente, tendo apresentado, em 1949, o seguinte movimento:

Gestantes atendidas	1.234

Crianças atendidas	7.222
Sôpas fornecidas a gestantes	62.227
Leite distribuido (diétas)	78.444
Injeções aplicadas	8.628

Centro de Puericultura Teixeira de Vasconcelos — Construida com o auxilio financeiro do Departamento Nacional da Criança, esta nova unidade tem a mesma finalidade da sua congênere de Cruz das Armas e está localizada no bairro popular da Torre, densamente povoado.

Êste Centro de Puericultura passará a funcionar logo receba as instalações que estão sendo esperadas, como contribuição do Fundo Internacional de Socorro á Infância (FISI).

Lactário Clarisse Justa — Localizado na Povoação Indio Piragibe, municipio da capital, tendo sido construido por iniciativa da Campanha Nacional da Criança, as suas instalações estão sendo ultimadas, após o que será posto a funcionar.

Centro de Saúde de Campina Grande — Elevada de Pôsto de Higiêne de 1ª classe á categoria de Centro de Saúde, conforme o Decreto nº 154, de 16 de abril de 1949, esta nova unidade sanitária vem desenvolvendo, com êxito, os seus esforços no sentido de se desincumbir das atividades mais amplas que lhe foram cometidas.

Com os recursos que agora lhe deverão ser consignados, em dotações próprias, no orçamento do Estado, o novo Centro de Saúde estará ápto a prestar maiores benefícios á população necessitada da cidade de Campina Grande.

No último exercício o movimento foi o seguinte:

Matrículas	21.994
Comparecimentos	12.584
Casos notificados de doenças transmissíveis	43
Casos confirmados, idem	40
Imunizações	12.939
Consultas	13.744
Curativos	3.055
Visitas da policia sanitária	54.407
Intimações	5.832
Exames de laboratório	1.639

Postos e Sub-Postos de Higiêne — Ao iniciar-se a atual gestão, possuia o Estado apenas 24 Postos de Higiêne, 4 Sub-Postos de igual natureza e 6 Postos e Sub-Postos Especializados, no total de 34 unidades.

Além de prover de médicos 7 dessas unidades que, por falta de profissionais, se achavam sem funcionamento, o atual Govêrno criou 18 Postos de Higiêne, localizados em Alagoa Nova, Picuí, Teixeira, Ingá, Itaporanga, Cruz do Espírito Santo, Araruna, Brejo do Cruz, Soledade, Rio Tinto, Bonito de Santa Fé, Catolé do Rocha, Conceição, Cuité, Jatobá, Pilar, São João do Carirí e Serraria sendo que o primeiro foi entregue á administração do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em razão do Convênio firmado com essa organização, e os oito últimos, logo sejam completadas as suas instalações, deverão entrar em funcionamento.

Foram criados, ainda, 6 Sub-Postos de Higiêne: em Bayeux, mantido pelo municipio de Santa Rita, com a cooperação do Estado; Boa Vista, no municipio de Campina Grande; Remigio, no de Areia, e Arara, no de Ser-

raria, com a cooperação do Serviço Federal de Bouba; Serra da Raiz e Lagoa de Dentro, no de Caiçara, todos em plena atividade.

Somam 24 os Postos e Sub-Postos de Higiêne criados na atual administração que, em três anos, elevou de 70% o número destas unidades sanitárias.

No desempenho das suas atividades, êstes orgãos vêm prestando bons serviços á causa da assistencia sanitária ás populações do interior do Estado.

Edificio do Centro de Saúde da Capital — Em virtude de acôrdo firmado, em 1945, entre o Estado e a União, comprometeu-se o Govêrno Federal a construir um edificio para o Centro de Saúde, estimado em Cr$ 1.600.000,00.

Na forma do citado acôrdo, á União caberia, além da contribuição de Cr$ 1.070.878,00, a construção da referida Unidade Sanitária.

O Govêrno do Estado havia já dispendido, com aquisição do terreno e na obra, que foi iniciada em junho de 1947, a quantia de Cr$ 450.000,00, quando o construtor, que a contratara com o Ministério da Educação e Saúde, por concorrência pública, promoveu a rescisão dêsse contrato.

Afim de evitar a paralização dos trabalhos, com evidente prejuizo para a cousa pública, o Govêrno, por ofício de 7 de agosto de 1948, propôs ao Ministério da Educação e Saúde a transferência ao Estado da incumbência de concluir a obra, que, de acôrdo com o convênio assinado, ficará incorporada ao seu patrimônio.

Na proposta em aprêço, sugere-se a entrega ao Estado do saldo da verba federal existente, da qual só havia sido gasta a importância de Cr$ 179 486,50, assi-

mindo o Govêrno do Estado, como foi dito, a responsabilidade da terminação dos trabalhos, muito embora a essa altura o restante da obra estivesse orçado em Cr$ 1.486.632,00, quantia superior ao saldo mencionado.

A proposta depois do competente exame pelo Ministério da Educação e Saúde, foi encaminhada ao Senhor Presidente da República, para a respectiva aprovação.

Construção de unidades sanitárias no interior — Com o auxilio do Govêrno Federal e em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, o Estado está construindo o edifício dos Postos de Higiêne de Itabaiana e Piancó, cujas obras se acham em andamento, sendo que as do último em fase de conclusão, devendo ser inaugurado dentro de poucos dias.

Ainda com a cooperação da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, vai ser terminado o prédio do Pôsto de Higiêne de Guarabira, onde ficará tambem instalado o Serviço de Helmintoses que, assim, funcionará ao lado das atividades de saúde pública, propriamente ditas, da aludida unidade.

O Govêrno terminou a construção do Pôsto de Higiêne de Cabaceiras, cujas obras, iniciadas em administração anterior, encontrou paralizadas e foram inteiramente custeadas pelo Govêrno atual.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

O setôr da assitência médica, com internação, tem igualmente, merecido especial atenção por parte do Go-

vêrno, no intuito de tornar mais eficiente a nossa organização hospitalar, para o que vem contando com a colaboração financeira dos poderes públicos federais.

E' assim que, desde o inicio da atual administração têm sido bastante ampliadas as possibilidades e perspectivas de internamento nos nosocômios oficiais, tanto de clínica geral, como de clínicas especializadas.

Em 1946, existiam naqueles estabelecimentos apenas 742 leitos. Com as ampliações e construções de hospitais já realizadas e conclusão dos que se achavam em andamento, o número de leitos elevar-se-á a 1.716, com o aumento, portanto, de 974 leitos em relação áquele ano. Isto sem incluir os leitos localizados em instituições de natureza privada, com subvenção do Estado, que se elevaram de 755, em 1946, para 1.049, no presente. Em números relativos, êsse aumento se expressará do seguinte modo:

Hospitais gerais e maternidades	155,8%
Hospitais para tuberculosos	612,5%
Hospitais para crianças	350,0%
Hospitais para doenças nervosas e mentais	62,9%
Hospitais para leprosos	34,8%
Hospitais para outras clínicas	6,3%

ou seja, no conjunto, uma majoração de 131,3%.

Os expressivos percentuais acima indicados dão uma idéia do esforço que o atual Govêrno vem fazendo para levantar o coeficiente médico-hospitalar entre nós. Basta dizer que, segundo os levantamentos oficiais da Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, tinhamos, como foi referido nas mensagens anteriores, 0,6 leitos por 1.000 habitantes

Nêste particular, em situação inferior á nossa encontravam-se apenas, em órdem decrescente, a Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão e Goiás.

Sem falar nos hospitais em construção ou reforma na capital, só o interior está sendo dotado de oito estabelecimentos, disseminados pelas várias regiões do Estado. Três dêstes, os de Campina Grande, Guarabira e Itaporanga, estão sendo construidos com o auxilio financeiro da União; um, o de Patos, está sendo construido pelo Estado com a cooperação da Legião Brasileira de Assistência; dois, são de iniciativa particular, o de Santa Rita e o de Itabaiana, sendo que êste foi concluido com o auxílio do Estado; um, o de Antenor Navarro, está sendo construido pelo municipio, e o último, o de Alagoa Grande, está sob a responsabilidade do Serviço Especial de Saúde Pública.

Hospital Regional de Campina Grande — Esta unidade hospitalar faz parte do número de hospitais regionais que estão sendo construidos com o auxilio do Govêrno Federal, em virtude de acôrdo firmado com o Ministério da Educação e Saúde. Inicialmente com capacidade para 28 leitos, foi a mesma elevada para 90 leitos, por iniciativa do Govêrno do Estado, que assumiu a responsabilidade do encargo decorrente da ampliação das obras.

Os trabalhos da construção estão em prosseguimento, sob a administração da firma Figueira & Jucá.

Hospital Regional de Guarabira — Destinado a servir á zona do Brejo, está sendo construido também com o auxílio do Govêrno Federal, encontrando-se as suas obras em fase de acabamento. A sua capacidade de internamento é de 28 leitos. Localizado em uma das

regiões mais populosas do Estado, estará, dentro em breve, cooperando eficazmente para o melhoramento da nossa organização hospitalar.

Hospital Regional de Itaporanga — Com os precedentes, completa o plano de construções hospitalares que está sendo executado em virtude do acôrdo com o Ministério da Educação e Saúde. Beneficiando a extensa zona sertaneja do sudoeste paraibano, dispõe de capacidade para 28 leitos, como o seu congênere da zona do Brejo. As obras se encontram em fase de cobertura.

Hospital Regional de Itabaiana — Êste hospital, devido á iniciativa particular, e cujas obras se achavam paradas há vários anos, teve a sua conclusão terminada no ano próximo passado, graças ao auxílio prestado pelo atual Govêrno, na importância de 530 mil cruzeiros, sendo 350 mil cruzeiros contribuição do Estado e 180 mil cruzeiros por conta do convênio mantido com o Ministério da Educação, para os serviços de proteção á maternidade e á infância. A administração foi confiada, pela entidade mantenedora, a uma congregação religiosa. É subvencionado pelo Estado, com a importância de 72 mil cruzeiros anuais.

Hospital Regional de Patos — Por acôrdo firmado com a Legião Brasileira de Assistência, foi transferida ao Govêrno do Estado a construção do Hospital Regional de Patos, que se achava paralizada há vários anos. A conclusão dessa obra está orçada em cêrca de dois milhões de cruzeiros e será custeada, em partes iguais, pela L. B. A. e pelo Estado. As obras se acham em andamento, já tendo sido, nesta nova fase, dispendidos cêrca de 400 mil cruzeiros.

Hospital de Santa Rita — Está sendo construido por iniciativa particular, nos moldes dos hospitais regionais de Guarabira e Itaporanga. O Estado, entretanto, coopera nêsse empreendimento, com a assistência técnica do Departamento de Saúde.

Hospital de Alagoa Grande — A construção dessa unidade hospitalar a ser iniciada proximamente, está sol a responsabilidade do Serviço Especial de Saúde Pública, em virtude do convênio celebrado com o Estado. Disporá de 60 leitos, nêle funcionando, igualmente, um Centro de Saúde.

Hospital de Antenor Navarro — Com a cooperação do Govêrno do Estado ,a Prefeitura Municipal de Antenor Navarro está construindo um hospital na séde do municipio, com capacidade para 60 leitos.

HOSPITAIS ESPECIALIZADOS

Assistência a Psicopatas — No sentido de suprir a deficiência de leitos dos nossos serviços de tratamento de doenças mentais, cuja capacidade de internamento, ao iniciar-se a atual administração, era de 284 leitos, o Govêrno dotou a Assistência a Psicopatas de mais um pavilhão, com capacidade para 126 doentes, constantes de quatro grandes enfermarias, dezoito quartos, sala de estar, refeitório, instalações sanitárias e outras, o qual foi inaugurado e entrou a funcionar em 6 de março do ano próximo passado.

O movimento verificado nas unidades integrantes do serviço de assistência a psicopatas, em 1949, foi o seguinte: existiam 286 doentes, foram internados 705, obtiveram alta 643, faleceram 87, existem 261.

No Ambulatório foram atendidas 1.196 pessoas.

O Laboratório de Pesquisas Clínicas funcionou com resultados apreciáveis, no tocante a exames e pesquisas para elucidação dos diagnósticos. Foram realizadas 1.940 reações, sendo 1.382 no sangue e 558 no liquor. Elevou-se a 471 o total dos exames realizados.

Além dos laudos médicos para fins de aposentadoria e licenças de funcionários federais, estaduais e municipais, apresentou a Assistência a Psicopatas 19 laudos periciais, solicitados pela Justiça Pública.

As despêsas da Assistência a Psicopatas em 1949 se elevaram a 1.443.146 cruzeiros, excedendo em 390.582 cruzeiros a realizada em 1948.

A renda de pensionistas no Sanatório Clifford atingiu a 75.318 cruzeiros.

Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil — Continuam seu curso as obras do Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil, destinado a crianças anormais, o qual, em cooperação com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, está sendo construido nesta capital e terá capacidade de internamento para 60 leitos.

A primeira secção, compreendendo administração, gabinêtes médicos, secções pedagógicas, ginásio, refeitório, cosinha e outras dependências, já se encontra em vias de conclusão, devendo ser inaugurado dentro de sessenta dias.

Colônia Getúlio Vargas — Nêste estabelecimento destinado ao internamento de hansenianos, graças á cooperação do Serviço Nacional da Lepra, foram levadas a efeito as seguintes ampliações: um grupo de casas geminadas; uma capela, já concluida; um pavilhão para

homens, em via de conclusão, e preparação de uma grande área, destinada á construção do cemitério e necrotério. Nessas obras já foi dispendida a importância de 154 mil cruzeiros.

Com verbas próprias do Estado, foi criada uma escola para a alfabetização de internados e construido um estábulo moderno. Deverá ser construido um pavilhão para serviços profissionais, como carpintaria, sapataria e outros. Foram ampliadas duas extensas avenidas, que serão convenientemente arborisadas.

O Serviço Nacional da Lepra prestou, ainda, considerável auxilio no fornecimento de medicamentos e utensilios diversos.

O movimento de internados na Colônia, em 1949 foi o seguinte: existiam 76, entraram 13, foram reinternados 17, foram transferidos 4, faleceu 1 e existem 101.

Foi procedida á revisão clínica de 89 doentes, todos com mais de um ano de uso de medicação sulfônica. A medicação tem se mostrado eficiente, fornecendo o serviço de revisão os dados seguintes, entre as observações realizadas: melhorados, 58; estacionados, 19; muito melhorados, 7; piorados, 3; curados, 1.

Os exames de laboratório, de todos os tipos, se elevaram a 3.766.

No ano findo, foi apreciável a produção de leite, ovos, frutas e hortaliças, o que muito contribuiu para aliviar as necessidades do estabelecimento.

A despêsa com a manutenção da Colônia elevou-se, em 1949, a 518.520 cruzeiros.

Hospital Clementino Fraga — Permanece, desde a sua fundação, com as suas enfermarias lotadas, o que evidencia a gravidade e a extensão do mal de Koch entre nós.

O hospital dispunha de capacidade para receber 65 doentes, quando as nossas necessidades, em matéria de combate á tuberculose, segundo os levantamentos do Departamento de Saúde, exigem cêrca de 200 leitos. As obras que a atual administração realizou nêsse nosocômio ampliaram a sua capacidade de internamento para 84 leitos.

Durante o ano de 1949, o Hospital Clementino Fraga apresentou o seguinte movimento a) Tuberculose: existiam 50 doentes, entraram 197, saíram 133, existem 64; b) Moléstias infecciosas agudas: existiam 5, entraram 80, saíram 84, existe 1.

O movimento do Ambulatório foi o seguinte: doentes em tratamento, 50; curados, 6; melhorados, 25.

Foram realizados 2.426 exames suplementares, sendo radioscopias, 2.080; radiografias, 346.

No tocante ao tratamento dos internados, o movimento foi o que se segue: pneumotorax, 411; pneumoperitônio, 67; intervenções cirúrgicas, 23.

No mês de março de 1949 foram ultimados os serviços para instalação da sala de operação, atendendo-se, assim, a uma das mais prementes necessidades dêste nosocômio.

Também foi inaugurado, em 15 de agosto do mesmo ano, um pavilhão para os funcionários do serviço, no qual foi invertida a quantia de 106.619 cruzeiros.

Na construção da capela foi dispendida, até 31 de dezembro de 1949, a importância de 73.136 cruzeiros.

A renda do pensionato alcançou a cifra de 245.962 cruzeiros, em 1949. A despêsa com a manutenção do serviço, no mesmo ano, foi de 518.520 cruzeiros.

Hospital para Tuberculosos, em Cajazeiras — Ao

iniciar-se a atual administração, já se achava quasi concluido o Pavilhão Adriano Brocos, para tuberculosos, anexo ao Hospital Regional de Cajazeiras, construido com os recursos financeiros do Serviço Nacional de Tuberculose, o qual exigiu a construção de obras complementares, que o Estado realizou. Nos termos do acôrdo assinado, incumbe ao mesmo Serviço o equipamento do Hospital, o que somente agora está em vias de se completar, faltando apenas um gerador de energia. Logo que estiver ultimado êsse serviço, será pôsto em funcionamento.

Hospital João da Mata — Esta unidade, localizada em Camucá e que integra o Serviço de Combate á Bouba, do Estado, é mantida com a cooperação da Divisão de Organização Sanitária do Departamento de Saúde. Em 1948, a sua capacidade de internamento foi aumentada de 25%.

As atividades do serviço contra a Bouba, em 1949, nos setores de Camucá e Alagoa Grande, podem ser resumidas nos algarismos que se seguem:

Serviço de Ambulatório

Doentes atendidos pelos postos e sub-postos ..	1.015

Hospital João da Mata

a) Internação:

Doentes hospitalizados	48
Curados	42
Melhorados	4

Injeções aplicadas	1.543
Exames de laboratório	579
Curativos	5.824

b) Sem internação:

Comparecimentos	13.137
Casos de bouba confirmados	163
Injeções aplicadas	13.954
Exames de laboratório	9.836

O movimento geral do Serviço de Combate á Bouba é o seguinte:

Casos cadastrados	3.432
Pessoas recenseadas	15.084
Comparecimentos	27.270
Intimações para exame	725
Casos novos de bouba	1.063
Injeções aplicadas	28.610

ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

Continúa em franco desenvolvimento o plano de assistência á maternidade e á infância, que o Govêrno do Estado pôs em execução, com a cooperação do Ministério da Educação e Saúde.

As obras empreendidas com o auxílio financeiro do Departamento Nacional da Criança e também da Legião Brasileira de Assistência, tiveram prosseguimento em 1949, tendo sido concluidas algumas e devendo outras estarem concluidas no corrente ano.

Maternidade de Itabaiana — As obras do pavilhão

anexo ao Hospital São Vicente de Paulo, destinado á Maternidade, foram concluidas no ano findo.

Maternidade de Bananeiras — O prédio para a Maternidade de Bananeiras, com capacidade para 24 leitos, encontra-se em fase de acabamento.

Maternidade de Catolé do Rocha — Funcionará como a de Bananeiras, em prédio independente, cuja construção está na fase da cobertura.

Maternidade de Santa Luzia — Foi iniciada a construção desta Maternidade, que disporá de capacidade para 24 leitos.

Maternidade de Sapé — Foram concluidas e inauguradas as obras do pavilhão anexo ao Hospital Sá Andrade, destinado á Maternidade de Sapé.

Maternidade de Cajazeiras — A construção desta Maternidade, anexa ao Hospital Regional de Cajazeiras, está na sua fase terminal.

Pôsto de Puericultura de Campina Grande — Construido por iniciativa privada, com a cooperação da Legião Brasileira de Assistência, foi instalado e passou a funcionar no atual Govêrno, que o subvenciona com 60 mil cruzeirôs anuais e nêle mantém um médico puericultor.

FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO À INFÂNCIA

Por sugestão do nosso ilustre conterrâneo dr. Clean-

tho de Paiva Leite, alto funcionário da Organização das Nações Unidas, o Govêrno da Paraíba teve a iniciativa de solicitar a ajuda financeira do Fundo Internacional de Socorro á Infância (FISI), sediado em Nova York.

Com o concurso do Itamaratí, foi remetido áquele organismo internacional o plano de assistência á maternidade e á infância, que deveria ficar como plano oficial brasileiro, e em virtude do qual a Paraíba seria a unidade federada escolhida para "área de demonstração".

O planejamento paraibano compreendia a construção e equipamento de oito maternidades regionais e dez postos de puericultura; preparo de pessoal técnico, com a fundação de uma escola de enfermagem de alto padrão, cursos intensivos e bolsas de estudos; serviço de propaganda e educação sanitária rural; difusão da prática premunitora pelo B. C. G., em todo o Estado, começando pelas localidades servidas por estrada de ferro; e serviço de merenda escolar.

Entretanto, ouvido a respeito do plano, por solicitação do Ministério do Exterior, o Departamento Nacional da Criança apresentou um substitutivo, sugerindo fôsse extensivo a outros Estados do Nordéste.

Aceitando o ponto de vista do Departamento Nacional da Criança, o FISI enviou ao Nordéste um dos seus técnicos, o dr. Léo Eloesser, afim de fazer observações sôbre a aplicação do auxílio, tendo o FISI resolvido conceder uma ajuda de 500.000 dólares (cêrca de dez milhões de cruzeiros), para ser distribuida pelos Estados beneficiados (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí).

O programa para a aplicação do auxílio compreende:

a) alimentos e medicamentos;

b) equipamentos ás unidades de proteção á maternidade e á infância;

c) organização de cursos de preparação de pessoal para-médico ligado ao referido problema.

Essa providência constitui, sem dúvida, uma vitória para o Estado da Paraíba que, em boa hora, soube aproveitar a oportunidade que se oferecia de conseguir um generoso auxílio em pról da criança paraibana e do Nordéste.

No relatório do dr. Léo Eloesser encontram-se aliás, apreciações extremamente lisongeiras para os serviços médicos oficiais dêste Estado, ao lado de observações utilíssimas para o melhor desenvolvimento, entre nós, das campanhas de proteção á maternidade e assistência á infância.

COMBATE SISTEMÁTICO ÀS DOENÇAS E CAMPANHAS SANITÁRIAS

Foram incentivadas, no ano findo, as Campanhas da Divisão de Organização Sanitária, em cooperação com o Govêrno do Estado, visando, principalmente, ao combate sistemático ás endemias rurais.

Basta dizer que, no ano de 1948, aquele órgão do Ministério da Educação e Saúde concorreu com 750.000 cruzeiros em favor dêste Estado e, no andante, a ajuda financeira do mesmo foi orçada em 4.250.000 cruzeiros, o que equivale ao aumento de 467%, inclusive, aliás, 2.845.000 cruzeiros, correspondentes ás verbas do plano "Salte".

A distribuição foi a que se segue:

Tracoma	580.000,00

Bouba	1.550.000,00
Helmintoses	350.000,00
Venéreas	250.000,00
Aparelhamento de laboratórios ..	250.000,00
Febres tifoidicas	125.000,00
Difteria e coqueluche	100.000,00
Aprestamentos diversos	1.045.000,00

Tais campanhas estão sendo postas em prática, como foi dito, com a colaboração do Govêrno do Estado, pelas obrigações previstas no instrumento de acôrdo firmado com o Ministério da Educação e Saúde.

Campanha contra o Tracoma — Um dos problemas sanitários que mereceram especial atenção, no atual govêrno, foi o do combate ao tracoma.

Os coeficientes específicos mostram que estamos colocados em 4º lugar, no cômputo nacional, no que diz respeito ao maior número de pessoas atingidas pela cegueira total. E, entre êstes, os que perderam a visão por doença ascendem a 73,3%, ficando os 26,7% para a cegueira por acidente ou de nascença.

Para inferir da responsabilidade do tracoma naquela primeira porcentagem, promoveu o Departamento de Saúde um inquérito epidemiológico, entre os internados no Institutos dos Cégos e Asilo de Mendicidade, nos que revelassem perda total da visão, constatando que 56% dos examinados apresentavam lesões características de conjuntivite granulosa.

Entre nós, a conjuntivite granulosa assola, predominantemente, as zonas do Brejo e do Agreste. Para combater êsse mal, instalou-se, em janeiro último, em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária, do Depar-

tamento Nacional de Saúde, um pôsto intinerante, dotado de todos os requisitos para o preenchimento de suas finalidades. O serviço especializado sediou-se em Bananeiras e dispõe de um jeep para percorrer durante 20 dias, no mês, as regiões tracomatosas.

O médico encarregado realizou, no sul do país, um curso de aperfeiçoamento, e a Divisão de Organização Sanitária projeta construir, naquela cidade, um hospital de endemias rurais, inclusive o tracoma, a fim de melhor atender ao desenvolvimento das campanhas profiláticas e de combate sistemático ás doenças, em cooperação aos serviços estaduais de saúde.

Campanha contra a Malária — A execução do convênio firmado entre o Estado e o Serviço Nacional de Malária, a 19 de novembro de 1948, visando á erradicação do paludismo em nosso meio, obteve o êxito esperado.

Prosseguindo a campanha com a mesma eficiência com que foi executada até aqui, certamente, dentro de alguns anos, a Paraíba, ver-se-á livre dêsse fator de empobrecimento do nosso trabalhador rural.

Os resultados conseguidos pelas atividades dos técnicos federais e locais, nêste primeiro ciclo de trabalho, foram de real eficacia. Basta dizer que a incidência do mal caiu em mais de 70% sôbre os levantamentos bioestatísticos dos anos anteriores.

O Serviço Nacional da Malária atuou em 20 municipios, protegendo as chamadas regiões malarígenas. Assim é que 9 cidades, 33 vilas, 50 povoados 6 usinas de açucar, 175 engenhos, 378 fazendas, 1.475 sitios, foram trabalhados. O total de prédios dedetizados elevou-se a 121. 345 com 16.037.154 metros quadrados de áreas

internas borrifados. Foram consumidos 842.931.450 litros de inseticida.

Funcionaram 528 unidades distribuidores de anti malárico, que medicaram 19.823 pessoas, distribuindo 61.049 comprimidos.

A solenidade do encerramento do primeiro ciclo de dedetização foi presidida, pessoalmente, pelo Ministro Clemente Mariani e pelo Diretor do Serviço Nacional de Malária, dr. Mário Pinotti.

Campanha contra a Bouba — Está sendo reestruturada a campanha contra a bouba, em moldes mais eficientes. É assim que, além do hospital a ser instalado em Bananeiras, referido linhas acima, a Divisão de Organização Sanitária, em colaboração com o Departamento de Saúde, fez construir um Pôsto Especializado, em Alagoa Grande, com todas as exigências técnicas, tendo em vista o fim a que se destina e programou, por sugestão, ainda, das autoridades sanitárias estaduais, dotar a vila de Serra Redonda, no Município de Ingá, de uma unidade assistencial semelhante á de Alagoa Grande.

Em cooperação com a Prefeitura de Areia, construiu uma séde para o serviço, naquela cidade.

Na carta nosográfica do Estado, a bouba ocupa a região integrada pelos municípios de Bananeiras, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Araruna, Esperança, Campina Grande, Ingá e Serraria. Em escala menor, grassa, também, em Pilar, Umbuzeiro, Itabaiana, Guarabira, Picuí, Caiçara, Sapé, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita.

Campanha contra as Helmintoses — De acôrdo

com recente inquérito helmintológico realizado pela Divisão de Organização Sanitária, infestam os vermes intestinais como era de esperar, nossos conterrâneos, em todos os pontos do Estado. O gráu, porém, de prevalência vai diminuindo, depois de transposta a serra da Borburema.

A ascaridiose, por exemplo, que na zona litorânea forneceu 93% de exames positivos, caiu no alto Sertão para 58%.

A esquistossomose foi assinalada em todos os municípios do litoral, Agreste e Brejo; no Cariri, em Monteiro, Picuí e Soledade, e no Sertão, em Antenor Navarro e Teixeira.

Os *ancilostomídeos* infestam mais pronunciadamente o litoral, Agreste e Brejo, do que o resto do Estado.

Para se ter uma idéia da distribuição helmintológica na Paraíba, transcrevem-se, sob a forma tabular, os percentuais de positividade, por espécie de vermes, constatados na amostra tomada no referido inquérito. Isto é, para uma população em idade escolar (7 a 14 anos), calculada em 814.077, foram trabalhadas 289 escolas, com 28.957 alunos.

Dêstes, foram examinados 21.712, cujos resultados apresentaram os seguintes percentuais de infestação:

ESPÉCIE DE VERME	EXAMES REALIZADOS	
	Número:	% de infestação
Ancilostomídeo	6.750	31,1

Schistosoma	1.632	7,5
Ascaris	15.604	71,9
Tricocéfalos	9.030	41,6
Strongiloides	908	4,2
Tenia	74	0,3
Enterobius	486	2,2
Himenolex	41	0,2

Em Guarabira,será instalado um serviço de combate ás helmintoses, nos moldes em que estão sendo organizadas as campanhas contra o tracoma e a bouba.

Campanha contra as Doenças Venéreas — Os males venéreos vêm sendo combatidos pelo igual sistema de cooperação inter-administrativa da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, e do Departamento de Saúde do Estado.

Como já foi referido, as verbas dêsse Departamento receberam substancial majoração, de maneira a possibilitar a expansão dos serviços.

Em 1949 acorreram ás várias secções daquele serviço 5.292 pessoas, contra 4.398 do ano anterior.

A relação percentual de casos confirmados, abaixo transcrita, levantada no Departamento de Saúde, dará uma idéia da situação de cada uma das moléstias dêsse grupo:

Sífilis	59,9%
Infecção Neisseriana	28,8%
Câncro de Ducrey	12.6%
Linfogranulomatose	7,7%

As reações sorológicas positivas para luer deram

os seguintes percentuais: 21,3% nas gestantes e 50% na amostra de população que procurou expontaneamente os serviços oficiais de saúde pública.

Para se aquilatar o vulto da assistência prestada, basta dizer que, somente no serviço contra as doenças venéreas, foram feitas 352 reações sorológicas para diagnóstico da sífilis, 125 pesquisas de gonococos, aplicadas 38.949 injeções diversas, sendo 488.000.000 unidades de penicilina; 2.012 de arsenicais; 6.150 de bismuto, afóra outras em menor número.

Campanha contra a Difteria e a Coqueluche — A difteria e a coqueluche figuram constantemente em nossos levantamentos mortuários, máu grado a permanente atividade premunitória, pela vacinação específica, contra os referidos males.

No exercício passado foram aplicadas 3.507 vacinações anti-diftericas e 10.605 contra a coqueluche.

Campanha contra a Tuberculose — A tuberculose é um dos maiores flagelos que dizimam as nossas populações.

Segundo os levantamentos bioestatísticos oficiais, falecem, anualmente, 50% dos casos diagnosticados e a cada óbito correspondem duas novas infecções pelo bacilo de Koch.

O coeficiente de mortalidade pela peste branca, no ano passado, nesta capital, foi de 259,5 por 100.000 habitantes. Predominaram significativamente as formas do aparelho respiratório que contribuiram com 97,5% do total dos decessos por essa doença. Daí os cuidados especiais que a campanha contra o mal de Koch vem merecendo por parte do Govêrno.

Na conformidade do acôrdo assinado entre o Govêrno do Estado e o Serviço Nacional de Tuberculose, já se acha pronto o projeto de construção do Sanatório para Tuberculosos, nesta capital, elaborado por aquele Serviço, com a capacidade para 205 leitos, em terrenos do Estado, com uma área total de 20.000 metros quadrados, terreno êsse localizado na zona hospitalar de João Pessoa. O aludido projéto já mereceu a competente aprovação, por parte das autoridades sanitárias estaduais.

O Sanatório será dotado de instalações completas de Raio X, sala de operações assepticas, sala de curativos e operações septicas, laboratório, farmácia, gabinete dentário, serviços de oto-rino-laringologia, urologia e ginecologia, biblioteca, almoxarifado, cozinha, lavanderia, etc. As suas características principais são:

Área de construção	3.037,07 mts. quadrados
Capacidade	250 leitos
Coeficiente por leito	15,1 mts. quad./leito
Área de cobertura	3.276,55 mts. quadrados

Outras providências, na luta contra a peste branca, têm sido tomadas, em cooperação com o Govêrno Federal. É assim que o Centro de Saúde da Capital foi provido de moderno aparelho de Raios X, doado pelo Serviço Nacional de Tuberculose e, bem assim, o Centro de Saúde de Campina Grande. Ambos custaram ao Serviço Nacional de Tuberculose Cr$ 350.000,00.

Campanha contra a Doença de Chagas — No tocante ao mal de Chagas (Tripanosomíase-Americana), de existência já devidamente comprovada entre nós, por

observações de clínicas oficiais e particulares, foram tomadas providências no sentido de dar-lhe eficiente combate.

O Departamento de Saúde enviou ao Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, diversas amostras de Triatomídeos (Barbeiros), tendo sido constatado que os mesmos se achavam infectados pelo *Schizotrypanum Cruzi*, seu agente etiológico.

Foi elaborado pelo Departamento de Saúde minuciosa exposição, visando incluir a Paraíba entre os Estados contemplados na campanha encetada pelo Govêrno Federal contra a referida doença.

Êsse plano foi endereçado aos Diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Instituto Oswaldo Cruz e, também, do Serviço Nacional de Malária e da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, a cuja responsabilidade foi entregue o encargo de fixação das bases do programa a ser cumprido.

Campanha contra Protozooses intestinais — O Departamento de Saúde realizou, no fim do ano passado, um outro inquérito coprológico, visando as protozooses intestinais.

O índice de positividade constatado ascendeu a 30,7% das pesquisas executadas.

Observou-se o seguinte escalonamento:

Entamoeba coli	56,5%
Entamoeba histolytica	26,1%
Entamoeba histolytica e Ent. coli	15,2%
Ent. hist. e Endolimax nana	2,2%

As provas para Iodamoeba e Dientamoeba foram negativas. Assinalaram-se, ainda, 8 casos de Giardia e um de Triconomos.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Em decorrência ao acôrdo firmado em 26 de maio de 1949, entre o Govêrno do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), foi entregue à administração dêsse Serviço, o 4º Distrito Sanitário paraibano, compreendendo: Alagoa Grande (séde), Alagoa Nova, Areia e Esperança.

Nessas áreas, o SESP realizou um cuidadoso inquérito sanitário preliminar, revelador das condições nosológicas da região, abrangendo: helmintoses, protozoários intestinais, tracoma, bouba, leishmaniose, doenças venéreas, tuberculose, dermatomicoses, febres tifóidicas e desinterias. A investigação atingiu, ainda, a mortalidade infantil e a maternal.

O plano geral de trabalho do SESP é o seguinte:

a) administração das unidades sanitárias localizadas no 4º Distrito;

b) construção, em Alagoa Grande, de um hospital com centro de saúde, de acôrdo com o projéto delineado pela Divisão de Engenharia do SESP, orçada Cr$ 4.500.000,00;

c) instalação de serviços de abastecimento dágua, inicialmente, em Areia e em seguida, em Esperança e Alagoa Nova;

d) preparo e treinamento do pessoal auxiliar;

e) remodelação, em cooperação com o Departamento de Saúde do Estado, dos serviços de Bioestatística e Educação Sanitária.

Ainda por iniciativa do SESP, está sendo realizado nesta capital o *inquérito de nascidos vivos,* visando aferir a importância dos elementos que podem influir na eficiência do registro civil de nascimentos. Idêntica tarefa será levada a efeito na cidade de Alagoa Nova.

Pela Lei nº 374, de 26 de outubro de 1949, foi aberto o crédito especial de um milhão de cruzeiros, destinado a atender ao pagamento, ao SESP, da contribuição a que está obrigado o Estado, por fôrça do convênio celebrado com o mesmo Serviço, o qual foi revigorado pelo Decreto nº 228, de 11 de maio de 1950.

Em face de cláusula contratual, as contribuições federais para serviços de saúde compreendidos na área do SESP serão entregues pelo Estado a essa organização.

BIOESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Cumprindo uma das cláusulas contratuais do convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública, o Govêrno do Estado sancionou, em data de 3 de maio do corrente, a Lei nº 474, que cria no Departamento de Saúde o Serviço de Educação Sanitária. Por fôrça, ainda, do referido convênio, encaminhou também ao Legislativo, onde se acha em estudo, o projéto de lei criando, no mesmo Departamento, a Secção de Estatística Sanitária.

Com essa providência, será dada, de um lado, nova estrutura aos serviços de estatística vital do Departamento de Saúde, e, de outra parte, substancial desenvolvimento aos serviços de educação sanitária, indispensáveis ao êxito das campanhas profiláticas a cargo do mesmo Departamento.

No intuito de dar a organização que requerem em-

preendimentos do norte dos acima mencionados, o Departamento de Saúde, em cooperação com o SESP, fez seguir à Capital da República dois dos seus técnicos naqueles místeres, afim de aperfeiçoar seus conhecimentos. Ambos já regressaram, sendo dos mais proveitosos os estágios ali realizados.

INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS

Encontra-se em pleno funcionamento o Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos, convenientemente aparelhado com câmara frigorífica, micrótomo, e demais utensílios.

Sob os auspícios do SESP foi enviado ao sul do país um dos técnicos do Departamento de Saúde, que ali realizou proveitoso estágio, visando assegurar ao Instituto de Anatomia Patológica maior rendimento útil ao trabalho, para o cabal preenchimento de suas finalidades.

É ocioso salientar a relevância do empreendimento, visto como as falhas que se observam nas estatísticas de mortalidade, segundo a causa do óbito, decorrem, como se sabe, da falta de necrópsia, quanto aos decessos verificados sem assistência médica. E a simples indagação verbal *post-mortem* não assegura a fidedignidade do diagnóstico. Daí, as nossas estatísticas mortuárias se ressentirem de sensíveis falhas, oriundas de fatores irremovíveis, visto que qualquer providência, visando á melhoria da qualidade dos dados estatísticos, torna-se-á inoperante por falta de base sólida.

Com a criação e funcionamento do Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos desapare-

ce a lacuna, constituindo um passo avançado para a perfeita classificação de causas de morte, de acôrdo com a Nomenclatura Internacional em uso.

Para conseguir o seu funcionamento, fez-se necessário reequipá-lo inteiramente, tendo sido dotado de estufas *Fanem*, micrótomo, miscroscópios bi-oculares, centrifugador, máquina de micro-fotografia, balanças grandes e de precisão, vidraria, sais e outros apetrechos.

A camara frigorífica para conservação dos cadáveres foi completamente reaparelhada, com compressor Frigidaire, válvula de expansão térmica, motor elétrico, e demais aparelhagem.

Tendo encontrado já construido e, em parte equipado, o atual govêrno concluiu as instalações do Instituto de Anatomia Patológica e o pôs a funcionar, no que já dispendeu a quantia de 166.551 cruzeiros.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE PESSOAL PARA MÉDICO

E' inquietante nossa situação quanto á carência, em quantidade, de pessoal técnico médico e para-médico.

Basta ver que o número de facultativos entre nós (169), atinge apenas a 10% do total indicado pela técnica sanitária moderna, afim de prestar boa assistência a uma população nas proporções da nossa.

Passando-se ao exame concernente ao pessoal paramédico, constataremos que, nêste particular, atingimos as raias do inverossimil. Para atender, no momento, á sóma dos médicos, por si já mínima como se demonstrou, necessitaremos de 338 enfermeiros de alto padrão. Possuimos, no entanto, apenas três, na ínfima proporção de 0,8%. Quanto ao restante pessoal, não são menores as

deficiências, pois só dispomos, em todo o Estado, de 80 auxiliares de enfermagem e 95 parteiras diplomadas, sendo que, destas, 73 residem na capital.

Êste quadro justifica as medidas adotadas pelo Govêrno, de estímulo ás iniciativas particulares que se propuzeram a enfrentar tão palpitante problema.

A filial paraibana da Cruz Vermelha Brasileira vem realizando, sem alardes, mas com absoluta segurança, uma notável obras nêste sentido. Em 1948, instituiu o curso de Auxiliares de Enfermagem, e no ano passado o ampliou, visando também a parte obstétrica e puericultura.

O Govêrno, além de reconhecê-los, pelo decreto n. 135, de 23 de setembro último, auxiliou aquela benemérita instituição no pagamento do pessoal docente e atendeu, ainda, á solicitação que lhe foi feita, pondo á sua disposição um dos médicos do quadro do Departamento de Saúde para se encarregar dos referidos cursos.

É de indiscutível necessidade a fundação, em nosso meio, de uma escola de enfermagem de nível superior, o que, aliás, já vem figurando nas cogitações das autoridades responsáveis pela saúde pública no Estado.

OUTRAS INICIATIVAS

O Departamento de Saúde está colhendo dados para o planejamento das obras do vale do rio Gramame, a fim de o submeter á apreciação dos órgãos federais competentes, de maneira a possibilitar, com o saneamento, a sua recuperação econômica, melhorando, ao mesmo tempo, o estado sanitário da região.

Pleiteou, ainda, o órgão estadual de saúde a fundação, nêste Estado, de um Centro de Pesquizas, com o es-

copo de estudar as características de nossa carta nosográfica, indicando, assim, o melhor modo de combater as endemias que assolam o território paraibano. O assunto entretanto, ainda está em fase de entendimentos com as autoridades federais.

É interessante, igualmente, não esquecer que o Serviço de Doenças Mentais ensejou a melhoria do aparelhamento assistencial aos insanos, já estando pronta a parte pedagógica do Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil.

Vai ser instalado, também, um serviço aberto de neuro-psiquiatria, tendo o Estado enviado ao sul do País, um especialista para observar os progressos da ciência médica nêsse setor. Já estamos recebendo o material indispensável ao completo aprestamento do referido serviço.

Afinal, no tentamen de colocar o serviço de assistência dentária do Departamento de Saúde, ao nível do desenvolvimento em que a moderna odontologia se vem situando, foi constituida uma Comissão de Planificação dos Serviços Dentários com, a assistência da Divisão dos Serviços Distritais do mesmo Departamento.

AGRICULTURA

Nos últimos anos, tem sido deverás animador o desenvolvimento de nossas atividades agrícolas.

Somos, como é sabido, um Estado cuja economia assenta com preponderancia na agricultura. Em conjunto, a produção agrícola paraibana vem apresentando um vigoroso indice de vitalidade. À exceção do algodão, cuja cultura, apezar da sua secular hegemonia, se encontra por assim dizer estacionária, os demais produtos agrícolas apresentam uma curva de desenvolvimento bastante acentuada.

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo serviço oficial de classificação, pode-se apreciar o volume, em quantidade e em valor, do aumento verificado nos nossos produtos de maior relêvo econômico, classificados para exportação inter-estadual e para o estrangeiro, nos últimos cinco anos:

Algodão em pluma

Ano	Quilos	Cr$
1945	25.479.169	122.085.515,20
1946	28.420.757	350.002.615,80
1947	24 207.189	408.454.542,50
1948	28.029.491	584.532.754,50
1949	25.876.169	571.062.121,10

Fibras de agave:

Ano	Quilos	Cr$
1945	2.131.103	31.285.613,60
1946	5.073.070	41.747.279,50
1947	11.418.652	103.213.322,30
1948	20.446.629	132.966.151,30
1949	27.110.645	146.776.553,79

Muitos outros produtos ainda contribuem para o valor da nossa produção agrícola, como, por exemplo, sementes de mamona, cuja cultura evoluiu também de modo surpreendente:

Ano	Valor da produção Cr$
1945	6.200.543,90
1946	8.333.744,60
1947	17.562.539,20
1948	25.683.297,20
1949	33.136.805,90

Para não alongar a exposição, são mencionados apenas os três produtos acima, que, como produtos de exportação, concorrem de modo mais eficiente para a formação da nossa riqueza. Aliás, as estatísticas sobre o assunto, revelam, com maior ou menor intensidade, em relação aos demais gêneros, o gráu de desenvolvimento da nossa produção.

Inegavelmente, não se poderá deixar de atribuir uma parcela de influência sôbre o aumento e melhoramento da produção rural, ao nosso progressivo encami-

nhamento para a mecanização agrícola. A introdução cada vez maior do uso de máquinas agrárias, o estímulo e a assistência sempre crescentes do poder público aos trabalhos agrícolas, são as razões principais do progresso registrado na agricultura paraibana.

Sendo certo que a economia paraibana assenta de modo primacial no cultivo do sólo, é racional que todos os esforços devam ser empregados no sentido de aproveitar devidamente as riquezas que a agricultura nos pode proporcionar. E por assim compreender, vem o Governo desenvolvendo um programa de fomento ás atividades agrícolas, consubstanciado em uma série de realizações, visando ao melhoramento e á elevação do nível da produção rural.

Para corroborar a afirmativa, basta acentuar que no período da atual administração a despêsa com o serviço de fomento elevou-se de 4.375.406 cruzeiros em 1947, para 6.334.603 cruzeiros em 1948 e 6.717.796 cruzeiros em 1949. O confronto entre a despesa dêsse exercício e a realizada em 1946 acusa um aumento de 64,6%. Mas expressivo é o progresso em relação aos anos anteriores. Em cotejo, por exemplo, com o exercício de .... 1940, o aumento é de 238%.

PRODUÇÃO VEGETAL

Como já ficou expresso, o estímulo das nossas atividades econômicas, particularmente no que concerne á agricultura, constitúi ponto fundamental no programa do Governo.

Apesar da nossa condição de Estado de economia predominantemente agrícola, já se vem afirmando entre nós relativo desenvolvimento industrial, pois, segundo

os dados estatísticos referentes á distribuição da população empregada em atividades industriais no país, no ano de 1947, verifica-se que a Paraíba está colocada no décimo primeiro lugar, vindo acima dos Estados do Pará, Mato Grosso, Bahia, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Goiás e Piauí. De acôrdo com os informes oficiais, existiam em 1947, no Estado, 8.927 estabelecimentos industriais, com a produção anual de Cr$ 808.004.390,00. Esse encaminhamento para a industrialização acarreta um deslocamento de braços para as cidades, agravando de certo modo o problema criado com o exôdo das nossas populações rurais para o sul do país. O remédio para neutralizar êsses males é o amparo á lavoura, através de medidas que fixem o nosso camponês á zona rural, entre as quais deve, naturalmente, figurar a criação de escolas rurais para aprendizagem agrícola, já mencionadas em outra parte desta mensagem.

Dentro das nossas possibilidades financeiras vem o Govêrno realizando uma eficiênte política de ajuda e incentivo ao homem do campo, mediante assistência técnica e fornecimento de instrumental agrícola e sementes para plantio.

Integrados em uma região onde a variedade climatérica, ora por escassez de chuvas, ora pelo excesso de precipitação pluviométrica, tem determinado um regime de insegurança para as atividades agrícolas, o nosso dever principal é o estabelecimento de medidas de proteção aos trabalhos da lavoura ,de valorização do homem rural, criando-lhe bases sólidas para uma real e estável prosperidade social. E isso só poderá ser conseguido se lhe forem fornecidos os meios para produzir e prosperar, mediante um plano de educação racional e adequa-

do e melhorando as suas condições de saúde e conforto, de acôrdo com as exigências mínimas da vida moderna.

Um processo educacional de tal envergadura, embora se afigure a solução natural do nosso problema agrário, exige uma ação longa e continuada, além de dispendiosa. As necessidades da nossa agricultura, por conseguinte, têm de ser atendidas parcialmente, nos seus aspectos mais imediatos e oportunos.

Dentro das limitações financeiras do Estado, vem o Governo pugnando pela racionalização dos trabalhos agrícolas, facultando aos agricultores a aquisição, ao preço de custo, de equipamentos mecânicos e produtos necessários á melhoria e preservação das culturas e criação; fomentando a mecanização da lavoura, mediante a demonstração do emprego e manejo da maquinária; estimulando as atividades agrícolas com a introdução de métodos mais adequados ao nosso meio, em campos de cooperação disseminados por todo o Estado; a instalação de novas fazendas experimentais para as nossas culturas, especialmente o algodão, sendo uma na zona sertaneja, para os algodões arbóreos, e outra na zona do Brejo, para as variedades herbáceas.

Defesa sanitária vegetal — Os fenômenos de baixa produção por área, que se registram na cultura algodoeira, apesar de serem os mesmos para o resto do território nacional, vêm preocupando tanto os agricultores como os técnicos paraibanos e são devidos, em grande parte ás pragas entomológicas que infestam os nossos algodoais.

Para um combate mais decisivo aos inimigos da nossa lavoura básica, estão sendo substituidos os inseticidas arsenicais por outros mais poderosos, com base em substâncias químicas de alto poder destruidor.

Dentro da exiguidade do recurso orçamentário, prossegue o Departamento da Produção na sua campanha de defesa da produção vegetal. Várias toneladas de arsênico foram empregadas na luta contra a saúva, no exercício de 1949, graças aos estoques mantidos nos Postos Agrícolas.

Para demonstrar o interesse da atual administração, nêste setor do fomento á agricultura, basta confrontar os dados relativos á aquisição de inseticidas, feita pelo Estado para cessão aos agricultores, no último quinquênio, a saber:

Ano	Quantidade (Quilos	Valor em Cr$
1945	600	3.600,00
1946 (não houve)	—	—
1947	2.880	20.960,00
1948	4.500	37.210,00
1949	9.700	116.800,00
1950 (até março)	5.000	35.000,00

Máquinas agrícolas — O exôdo rural impulsiona o lavrador a modificar os métodos de trabalho. Faltando o braço do operário rural, vem a necessidade da introdução de máquinas para o preparo e cultivo do sólo. E, por isso, nos dias atuais, em quase todo campo de cultura paraibano está presente e prestando os seus bons serviços a mais simples das máquinas agrícolas, que é o cultivador. A produção teria forçosamente caído, por causa do exôdo rural, se não fôsse a crescente adoção da máquina nos trabalhos da agricultura.

Somente nos primeiros mêses do corrente ano foram

distribuidos a agricultores, em todo o Estado, 2.000 cultivadores. No período da atual administração êsse número chegou a 5.229, no valor de 1.926.490 cruzeiros, não incluidos os cultivadores vendidos pelos serviços federais e casas comerciais do gênero.

Ainda com o propósito de ajudar o pequeno lavrador foram revendidas,pelo preço do custo, 17.000 enxadas comuns, das quais não só havia escassêz no comércio local, como os preços eram superiores á capacidade aquisitiva das classes produtoras mais humildes.

O número total das máquinas e instrumentos agrícolas adquiridos pelo Estado, para cooperação com os agricultores, no último quinquênio, compreendendo tratores, cultivadores, pulverizadores, enxadas, enxadinhas para cultivador, destocadores e outras, esclarece o vulto alcançado pela atividade do Govêrno no fomento da agricultura:

	Máquinas e instrumentos agrícolas	
Ano	Quantidade	Valor em Cr$
1945	125	19.000,00
1946	175	60.000,00
1947	11.025	136.550,00
1948	17.399	1.399.964,00
1949	24.050	1.577.200,00
1950 (até março)	19.817	775.887,20

No número das máquinas adquiridas pela atual administração, ou seja no período de 1947 a esta data, figuram 1 trator Allis Chalmers equipado com bulldozer, 2 tratores Cletrac, 2 tratores equipados com arado e grades, 4 caminhões, 1 caminhonete e 1 Jeep. Além dos ad-

quiridos, foram reparados nas oficinas do Departamento da Produção, 6 tratores e recuperadas 970 máquinas leves, entre arados, cultivadores, pulverizadores e outras.

O número de cultivadores, de que acima se faz referência, incorporados á vida econômica do Estado, devido á iniciativa oficial, é uma demonstração patente da marcha evolutiva da campanha de mecanização agrícola, que se está processando e que não deverá sofrer solução de continuidade, sobretudo quando se observa que o braço operário vai se tornando cada vez mais escasso.

Por outro lado, há a considerar as condições climáticas do Estado, que constituem um outro imperativo para a mecanização da lavoura. Sem um adequado e oportuno preparo do solo, não é possivel fazer um aproveitamento conveniente das águas pluviais, armazenando-as no sólo para utilizá-las durante os longos dias de verão, tão comuns entre nós, mesmo na quadra das chuvas.

Os invernos curtos e incertos do Nordeste não permitem qualquer retardamento na fundação das culturas, o que impõe a necessidade de um rápido preparo do sólo, problema cuja solução consiste no emprego, em larga escala, da motocultura.

Oficina Simões Lopes — Os reparos e a recuperação do material agrícola utilizado pelo Estado na campanha de incentivo da produção agro-pecuária, tornavam inadiáveis a ampliação e o reequipamento das oficinas mecanicas do Departamento da Produção, localizadas no Hôrto Simões Lopes.

Com êsse objetivo, estabeleceu o Govêrno do Estado um acôrdo com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, sendo, então, com essa co-

laboração valiosa, empreendidas as reformas que se faziam indispensáveis.

Desta maneira, pôde o Departamento da Produção restaurar grande parte do material agrícola que se encontava fóra de uso e que voltou, assim, a prestar serviços.

Para o reequipamento dessas oficinas foram adquiridas várias máquinas e ferramentas diversas, no que se inverteu a importancia de 200 mil cruzeiros.

Nas referidas oficinas, foram recuperadas 970 máquinas agrícolas, como arados, cultivadores e outras, bem como reparados seis tratores, que se encontravam inutilizados e foram postos a funcionar.

Campos de cooperação — Para maior incremento da agricultura em nosso Estado, o Departamento da Produção vem atendendo e incentivando o preparo de campos de cooperação, para prestação de assistência e orientação técnica aos agricultores.

A cooperação oferecida aos agricultores tem sido um poderoso estímulo para o melhoramento da nossa produção agrícola e o crescente aumento dos contratos e da área cultivada atesta a excelência do sistema, já tradicional nas nossas práticas rurais.

Com essa finalidade, vem a Secretaría da Agricultura, por meio de seu departamento técnico, impulsionando a produção de boas sementes, não só as melhoradas no Estado, mas igualmente as que consegue obter de outros conceituados estabelecimentos especializados do país. No setor algodoeiro, por exemplo, o trabalho de multiplicação de sementes vem se intensificando de ano para ano, tanto nas fazendas oficiais, como em campos particulares.

As áreas semeadas em cooperação com os lavradores crescem progressivamente, aumentando de modo consideravel as disponibilidades de produção de boas sementes para a fundação das safras. O número total de hectares de campos de cooperação, que em 1946 não excedia de 1.500, era em 1947 de 4.020, atingindo a .... 7.500 hectares em 1948. Em 1949, o número de hectares realizados elevou-se a 10.000, estando a Secretaría da Agricultura empenhada na ampliação dêsse serviço, promovendo o contrato de novos campos, para cumprimento do seu programa de ajuda e assistência ao lavrador paraibano.

Distribuição de sementes — As atividades do Departamento da Produção, orientadas no sentido de melhorar a qualidade das sementes destinadas ao plantio e facilitar a sua distribuição entre os agricultores, vêm alcançando desenvolvimento jamais atingido entre nós, como se pode vêr das estatísticas referentes ás sementes distribuidas no último quinquênio.

Ano	Sementes, quilos	Valor, Cr$
1945	35.000	21.000,00
1946	40.000	30.000,00
1947	226.784	366.126,50
1948	182.000	273.000,00
1949	553.000	829.500,00
1950 (até março)	300.000	450.000,00

Vale esclarecer que no total das sementes distribuidas figuram 140.400 quilos de milho e feijão que, no ano de 1947, diante da crise que assaltou a lavoura, o Governo distribuiu gratuitamente entre pequenos agri-

cultores. As sementes em geral são vendidas com a redução de 50% no preço do custo.

Cultura do Algodão — Os trabalhos para o melhoramento da cultura algodoeira prosseguiram dentro dos planos traçados, abrangendo o estudo dos algodões Mocó ou hibridos Mocó x Pima, para a zona sêca, e herbáceos Campinas 817, Express, Texas, IPA - 8 e herbáceo comum, para a zona da mata.

Na Fazenda Experimental de Pendência foram estudadas 70 progênies da variedade Mocó, sendo eleitas 7, que serão gradativamente purificadas pelo emprego da auto-fecundação. O conjunto eleito apresenta as seguintes características: comprimento de fibra — 37,8 mm; percentagem de fibra — 28 a 30%; peso por centímetro — 140; resistencia (índice Pressley) — 7,19; gráu de maturidade — 2; frequência de "Neps" — Baixa.

Nos campos de aumento foram produzidos 350 Kg. de sementes puras da variedade Mocó P — 46, para serem multiplicadas na 3. Zona Agrícola, e 900 Kg do tipo M x P. Fica desta forma mantido o suprimento de sementes para os núcleos centrais de cooperação, de 100 hectares cada um.

Continuam os trabalhos para a aclimação da variedade Campinas, de origem paulista. No Campo do Riacho Verde foram produzidos 9.600 Kg de sementes. Em Itabaiana, foi realizado um estudo comparativo das variedades de algodão que mais se adaptam ás nossas condições de clima e sólo, abrangendo as variedades Campinas 817, Texas, IPA-8 e o herbáceo comum, e na Fazenda Simões Lopes foi experimentada a variedade Express, visando á observação dos caracteres industriais.

Nos experimentos realizados ficou demonstrado que

as variedades aclimadas no Nordeste, como o IPA-8 e o herbáceo comum, apresentam uma melhor maturidade, dada em parte pela baixa percentagem da fibra e por uma maior precocidade. Quanto a esta, a variedade Campinas é, sem dúvida, melhor. A grande precocidade evita, em parte, o ataque da lagarta rosada, o que é de suma importancia.

No Campo Experimental de Pendência foram feitas experiencias com o emprêgo de hormônios ingleses "Hortamone A", com animador resultados.

No que se refere ainda aos algodões arbóreos, além de outras variedades já perfeitamente aclimadas no Estado e do comprovado valor agrícola e industrial, será iniciada no corrente ano a multiplicação de um novo tipo de algodão Mocó, o P-46, que, afora outras características de grande importancia industrial, destaca-se pelo comprimento da fibra, que atinge, na classificação comercial, 36/38 milímetros. É esta, sem dúvida, a melhor linhagem pura do afamado algodão Mocó, atualmente existente, que virá possibilitar á Paraíba uma radical substituição dos tipos hoje predominantes e, consequentemente, uma melhoria total na produção da preciosa fibra. Do ponto de vista genético e industrial, pode-se, mesmo, considerar solucionado o problema de fibra longa no Estado. Falta-nos, somente, intensificar a produção do Mocó P-46, para o seu completo predomínio nas terras sertanejas.

Nas pesquizas de laboratório foi introduzida a nova técnica de Goldwait para o exame colorimétrico da maturidade. Pelos estudos feitos, verificou-se que o principal defeito dos nossos algodões em geral é a falta de maturidade. Todos os trabalhos de genética são atualmente baseados nêsse caráter, que é vital, tornando-se

um fato inédito em genética algodoeira. Com êste fim, foram feitas 2.301 observações tecnológicas.

A cultura algodoeira do Estado, em 1949, apresentou um declínio em relação á safra anterior, de ..... 2.153.322 quilos. A produção, nos dois últimos triênios, dá uma média de 26.211.755 quilos, como se pode verificar do quadro seguinte:

Ano agrícola	Produção (quilos)
1943/44	25.257.875
1944/45	25.479.169
1945/46	28.420.757
1946/47	24.207.189
1947/48	28.029.491
1948/49	25.876.169

As estimativas para o ano corrente são otimistas. A área de cultivo aumentou, em razão dos preços melhores, tudo indicando que a produção deste ano será uma das maiores nêstes últimos tempos.

Cultura do agave — A Paraíba continúa liderando a produção do agave em todo o território nacional. A produção do sisal no Brasil foi insignificante até 1944. De 1944 a 1948 a produção nacional somou 49.560 toneladas. No mesmo período produziu a Paraíba 40.175 toneladas, o que equivale a 81% da produção brasileira.

No ano agrícola de 1948/1949 o volume de fibras de agave produzidas nêste Estado excedeu de 6.664.016 a produção da safra anterior, como se observa da expo-

sição a seguir, abrangendo todo o ciclo da produção agavieira:

Ano agrícola	Fibras (quilos)
1943|44	1.106.035
1944|45	2.131.103
1945|46	5.073.070
1946|47	11.418.652
1947|48	20.446.629
1948|49	27.110.645

O Govêrno, através dos órgãos competentes da Secretaría da Agricultura, vem incentivando a cultura do agave, notadamente nas zonas mais propícias ao seu desenvolvimento. A região do Cariri, situada nos altiplanos da Borborema, estava a exigir uma solução para os seus problemas econômicos, com base na exploração do sólo. O estudo de suas condições ecológicas indicava a necessidade da introdução, alí, de uma planta rústica, de comprovado valor agro-econômico. Os experimentos realizados com o agave demonstraram que a sua cultura pode contribuir de modo consideravel para a recuperação econômica dessa larga faixa do território paraibano. O Govêrno fez distribuir gratuitamente e entregar nos locais dos plantios, quatro milhões de mudas, que, a partir da próxima safra, estarão produzindo, cada colheita, cêrca de um milhão de quilos de fibras. Essas plantações disseminadas pelos diversos municipios do Cariri, constituirão, por sua vez, importantes núcleos de propagação da cultura do agave, que alí vem se comportando de modo inteiramente satisfatório, valorizando a

terra e o trabalho do homem dessa vasta e séca região paraibana.

Hôrto Simões Lopes — Os trabalhos de fomento á fruticultura tiveram igualmente um animador desenvolvimento. O Hôrto Simões Lopes preparou no ano findo mudas e enxêrtos de espécies diversas, as quais foram distribuidas gratuitamente e vendidas por preço reduzido a agricultores de todas as zonas do Estado. Mereceu igual atenção o preparo de mudas de essências florestais.

As espécies mais procuradas foram abacateiro mangueira, coqueiro, laranjeira, sapotizeiro, sapoteira, mamoeiro, goiabeira, frurapão e cajueiro, assim como eucalípto, sabiá e canafístula.

Pelo quadro a seguir se observa o interesse dos lavradores pela cultura de plantas frutícolas:

Ano	Arvores frutiferas	Coqueiros
1947	19.000	48.707
1948	26.531	45.191
1949	19.759	50.859

Colônia Agrícola de Camaratuba — Prosseguem as experiências de colonização agrícola que o Estado está realizando na Fazenda Camaratuba e de que deu noticia o Govêrno nas mensagens anteriores.

Atualmente, numa área de 6.500 hectares, existem 64 lotes colonizados, com um ligeiro aumento sôbre o ano anterior.

Os objetivos visados, que são a valorização do homem rural e a melhoria das suas condições de existência, vêm sendo conseguidos através de ensinamentos práti-

cos dos modernos processos agrícolas, renovação do ambiente de trabalho e formação de uma consciência cooperativista, proporcionando ainda aos colonos os cuidados indispensáveis á preservação da sua saúde.

A Colônia dispõe de um pôsto médico e de um grupo escolar e mantém tambem uma cooperativa.

A Fazenda Camaratuba funciona ainda como estabelecimento de experimentação agro-pecuária do Estado. E' pensamento do Govêrno criar aí uma estação de fruticultura, para cultivo e fomento de espécies selecionados. Para isto, já estão sendo feitas as primeiras culturas de bananeiras, coqueiro, abacaxí e outras em menor escala.

Como ficou esclarecido na mensagem de junho de 1949, torna-se necessário, para o desenvolvimento das atividades agrícolas da Colônia, o rebaixamento e retificação do leito dos rios Camaratuba e Pitanga, para recuperação das terras por eles inundadas e saneamento do vale. Não dispondo de aparelhamento técnico para a execução dessas obras, o Govêrno solicitou a cooperação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que atualmente realiza a desobstrução e limpesa de rios no nosso litoral, não tendo sido ainda possivel dar inicio aos referidos trabalhos.

Novas culturas — Em face da grande possibilidade da produção de fibras no Nordeste e tendo em vista o sucesso alcançado com a cultura do agave, o Departamento da Produção vai iniciar culturas experimentais do rami e do fórmio.

O fórmio, tambem chamado linho da Nova Zelandia, é uma fibra de grande valor. A produção por área é elevada e o rendimento da fibra é de 10%, praticamente

três vezes superior ao agave. A produção normal desta planta, na Argentina, é de 75.000 Kg por hectares. Em São Paulo, já está sendo cultivada em escala apreciável.

Ambas as espécies são altamente exigentes quanto ao fator água. Se se positivarem os resultados almejados, a introdução da sua cultura poderá modificar a estrutura econômica das regiões úmidas do território paraibano.

PRODUÇÃO ANIMAL

A pecuária na Paraíba, como em toda a região semi-árida do Nordeste, sofre os rigores climáticos, próprios da região, de modo muito mais intenso e com efeitos muito mais prolongados do que a agricultura. E por isso, não vem ela acompanhando o rítimo do nosso desenvolvimento no domínio das atividades agrícolas.

Por outro lado, a crise de amplitude nacional que atingiu a pecuária, afetou grandemente a marcha do processo de melhoramento dos nossos rebanhos, diminuindo ou eliminando a entrada de reprodutores e gados de raça, para a ampliação e formação de novos planteis.

A política do Govêrno, em relação á pecuária abrange a expansão dos núcleos de fomento animal existentes na Granja São Rafael e na Fazenda Riacho dos Cavalos, para torná-los alimentadores de uma cadeia de postos de monta, a serem distribuidos pelas diferentes regiões do Estado, em cooperação com os municípios, bem como a instalação de duas novas fazendas, uma na zona do Brejo, para o fomento do gado leiteiro, e outra no vale do Piancó, para a difusão das raças indianas.

As experiências realizadas na Granja São Rafael e na Colônia Agrícola de Camaratuba, com a criação de

gado de raça holandêsa, aconselham a localização de um estabelecimento dessa natureza na zona do Brejo, visando á exploração da indústria de laticínios. Para êsse fim, o Govêrno adquiriu 3 espécimens dessa raça e importou diretamente da Holanda um reprodutor de alta linhagem. Depois dêstes, foram adquiridos mais dois reprodutores, um vindo da criação holandesa do Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul e outro do Estado do Ceará.

Quanto ao gado indiano, pela sua rusticidade, torna-se mais aconselhado á melhoria dos rebanhos sertanejos. Neste sentido, têm sido satisfatórias as experiencias realizadas com as raças Gir, Guzerath e Nelore na Fazenda Riacho dos Cavalos, que a Secretaria da Agricultura mantém no Alto Sertão. Para ampliação e suprimento desta e de outras estações experimentais do Estado, o Govêrno adquiriu, no sul do pais, de reputados selecionadores de gados das mencionadas raças, dois planteis, constituidos de 26 e 12 exemplares, respectivamente. Do Ministerio da Agricultura recebeu o Govêrno do Estado 47 reprodutores de raça indiana, os quais foram distribuidos pelas Prefeituras Municipais do interior.

Para o fomento da criação de equinos, foram adquiridos pelo atual Govêrno 8 reprodutores Mangalarga e 1 anglo-árabe, assim também 3 asininos da raça Pêga. Em maio último, foi ainda adquirido, no sul do país, um reprodutor equino, da afamada raça nacional Campolina, destinado á Colônia Agrícola de Camaratuba.

Granja São Rafael — Convenientemente reaparelhada na atual administração, a Granja São Rafael, im-

portante núcleo de melhoria e fomento da produção animal, vem preenchendo satisfatoriamente os seus objetivos. Além de fornecer aos fazendeiros animais de raça para reprodução, funciona como pôsto de monta e dá permanente assistência técnica aos criadores.

Os plantéis de gado leiteiro, suinos e cavalares alí existentes, muito têm contribuido para o melhoramento da nossa indústria pastoril.

A Granja mantém um lote de 64 bovinos, com a produção anual de 50.670 quilos de leite.

A criação de suinos está consideravelmente aumentada, dispondo de 80 fêmeas de raças selecionadas, cuja produção, que em 1948 foi de 347 crias, elevou-se a 483 em 1949.

O plantel de equinos é constituido de 7 animais.

O aviário possui 800 aves, que produziram no ano passado 8.625 pintos de um dia, 20.000 ovos férteis e 59.708 ovos claros.

A Granja rendeu no ano de 1949 a importância de Cr$ 150.762,50.

Fazenda Riacho dos Cavalos — A Estação Experimental que o Departamento da Produção mantém na Fazenda Riacho dos Cavalos, no município de Catolé do Rocha, onde se encontram 145 animais selecionados, continúa apresentando apreciavel soma de trabalhos com animadores resultados.

Essa Fazenda é possuidora atualmente de um lote de 13 Guzerath, 17 Nelore, 21 Gir, 19 Schwitz, 16 Malabar, 2 Indú-Brasil e 1 Holandês, todos se mantendo em boas condições, principalmente os da raça indiana, mais adaptaveis ao nosso clima e mais resistentes ás epizootias.

O serviço de equinos conta com 1 reprodutor árabe e 12 Mangalargas, além de 31 fêmeas mestiças em segundo gráu, das raças existentes e outros, no total de 62 animais. Dispõe ainda de 3 asininos da raça Pêga.

Fazenda Pendência — Vêm obtendo franco êxito os trabalhos realizados na Estação Experimental de Pendência, para a aclimação de mesticos holandês-zebú, como produto mais adaptavel ás condições do Cariri, onde se localiza a Fazenda, assim também de maior rendimento para a exploração de laticínios. O rebanho é constituido de 24 rêzes, da variedade acima.

O rebanho de ovinos deslanados, de fácil aclimação na região, foi aumentado para 67 cabeças, prosseguindo as experiências quanto á sua possivel superioridade, do ponto de vista das qualidades industriais, sôbre o tipo lanado comum.

Com relação á criação de caprinos, cujo rebanho está constituido de 124 espécimens das raças Maroto e Moxotó, é do programa da Secretaria da Agricultura adquirir um plantel de cabras da raça Canindé, animais regionais, que, em comparação com as duas espécies já existentes, poderão demonstrar o valor econômico de cada uma delas.

Agrostologia — Com intuito de estimular o aumento das reservas forrageiras do Estado e, ao mesmo tempo, assegurar alimentação para o gado de raça alí estabulado, dispõe a Granja São Rafael de uma secção de agrostologia, onde são cultivadas diversas espécies de gramíneas, cuja escolha é objeto da atenção dos técnicos do Departamento da Produção.

Na Fazenda Pendência, é mantida a cultura da pal-

ma forrageira, que muitos benefícios vem proporcionando á pecuária paraibana, evitando a perda de animais resultante da falta de alimentação nos períodos de estiagem.

Defesa sanitária animal — Não se dispõe de estatísticas relativas aos prejuizos causados pelas epizootias que dizimam anualmente os nosso rebanhos. O Govêrno, entretanto, tem as suas vistas voltadas para o problema, havendo sido criado o Serviço de Defesa Sanitária Animal, para assistência á pecuária, mediante o fornecimento de vacinas e a prestação de ensinamentos e conselhos aos nossos criadores .

O Serviço de Defesa Sanitária Animal, desde que convenientemente aparelhado do seu laboratório, consagrar-se-á, também, ao estudo da patologia animal e, ao mesmo tempo, á produção de medicamentos veterinários, como sôros, vacinas e outros, que serão utilizados no plano de combate intensivo ás epizootias. Visto não estar ainda em condições de produzí-los, os medicamentos para a defesa animal são adquiridos pelo Estado, como aconteceu nos anos de 1948, em que foram adquiridas 8.000 vacinas anti-aftosa, e 1949, em que a aquisição elevou-se a 36.000 dessas vacinas e mais 5.000 anti-rábicas.

As vacinas anti-aftosas foram distribuidas entre os agricultores mais progressistas e mais confiantes nos processos modernos de debelação das enfermidades.

O surto de raiva bovina que se verificou entre os animais da capital e adjacências, também contou com a assistência dos serviços oficiais, com os melhores resultados.

Inseminação artificial — O Govêrno acaba de ad-

quirir uma aparelhagem completa para o serviço de inseminação artificial. Esta técnica permite a rápida multiplicação de patrimônios hereditários do mais alto valor genético, de modo a assegurar melhor êxito na campanha pelo melhoramento dos nossos rebanhos.

1ª EXPOSIÇÃO PARAIBANA DE ANIMAIS

Na segunda quinzena de setembro do ano próximo passado, por iniciativa do Govêrno, realizou-se nesta capital a 1.ª Exposição Paraibana de Animais, a qual mereceu pleno apoio de todas as classes do Estado, especialmente dos fazendeiros, que a ela compareceram, expondo representantes de diversas raças, muitos deles premiados.

A Exposição, que teve lugar no antigo quartel do 8.º R. A. M., foi uma excelente demonstração do progresso que já alcançamos nêsse campo de nossas atividades rurais.

Foram expostos 282 animais, tendo sido premiados 104, sendo 38 em dinheiro, no total de 40 mil cruzeiros.

Para maior brilhantismo do acontecimento, nesta primeira mostra das nossas possibilidades no domínio da pecuária, a Exposição foi encerrada com a presença do Senhor Presidente da República, do Ministro da Viação, e dos Governadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe na oportunidade de sua visita a esta capital.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

O Govêrno do Estado, por intermédio do seu departamento competente, vem mantendo o acôrdo esta-

belecido com o Ministério da Agricultura para a fiscalização e classificação dos produtos agrícolas e pecuários padronizados, destinados á exportação.

Por intermédio dos seus Postos de Fiscalização e Secções de Classificação, o Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários fiscalizou o beneficiamento e classificação de todos os produtos padronizados, na forma da legislação em vigor num total de 1.127.861 volumes, pesando líquidos 118.377.240 quilos, com o valor comercial de Cr$ 856.268.005,09, da safra 1948/1949, que se encerrou em junho do ano passado.

No primeiro semestre da safra 1949/1950, isto é, de julho a dezembro de 1949, foram classificados .... 459.580 volumes, pesando 47.019.038 quilos, com a valor comercial de Cr$ 374.037.653,50.

Apesar das falhas inevitáveis em um serviço dessa natureza, o D. C. P. A. P. vem alcançando o seu objetivo. Assim é que o Estado exportou com facilidade toda a sua produção. A procura e a preferência dos centros consumidores pelos nossos produtos dispensam justificativas para a melhoria dos nossos métodos de fiscalização e classificação dos produtos exportáveis.

Entretanto, essa situação, no momento promissora, não nos deve satisfazer inteiramente. A concorrência de outros produtores é forte e a indústria exige cada dia produtos mais uniformes, com beneficiamento mais perfeito. E os nossos dois principais produtos, algodão e agave, carecem especialmente dessas duas condições.

No algodão, a falta de uniformidade no comprimento da fibra continúa sendo o principal e grande defeito. Estamos produzindo fibras desde 22 até 38 milímetros. Com tão grande diversidade de tipos de algodão e sem uma rigorosa delimitação das diferentes

zonas produtoras, não há fiscalização capaz de evitar a mistura das diversas classes de fibra. É preciso, pois, que os nossos agricultores cooperem com a Secretaria da Agricultura para a solução dêste problema, talvez decisivo para o futuro da economia algodoeira do Estado.

Quanto ao agave, o nosso maior defeito está no beneficiamento. Não dispomos de máquinas aperfeiçoadas para êsse fim e em muitos casos a escassez d'agua, para a lavagem da fibra, representa séria dificuldade no preparo de um produto melhor. Além disso, há muito descaso no beneficiamento por parte de muitos produtores que, advertidos a respeito, culpam os exportadores, alegando que a diferença de preço, no mercado interno, entre um produto bom ou ruim, não compensa as despêsas com um beneficiamento mais perfeito. E assim, em consequencia dêste choque de interesses, nossa fibra apresenta-se com muitos defeitos de beneficiamento, que poderiam ser facilmente removidos se houvesse melhor entendimento entre produtores e exportadores, mesmo usando no desfibramento as raspadeiras simples de que dispomos.

Entre os produtos classificados para exportação, da safra 1948|1949 e no primeiro semestre da safra 1949|950, figura em primeiro lugar o algodão, com ..... 66.604.627 quilos, sendo que nestes se incluem o estoque da safra 1947|1948 e 21.511.072 quilos de algodão procedentes de outros Estados; fibras de agave, com .... 36.294.927 quilos; milho, com 23.418.361 quilos; sementes de mamona, com 25.067.172 quilos, e sementes de oiticica, com 4.748.740 quilos.

Foram licenciados para funcionar na safra 1949|1950 as seguintes instalações: usinas e descaroçadores para beneficiar algodão — 113; prensas de alta densi-

dade — 9; fábricas de óleo de caroço de algodão — 15; fábricas de fiação e tecelagem — 6.

ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

O Estado, através do Departamento de Assistência ao Cooperativismo e com o concurso da Cooperativa Central de Crédito da Paraíba, vem estimulando e impulsionando a iniciativa particular, graças ao que já podemos contar com uma centena de cooperativas em funcionamento e outras em via de organização.

Essas cooperativas contavam, em 1949, com 17.575 associados. Grande parte delas, porém, é constituida de cooperativas escolares, sem maior expressão econômica.

O financiamento feito pela Cooperativa Central de Crédito, ás que estão em situação regular perante a mesma, atingiu, em 1949, apenas 14 cooperativas, com a importância total de Cr$ 332.955,00.

O capital subscrito das cooperativas do Estado, era de Cr$ 9.245.831,50 e o integralizado de Cr$ 8.235.468,50 existindo fundos de reserva no valor de Cr$ ..... 2.742.415,,70.

O montante dos empréstimos realizados foi de Cr$ 61.052.467,20, havendo uma diferença para menos de Cr$ 5.543.025,40, em relação aos empréstimos efetuados em 1948. Tambem o movimento geral, que em 1948 atingiu a Cr$ 974.845.060,80, caiu para Cr$ ... 684.441.044,10, em 1949, com á redução de Cr$ .... 290.404.016,70.

JUNTA COMERCIAL

Funcionando como registro público do comércio

essa repartição tem a seu cargo a legalização de livros comerciais, o registro de contratos e suas alterações, distratos, estatutos de sociedades anônimas e outros expedientes.

Pelos trabalhos da Junta pode-se julgar do desenvolvimento comercial e industrial do Estado, quer o montante do capital e número de firmas comerciais quer na fundação e desenvolvimento dos variados ramos de exploração, no comércio e na indústria.

É o seguinte o resumo das atividades administrativas da Junta Comercial durante o exercício de 1949: contratos arquivados, 85; distratos, 19; aditivos de contratos, 102; firmas sociais registradas, 70; firmas individuais, 241; aditivos de firmas sociais, 31; aditivos de firmas individuais, 92; estatutos de sociedades anônimas, 3; firmas canceladas, 6. Sêlos aplicados: estaduais, Cr$ 55.455,20; federais, Cr$ 23.484,30.

A Junta Comercial realizou 98 sessões ordinárias.

INSTITUTO TECNOLÓGICO

De acôrdo com o projeto do Govêrno, exposto na mensagem anterior, pela Lei n. 396, de 9 de dezembro do ano recem-findo, foi criado o Instituto Tecnológico da Paraíba, tendo por finalidade proceder a estudos e experiências que se reflitam na melhoria da construção civil e da indústria, principalmente nas indústrias afins com a agricultura.

A criação de um órgão dessa natureza, que será o oitavo no país, é, inegavelmente, uma iniciativa avançada, mas idispensável ao nosso Estado, onde a pesquisa no campo científico tem sido inteiramente descurada, principalmente no que se refere ao conheci-

mento do solo, o que é injustificavel para um Estado cuja economia é fundamentalmente agrícola. Por outro lado, observa-se que a nossa indústria está crescendo desordenadamente, sem obedecer ás normas racionais da tecnologia, resultando, disso tudo, produtos de preço de custo elevado, qualidade inferior e escasso poder de concorrência.

Inicialmente, o Instituto Tecnológico irá funcionar com duas secções: a de Química Tecnologica, compreendendo: a) indústrias orgânicas, inorgânicas e de fermentação, e b) racionalização industrial, e a de Resistência de Materiais.

A' proporção que forem melhorando as nossas condições financeiras, instalar-se-ão outras secções, ligadas, naturalmente, aos problemas de produção do Estado.

OBRAS PÚBLICAS

Tendo sido melhoradas, na atual administração, as condições do Departamento de Obras Públicas, subordinado á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas, no sentido de torná-lo apto á realização do plano de obras do Govêrno, vem êle, no cumprimento da sua missão, desenvolvendo, com real eficiência, um complexo de proveitosas atividades.

Inicialmente, havendo encontrado paralizadas todas as obras públicas do Estado, mas reconhecendo a sua utilidade, determinou o Govêrno o reinicio e a conclusão das mesmas, como parte preliminar dos empreendimentos programados.

Coube ao Departamento de Obras Públicas, durante os três anos decorridos da atual administração, executar todas as tarefas que, a seguir, vão sumariamente enumeradas.

OBRAS INICIADAS EM ADMINISTRAÇÕES ANTERIORES E CONCLUIDAS NO GOVERNO ATUAL

Até esta data foram concluidas e inauguradas as seguintes obras:

Mercado Central de João Pessoa
Edifício do Saneamento da Capital
Grupo Escolar de Soledade
Grupo Escolar de Aldeia Velha

Grupo Escolar de Mogeiro
Grupo Escolar de Gurinhem
Grupo Escolar de Pirpirituba
Grupo Escolar de Pedras de Fôgo
Grupo Escolar de Santa Júlia
Grupo Escolar de Pombal
Grupo Escolar de Aroeiras

O Govêrno atual dispendeu na terminação dessas obras a quantia de Cr$ 3.952.869,00, tendo sido gastos Cr$ 897.700,00 em administrações anteriores. Os Grupos Escolares de Mogeiro e Aroeiras foram integralmente custeados pela atual administração, e a conclusão do Grupo Escolar de Santa Júlia custou a importância de Cr$ 812.900,00.

OBRAS CONSTRUIDAS NO GOVERNO ATUAL

Foram construidas pela atual administração as seguintes obras públicas:

Grupo Escolar de Teixeira
Grupo Escolar de Brejo do Cruz
Grupo Escolar de Santa Helena
Grupo Escolar de São Bento
Grupo Escolar de Caaporã
Grupo Escolar de Diamante
Grupo Escolar de Alhandra
Grupo Escolar de Sumé
Grupo Escolar de Curema
Grupo Escolar de São Mamede
Grupo Escolar de Jericó
Grupo Escolar de Boa Vista

Grupo Escolar de Jacaraú
Grupo Escolar de Mangabeira
Escola Rotary de Santa Terezinha

Com a construção dos edifícios escolares acima mencionados dispendeu o Estado a importância de Cr$ 4.152.870,00.

OBRAS EM CONSTRUÇÃO

Estão sendo construidos:

Grupo Escolar de Cajazeiras
Grupo Escolar de Remígio
Grupo Escolar de Tacima
Grupo Escolar de Aparecida
Grupo Escolar de Marizópolis
Grupo Escolar de Ibiára
Grupo Escolar de Serra da Raiz

Êstes edifícios escolares deverão ser concluidos até o início do ano letivo de 1951.

Edifício da Secretaria de Educação e Saúde — Prosseguem as obras de construção do edifício destinado á Secretaria de Educação e Saúde, iniciativa do atual Govêrno. O projéto é de autoria do arquiteto Hugo de Azevedo Marques, tendo sido incumbida de sua execução a firma construtora Figueira & Jucá, em regime de administração contratada. Estão concluidas as fundações.

Colégio Estadual de Campina Grande — O edifício do Colégio Estadual de Campina Grande foi iniciado em dezembro de 1947 e está localizado em terreno de ..

19.397 metros quadrados, adquirido pelo atual Govêrno. A execução do projeto, que é de autoria do arquiteto Hugo de Azevedo Marques, está também confiada á firma Figueira & Jucá. A construção desta obra foi orçada em Cr$ 3.300.000,00, sem incluir as desapropriações, já tendo sido gasta á importância de Cr$ ..... 2.147.706,60.

Cadeia Regional de Patos — A construção desta obra, que foi orçada em cêrca de 600 mil cruzeiros, se encontra no ponto de placa, elevando-se as despêsas já autorizadas a Cr$ 150.000,00.

Cadeia Pública de Santa Rita — As obras se encontram na fase de acabamento, devendo ser o prédio, no qual já se dispendeu Cr$ 150.000,00, inaugurado dentro em breve.

Hotel de Monteiro — As obras do Hotel de Monteiro que, paralizadas há vários anos, foram reiniciadas na atual administração, deverão estar concluidas ainda no corrente ano. Para êsse fim foi revigorado o crédito de 500 mil cruzeiros, pelo Decreto n. 212, de 13 de janeiro último.

OBRAS EM PROJETO

O Departamento de Obras Públicas tem ainda em estudos, projetos e orçamentos, cêrca de 20 prédios escolares para as localidades mais necessitadas.

Havendo o Ministério da Educação e Saúde autorizado a construção de mais 10 Grupos Escolares na Paraíba, esses grupos contemplarão 10 das localidades programadas. Nas outras 10 o Estado irá construindo os

edifícios projetados, na medida das suas possibilidades financeiras.

OBRAS EM COOPERAÇÃO COM O GOVÊRNO FEDERAL

Mediante acôrdos celebrados com o Ministério da Educação e Saúde, e com o auxilio financeiro do Govêrno Federal, o Estado está construindo, em cooperação com as Prefeituras Municipais, sob a fiscalização do Departamento de Obras Públicas, os seguintes edifícios escolares:

Grupo Escolar de Serra Branca
Grupo Escolar de Catolé do Rocha
Grupo Escolar de Bonito de Santa Fé
Grupo Escolar de Jatobá
Grupo Escolar de Malta
Grupo Escolar de Patos
Grupo Escolar de Arára
Grupo Escolar de Cuité
Grupo Escolar de Baía da Traição
Grupo Escolar de Tavares
Grupo Escolar de Uiraúna
Grupo Escolar de Araçagi
Grupo Escolar de Marí

O auxílio do Ministério da Educação e Saúde para a construção de cada um dêsses grupos escolares é de 250 mil cruzeiros, insuficiente para custear a construção do prédio, que tem 600 metros quadrados de área coberta. A conclusão do grupo escolar e o seu equipamento ficarão a cargo do Estado.

Também objeto de acôrdo com o Ministério da Educação e Saúde, está iniciada a construção de duas

Escolas Normais Rurais, localizadas nas cidades de Alagoa Grande e Souza.

REPAROS E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS ESTADUAIS

Na mensagem que, em igual data do ano anterior, enviou á Assembleia Legislativa, fez sentir o Govêrno a ausência de um serviço especialmente encarregado da conservação, ordenada e permanente, dos imóveis de propriedade do Estado.

Elevado é o número de próprios estaduais, na capital, como no interior, número êste que cresceu nêstes últimos anos, em consequencia da construção de algumas dezenas de edifícios escolares e da incorporação de centenas de escolas rurais doadas pela União. Sôbe a 346 o total dos prédios sob o domínio do Estado, atualmente. Como é compreensível, tal acervo de imóveis, localizados em todos os recantos do Estado, exige um serviço permanente de conservação.

Tendo em vista solucionar êste problema administrativo da maneira mais conveniente aos interesses do Estado, o Govêrno em data de 24 de abril último, encaminhou á Assembleia Legislativa um projeto de lei criando na Procuradoria do Domínio do Estado o Serviço de Conservação de Imóveis, especialmente incumbido da execução das obras necessárias á conservação dos imóveis de propriedade do Estado ou que, por qualquer título, forem incorporados ao seu patrimônio.

Usualmente, a administração estadual vem incumbindo o Departamento de Obras Públicas da conservação e reparos dos imóveis do domínio do Estado. Na anterior mensagem anunciou-se o dispêndio da quantia de Cr$

1.849.062,00, com reparos e conservação de prédios públicos no ano de 1948. No exercício passado a despêsa com os serviços dessa natureza foi da importância de 931.841 cruzeiros, como se vê da relação abaixo:

Departamento de Obras Públicas (Oficinas)	139.000,00
Assistência a Psicopatas	79.305,00
Lactário Clarisse Justa	61.000,00
Casa do Estudante	55.080,00
Grupo Escolar Epitácio Pessoa	44.150,00
Palácio da Redenção	35.770,00
Grupo Escolar Pedro II	32.220,00
1ª Exposição Paraibana de Animais	31.420,00
Teatro Santa Rosa	25.000,00
Grupo Escolar Antonio Pessoa	24.750,00
Departamento da Polícia Civil	24.000,00
Grupo Escolar Epitácio Pessoa	21.700,00
Casa de Detenção	21.300,00
Depósito de Materiais	18.560,00
Colônia Penal de Mangabeira	17.130,00
Estação da P. R. I. — 4	17.300,00
Polícia Militar	15.380,00
Grupo Escolar Santa Júlia	14.970,00
Reparos de valor inferior a Cr$ 10.000,00, em prédios diversos	253.806,00
Total das despêsas	931.841,00

Serviços Administrativos — Para melhor atender á guarda de materiais e ferramentas utilizados na construção de obras na zona do alto sertão, foi criada a Residência de Patos, a cargo de um engenheiro encarregado da fiscalização dos trabalhos alí em andamento.

As Oficinas do Departamento de Obras Públicas executaram, no ano findo, apreciável soma de trabalhos, como móveis escolares, esquadrias e outras peças, carros de mão, portões, ferramentas e tantos outros. O valor das obras produzidas atingiu a 320.650 cruzeiros, sendo 153 950 cruzeiros de mão de obra e 166.710 cruzeiros de material.

A produção da Caieira, na Fazenda Simões Lopes, em pedra em rachão, cal virgem, cal extinta e areia lavada, foi do valor, ao preço do comércio, de 305.250 cruzeiros.

AÇUDAGEM

Vão tendo prosseguimento normal as obras de construção de açudes, empreendidas pelo Estado, quer as realizadas ás suas próprias custas, quer as executadas em cooperação com o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas. Nestas últimas, além da assistência técnica e material, o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas contribúi financeiramente com 70% das despêsas orçadas, cabendo ao Estado prover o restante dos gastos.

Os empreendimentos realizados até agora foram os que a seguir vão de modo sintético relatados:

AÇUDES EM COOPERAÇÃO COM O D. N. O. C. S.

Picuí — Concluido e inaugurado em 1949, conforme foi noticiado na mensagem anterior.

Riacho do Bichinho — Localizado no distrito de Potira, do municipio de Cabaceiras, com capacidade

para 3.583.000 metros cúbicos, foi iniciado em 19 de setembro de 1949. A construção se acha bastante adiantada, devendo ser inaugurado em julho do corrente ano.

Curimataú — Êste reservatório fica situado em Barra de Santa Rosa, no municipio de Cuité. Terá capacidade para 5.989.250 metros cúbicos e está orçado em Cr$ 1.206.601,00. Encontra-se em fase de desapropriação, devendo ser iniciado em julho do corrente ano.

Espinho Branco — No municipio de Patos, destinado ao abastecimento de água da cidade. Foram concluidos os estudos e o projéto está sendo elaborado no Rio de Janeiro, pelo D. N. O. C. S. Deve ser iniciado no corrente ano, tendo o Orçamento da República consignado a dotação de dois milhões de cruzeiros para a sua construção.

Além destes, acham-se projetados os açudes de Lagoa do Meio e Barra do Tamanduá, e em estudos os de Relva, Alcantil e Riacho de Santo Antônio.

AÇUDES ESTADUAIS

Jurú — no municipio de Picuí. Concluido.

Manaíra — no municipio de Princesa Isabel. Concluido.

Riachão — no municipio de Araruna. Em construção adiantada.

Acham-se projetados, aguardando início da cons-

trução, os de Galante, Ibitiruçú e Seridó (ex-Santo Antonio).

Poços tubulares — Em cooperação com o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, o Govêrno do Estado perfurou poços em Sapé e Juarez Távora. Para atender ás necessidades de abastecimento de outros núcleos de população, vão ser perfurados poços em Tigre, Brejo das Freiras, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Prata e Bôa Vista.

ESTRADAS DE RODAGEM

O Departamento de Estradas de Rodagem, órgão autárquico instituido na forma do Decreto-lei federal nº 946, de 27 de dezembro de 1946, vem preenchendo a sua finalidade de executor, nêste Estado, dos planos aprovados pelo Conselho Rodoviário Nacional. Funcionando em regime de cooperação, o seu financiamento é constituido da cota do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe á Paraíba, proveniente da arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, e da contribuição estadual preestabelecida, constante de dotações orçamentárias.

As atividades financeiras do Departamento de Estradas de Rodagem, no exercício recem-findo, em resumo, foram as seguintes:

Receita: prevista, Cr$ 21.486.771,70; realizada, Cr$ 20.597.421,20; menor receita, Cr$ 889.350,50.

Despêsa: fixada, Cr$ 21.486.771,70; efetuada, Cr$ 19.757.609,90; menor despêsa Cr$ 1.729.161,80.

Saldo verificado, Cr$ 839.811,30.

As realizações dêsse órgão técnico, em 1949, vão a seguir enumeradas:

ESTRADAS DE 1ª CLASSE

João Pessoa — Santa Rita — Foi concluido o trecho terminal, com a pavimentação de 7.408 m2 a paralelepípedos, inaugurado no dia 6 de março.

Esta rodovia constitui o 2º trecho da Central da Paraíba, que tem início em Cabedêlo. O seu tráfego é intenso. Em 1949, a média diária dos veículos que por ela transitaram foi de 719, contra 545, em 1948. A sua pavimentação marca o início, na Paraíba, de um dos problemas mais importantes para a economia rodoviária — a pavimentação das estradas, considerando, principalmente o tipo da pavimentação sólido, estético e de duração indefinida.

O custo total dessa obra, ou seja o calçamento a paralelepípedos, com 27.722,9m2 e Km 3,961 de extensão, foi de Cr$ 1.836.560,30, sendo Cr$ 49.816,18 em 1947; Cr$ 1.241.422,37, em 1948; e Cr$ 545.321,80 em 1949.

Patos — Teixeira — Fôrno Velho — Esta estrada faz a ligação entre a Central da Paraíba e o sistema rodoviário pernambucano, via São José do Egito, com o percurso de 37 quilômetros. Em 1949, foram construídos Km 8.197 no trecho Gerimú — Teixeira. A construção desta estrada tornou-se dispendiosa, dada a natureza do terreno, tendo sido construídas inúmeras obras de arte, inclusive uma ponte sôbre o rio da Cruz, com 100 metros de vão, em concreto armado.

A despêsa com a construção desta rodovia foi de Cr$ 6.084.723,75, no trecho Patos — Teixeira, e de Cr$ 575.000,50, no trecho Teixeira — Fôrno Velho, sendo Cr$ 742.628,30 em 1947; Cr$ 2.236.276,92, em 1948; e Cr$ 3.680.818,53, em 1949.

O trecho Teixeira — Fôrno Velho foi inaugurado em março de 1948 e o trecho Patos — Teixeira, em 2 de abril do corrente ano.

Teixeira — Desterro — Trecho da rodovia Teixeira — Batalhão, visando a ligação de Princesa Isabel a Campina Grande, via Teixeira — Batalhão, de grande importância econômica, por servir a uma vasta zona algodoeira e produtora de cereais. Em 1949 foram construidos Km 21,200, custando Cr$ 2.686.667,70, inclusive Cr$ 46.518,40, dispendidos em 1948.

Mamanguape — Rio Guajú — Integra a rodovia João Pessoa — Natal, compreendendo o trecho entre a cidade de Mamanguape e o limite com o Rio Grand do Norte. Servirá a uma extensa zona de grandes possibilidades agrícolas, até o momento sem outras vias de comunicação. Foram construidos Km 18.700, com movimento de cortes e atêrros de 202.566 m3, tendo sido dispendidos Cr$ 50.971,22, em 1947; Cr$ .... 464.624,68, em 1948; e Cr$ 739.372,97, em 1949, no total de Cr$ 1.254.968,87.

Catolé do Rocha — Patú — Liga o alto sertão paraibano com o Rio Grande do Norte, estabelecendo contacto com Mossoró, atravéz de uma zona de produção algodoeira, que tem grande intercâmbio com a Paraíba. Foram construidos 19 quilômetros de estrada, com a largura de 8 metros, e grande número de obras de arte.

Na construção desta rodovia foram aplicadas as importâncias de Cr$ 36.418,59, em 1948, e Cr$ .... 1.672.679,17, em 1949.

Cuitegí — Serraria — Nesta rodovia foram construidos três pontes de cimento armado — as do Espinho, da Palmeira e de Poções, as quais custaram Cr$ .. 358.496,69.

Estas obras foram inauguradas em março de 1949

ESTRADAS DE 2ª CLASSE

Cupissura — Pitimbú — Variante, que parte da rodovia João Pessoa — Recife, vai diretamente á vila de Pitimbú, no extremo sul do litoral do Estado. Num percurso de 30 quilômetros, corta uma zona agrícola de alto valor produtivo, ligando, ainda, as cidades de João Pessoa e Recife a uma das praias mais piscosas do nordéste.

Esta estrada foi concluida e inaugurada em 6 de março do ano findo, tendo custado Cr$ 311.078,31, dos quais Cr$ 97.712,19 foram dispendidos em 1947, Cr$ 122.454,12, em 1948 e Cr$ 90.912,00, em 1949.

Princesa Isabel — Garrotes — Trecho de ligação entre o municipio de Princesa Isabel e a Central da Paraíba, via Piancó — Patos, com 48 quilômetros de extensão. Foi concluida em 1949, tendo sido dispendida na sua construção a importância de Cr$ 208.743,60.

Jatobá — Aguiar — A construção desta estrada foi concluida em 1949, com uma despêsa de Cr$ 77.567,98, sendo Cr$ 46.407,42 em 1948, e Cr$ 31.150,56, em 1949.

Alagoa Grande — Campina Grande — Esta rodovia serve de ligação direta entre Campina Grande e a rodovia João Pessoa — Rio Grande do Norte, via Tacima — Campestre, recentemente construida. O seu percurso é de 38 quilômetros, enquanto que a ligação atual entre as duas cidades, via Areia — Esperança, é de 70 quilômetros.

As obras se acham em andamento, já tendo sid

dispendidos Cr$ 248.652,86, em 1948 e Cr$ .... 1.251.047,40, em 1949.

Marizópolis — Antenor Navarro — Tem a extensão de 56 quilômetros, até o limite com o Rio Grande do Norte. As obras foram iniciadas em janeiro de 1949 já se tendo construido Km 13,440, no valor de Cr$ .. 498.601,56.

Bonito — Itaporanga — Visa a ligação do extremo oeste do Estado com o litoral, via Piancó — Patos e terá a extensão de 45 quilômetros. Conforme foi anunciado na mensagem anterior, essa estrada foi concluida e inaugurada em 1948.

AUXÍLIO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

Em 15 de julho do ano próximo passado, o Govêrno firmou com o Ministério da Viação e Obras Públicas um acôrdo para o emprego da contribuição a que se refere a Lei nº 316, de 31 de julho de 1948. Nos têrmos do art. 3º do Decreto nº 25.809, de 10 de novembro de 1948, o Govêrno Federal entregou ao Estado a importância de 10 milhões de cruzeiros, á conta do crédito aberto pelo Decreto nº 26.512, de 28 de março de 1949, como auxílio para a execução de obras e aquisições necessárias ao desenvolvimento econômico do Estado, na parte referente aos meios de comunicação e transporte, de acôrdo com o seguinte programa de obras, cujos projétos e orçamentos foram aprovados pelo Decreto nº 26.863, de julho de 1949:

I — Pavimentação, a asfalto, da rodovia João Pessoa — Cabedêlo .. 2.400.000,00

II — Melhoramentos do traçado rodoviário Alagoa Grande — Alagoinha			510.000,00
III — Construção das rodovias:			
a) Guarabira-Araçagí-Mamanguape .	3.240.000,00		
b) Bananeiras — Rua Nova (BR 53)	1.600.000,00		
c) Cabaceiras — Central de Caruarú	1.650.000,00	6.490.000,00	
IV — Construção de uma ponte sôbre o rio Curimataú			600.000,00
Total			10.000.000,00

A execução dêsse plano especial está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, que já realizou os seguintes trabalhos:

Estrada João Pessoa — Cabedélo — Para as obras de pavimentação, foram adquiridas á Shell-Mex Brazil Limited, 500 toneladas de asfalto tipo "Collas", que foi necessário importar da América do Norte, por não existir no país estoque dêsse material.

Estrada Alagoa Grande — Alagoinha — Foram ultimados os estudos e projetos para o melhoramento desta rodovia, tendo sido iniciada a construção da ponte de acesso á cidade, achando-se um encontro em ponto de placa e outro em fundação. O material necessário á construção já foi adquirido.

Estrada Guarabira — Mamanguape — A construção foi estudada e projetada, as obras foram iniciadas, a partir da cidade de Guarabira, já estando cêrca de um quilômetro construido. Estão iniciadas as obras de um pontilhão de 4 metros, na saída da cidade, e a ponte sôbre o rio Tananduba, de 40 metros de vão e adquirido o respectivo matérial.

Estrada Bananeiras — Rua Nova — Estão sendo ultimados os estudos.

Estrada Cabaceiras — Central de Caruarú — Foi estudada e projetada, já tendo sido iniciado o serviço, não prosseguindo com maior intensidade á falta de braço operário.

Máquinas e veículos — Para a execução das obras do plano especial, foram adquiridos as seguintes máquinas e veículos: um rebritador, que está montado á margem da estrada João Pessoa — Cabedêlo; uma auto patrol "Galion" e dois caminhões.

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

O Departamento de Estradas de Rodagem dispendeu, em 1949, a quantia de 1.418.420 cruzeiros com os serviços de conservação de estradas, destacando-se as seguintes: João Pessoa — Limite de Pernambuco, 52 quilômetros; Santa Rita — Oratório, 24 quilômetros; Itabaiana — Umbuzeiro, 71 quilômetros; Santa Rita — Sapé, 32 quilômetros; Itabaiana — Campina Grande, 135 quilômetros; Cuitegí — Araruna, 119 quilômetros; Soledade — Picuí, 80 quilômetros; Patos — Conceição,

— Limite de Pernambuco, 301 quilômetros; Cajazeiras — Conceição, 203 quilômetros e Triângulo — Catolé do Rocha, 112 quilômetros.

MELHORAMENTOS

Com a dotação destinada a Melhoramentos, foram executados, durante o ano, as obras de reconstrução das estradas Santa Rita — Sapé e o revestimento e alargamento de diversas outras estradas estaduais, nas quais foi dispendida a quantia de 1.278.966 cruzeiros.

PROGRAMA DE OBRAS PARA 1950

O programa-orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem para 1950, estima a receita em Cr$ .. 28.408.376,80, sendo:

Cóta do Fundo Rodoviário Nacional	11.765.739,50
Dotação do Estado	4.000.000,00
Auxílio do Govêrno Federal para o desenvolvimento Econômico	10.000.000,00
Outras receitas	1.806.360,00
Saldo do exercício anterior	836.277,30
Total .... Cr$	28.408.376,80

A despêsa está programada do seguinte modo:

Administração geral	3.000.000,00
Estudos e projetos	100.000,00
Desapropriações e indenizações ...	230.000,00
Construção de estradas	5.743.364,30
Conservação de estradas	1.204.700,50

Veículos, máquinas e utensílios ...	300.000,00
Aquisição de imóveis e instalações ..	50.000,00
Equipamento mecânico e oficinas ..	300.000,00
Diversos eventuais	150.000,00
Axílios aos municípios	3.533.510,00
Almoxarifado	200.000,00
Melhoramentos por conta do Auxílio Federal	10.000.000,00
Total .... Cr$	28.408.376,80

O programa de obras inclúi o prosseguimento dos trabalhos em andamento, a construção dos novos serviços autorizados e os estudos e projetos de obras novas.

ÁGUA E SANEAMENTO

Vêm tendo cabal desempenho as tarefas impostas ao Depatamento de Saneamento do Estado, criado pela Lei nº 266, de 14 de dezembro de 1948, com a competência de superintender todos os serviços estaduais de água e esgôto e de estudar, projetar e executar serviços novos nas cidades do interior, bem como fiscalizar as obras executadas mediante contrato.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MARÉS

Desde a sua primeira mensagem, de 1 de junho de 1947, vem o Govêrno informando o Poder Legislativo sôbre as providências, urgentemente reclamadas, para a normalização do serviço de água da capital.

Em 4 de dezembro de 1947, o Govêrno contratou com o Escritório Saturnino de Brito a realização dos estudos e projetos para o novo abastecimento da capital. Executando o encargo que lhe foi confiado, aquela organização, em 1 de outubro de 1948, apresentou um projeto que compreendia a construção de um novo abastecimento de água, abrangendo as seguintes obras: 1) construção de uma barragem no rio Marés, com capacidade para 2.000.000 de metros cúbicos; 2) estação de tratamento e filtração, com capacidade para 13.000.000 de litros diários; 3) usina de elevação mecânica, provida de dois grupos de eletro-bombas de 200 HP; 4) linha adutora em tubos de aço nacional de 500 mm de diâme-

tro e 5 Km de extensão, tudo com um custo orçado em Cr$ 13.700.000,00.

Resolvido o problema do financiamento das obras projetadas, pelo contrato com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro para o empréstimo de 15 milhões de cruzeiros, o Govêrno, em 4 de outubro de 1948, assinou com o referido Escritório contrato para a execução das obras sob o regime de administração contratada, na forma prevista pela Lei n. 21, de 3 de novembro de 1947. Por êsse contrato a duração das obras era de de zoito mêses, devendo ficar concluidas em 30 de junho do corrente ano.

As obras foram iniciadas em 15 de dezembro de 1948 e vêm sendo realizadas de acôrdo com os planos estabelecidos. Segundo os dados fornecidos, até 30 de abril último, o estado das obras é o seguinte:

Barragem — A barragem interceptora do rio Maré com a altura de 10 metros e o comprimento de 200 metros, conterá uma bacia de 2.000 metros de extenção p 340 (máximo) de largura. A área inundada será de . . 375,200 m2, com o volume de 1.952.567 m3 de água acumulada. Estão concluidos aproximadamente 3|5 dos serviços de construção da barragem.

Instalações de tratamento e filtração — A construção dos decantadores, filtros, hall, corredor de manobras e laboratório, encontra-se em fase de acabamento Estão concluidas a caixa elevada para lavagem dos filtros e a sala de dosagem. Todo o material de tratamento e de controle dos decantadores, vertedor e filtros já está pronto.

Reservatório — O reservatório de água filtrada,

de onde será succionada a água a ser adutada, está na fase final de construção.

Usina elevatória — As fundações apresentam um total de 84 estacas de concreto armado, com 9,60 metros cada uma. A usina abrigará dois grupos motor-bomba de 300 cavalos cada um e 150 litros por segundo estando prevista a localização de um terceiro no futuro.

Linha adutora — Construida com tubulação de aço fabricado pela Companhia Siderúrgica Nacional e confeccionada pela ARMCO do Brasil, os tubos têm o diâmetro de 500mm e são revestidos, interna e externamente, com betume especial. As juntas são do tipo Dresser, também revestidas. A extensão da adutora é de cêrca de 5.000 metros. Já se encontra em Cabedelo a primeira remessa, num total de cem tubos.

Depósito, oficina e residências — Acha-se bem adiantada a construção do depósito, conjugado com oficina e escritório, assim como de um grupo de cinco residências para funcionários da administração.

Além das obras acima enumeradas, estão em andamento a construção da linha de transmissão de energia elétrica e os serviços de drenagem e urbanização.

Devido á antecipação do inverno e o excesso de chuvas na região, os serviços de terra na barragem sofreram retardamento. Por igual, não pôde ser entregue também o material destinado á linha adutora. Esta é constituida de canos de fabricação nacional revestido de esmalte de procedência norte-americana, que só pode ser recebido com muita demora, devido ás dificuldades decorrentes da licença para a importação. Essas duas

circunstâncias vêm determinando o atrazo de sessenta a noventa dias na conclusão das obras.

Com a execução das obras do abastecimento de água de Marés, já foi dispendida, até 31 de março último a importância de Cr$ 10.436.132,00.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE CATOLÉ DO ROCHA

O Departamento de Saneamento do Estado está construindo o serviço de abastecimento de água da cidade de Catolé do Rocha.

As obras, que foram iniciadas no dia 1 de agosto do ano próximo findo, apresentam o seguinte andamento:

Reservatório — Semelhante ao que foi construido em Alagoa Grande, com capacidade para 1.000.000 de litros, já se acha em fase de conclusão.

Adutora — Constituida de tubos de ferro fundido, de 150mm, na extensão de 2.300 metros, achando-se com a terça parte construida.

Poços de captação — Em número de dois, construidos de concreto armado, com forma circular, de 4 metros de diâmetro, estão quase concluidos.

Estação de tratamento — Idêntica á construida para o Abastecimento de Água de Alagoa Grande, encontra-se na sua fase de conclusão.

Êsse serviço, que está orçado em Cr$ 1.300 000 00, deverá ficar concluido até setembro do corrente ano.

ESTUDOS E PROJETOS

Encaminhando a solução do problema de abastecimento de água das cidades do interior do Estado, o atual Govêrno organizou um plano, de que já deu ciência á Assembleia Legislativa, o qual está executando, já havendo construido o Abastecimento de Água de Alagoa Grande e achando-se em véspera de conclusão o de Catolé do Rocha.

As obras programadas são financiadas pelo Fundo Especial, criado pela Lei n. 44, de 25 de novembro de 1947, e constituido pela dotação de dois milhões de cruzeiros, obrigatoriamente consignada nos orçamentos estaduais durante vinte anos, e outros recursos especificados na mencionada lei.

A primeira etapa do plano em referência compreende as cidades de Santa Rita, Itabaiana, Sapé, Guarabira, Patos, Pombal, Souza, Cajazeiras e Catolé do Rocha e a vila de Cabedêlo.

O Escritório Saturnino de Brito, contratado para elaborar os projetos referentes ás mencionadas localidades, já concluiu os projetos de Cabedêlo, Santa Rita, Guarabira e terminou os estudos de Cajazeiras, Patos, Pombal e Souza, achando-se em estudos os de Sapé e Itabaiana.

Em virtude do acôrdo celebrado com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), os serviços de água e saneamento das cidades de Alagoa Grande, Areia, Esperança e Alagoa Nova, compreendidos no 4. Distrito Sanitário do Estado, ficarão a cargo daquela organização.

SERVIÇOS DA CAPITAL

Apesar da reduzida eficiência das instalações exis-

tentes, a repartição do Saneamento de João Pessoa conseguiu realizar, no ano extinto, além dos trabalhos de rotina, o prolongamento e numerosas derivações nas suas rêdes de água e esgôto.

Foi executado o assentamento de novos distribuidores de água numa extensão de 4.038 metros bem como construidos 1.840 metros de coletores de esgôtos, em diversos bairros da capital.

No bairro de Jaguaribe, foi instalado um chafariz anexo á estação elevatória dos esgôtos das Casas Populares.

Foram feitas 455 instalações domicilares e assentados 152 hidrômetros novos, e assinados 317 contratos de saneamentos em domícilios.

Para equipamento das oficinas, estação de captação e recalque, poços e canalizações do PR2 e PR3, foram adquiridos um motor elétrico trifásico de 5 HP, um motor elétrico trifásico de 2 HP e um grupo motor-bomba.

O Saneamento de João Pessoa tem presentemente 6.018 derivações de água em funcionamento.

A receita do serviço, em 1949, foi da quantia de Cr$ 1.840.554,40, superior á de 1948, que só atingiu a Cr$ 1.567.437,20. A despêsa realizada no mesmo exercício somou Cr$ 1.978.081,00, havendo se registrado o deficit de Cr$ 137.526,60.

Como já foi esclarecido na mensagem anterior, não é possivel continuarmos a cobrar a prestação dos serviços de água e esgôto pelas taxas em vigor, que datam de 1926, quando, pelo Decreto n. 1.428, de abril daquele ano, foi criada a Repartição do Saneamento. Dentro de um quarto de século, apezar da elevação considerável do custo do pessoal e do material, não se majorou de um centavo o valor das taxas, enquanto outros Esta-

dos reajustam periodicamente as tabelas dos seus serviços industriais.

Confrontando-se as taxas tabelares de consumo de água em quatro capitais do Nordeste, verifica-se a disparidade das diferenças em relação a João Pessoa, como se demonstra:

Classe	João Pessoa Cr$	Recife Cr$	Salvador Cr$	Natal Cr$
1.ª	14,00	21,00	24,00	60,00
2.ª	16,50	35,00	36,00	81,00
3.ª	20,50	49,00	48,00	99,00
4.ª	23,00	63,00	64,00	123,00
5.ª	26,50	70,00	80,00	146,00
6.ª	30,50	77,00	100,00	163,00

SERVIÇOS DE CAMPINA GRANDE

Os serviços de abastecimento de água e saneamento de Campina Grande tornaram-se insuficientes para atender ás necessidades dêsse centro urbano, dado o seu surpreendente desenvolvimento, que superou, em menos de dez anos, as previsões do projeto Saturnino de Brito.

Afim de melhorar as condições do suprimento de água, uma vez não ser exequível no momento a ampliação dos serviços existentes, o Govêrno, de acôrdo com as indicações contidas no relatório apresentado pelo Escritório Saturnino de Brito, contratado para examinar a situação daqueles serviços, determinou providências para melhorar o funcionamento dos mesmos, graças ás quais o abastecimento recuperou a possível regularidade.

Na realização dêsses melhoramentos, compreenden-

do a aquisição de motores e a instalação de medidores para melhor controle do consumo de água, foi dispendida a importância de Cr$ 1.050.284,30.

Durante o exercício de 1949, os serviços de rotina do Saneamento de Campina Grande se desenvolveram sem anormalidade. Foi executada apreciável parcela de trabalhos, principalmente no que se refere ao serviço de instalações de água e esgôto. Construiram-se um distribuidor e 171 ramais na rêde de água, foram concluidas 226 instalações domicilares e realizadas 220 ligações. Na rêde de esgôto, foram construidos 2 coletores e 58 ramais, construidas 108 instalações e feitas 90 ligações a domicílios.

A situação financeira do Saneamento de Campina Grande continúa deficitária. A receita em 1949 foi de Cr$ 1.725.941,30, havendo superado em Cr$ 243.730,80 e de 1948. A despêsa realizada alcançou a importância de Cr$ 1.998.197,10, ou seja mais Cr$ 140.044,10 do que a efetuada em 1948. Do confronto entre a receita arrecadada e a despêsa efetuada em 1949, resulta o deficit da importância de Cr$ 272.255,10.

SERVIÇO DE ALAGOA GRANDE

O serviço de abastecimento de água de Alagoa Grande, construido na atual administração do Estado foi inaugurado e entrou em funcionamento no dia 13 de março do ano findo.

Conforme foi circunstanciadamente noticiado na mensagem anterior, as obras estiveram a cargo do Escritório Saturnino de Brito, foram iniciadas em 1 de julho de 1948 e consistiram em: barragem do rio Mandaú, prefiltro, linha adutora, estação de tratamento e filtros,

reservatórios e parte da rêde de distribuição, com o custo total de Cr$ 3.855.262,30, não incluindo o valor das desapropriações.

Até 31 de dezembro, além da construção de seis chafarizes, em funcionamento nos pontos mais convenientes da cidade, já haviam sido executadas 115 instalações prediais.

Prossegue com atividade, no corrente ano, o serviço de instalações domiciliares, estando a administração do Abastecimento empenhada em alcançar o maior número possível até o fim do ano, para o que está facilitando aos interessados a aquisição do material e a mão de obra, ao valor do custo.

A renda do Abastecimento de Água de Alagoa Grande em 1949 foi de Cr$ 147.170,70. Havendo sido dispendida com a sua manutenção a importância de Cr$ 208.683,00, verifica-se que o movimento financeiro dêsse serviço, no primeiro ano do seu funcionamento, acusa o deficit de Cr$ 61.512,30.

SERVIÇOS ELÉTRICOS

Logo ao iniciar-se, em março de 1947, teve o governo a sua atenção voltada para os Serviços Elétricos da Capital, em face da precariedade das suas instalações e da insuficiência do fornecimento de energia, tanto para o consumo particular como para as necessidades dos serviços públicos.

O reequipamento dos serviços estaduais de eletricidade constituia um sério problema a vencer, não somente pelo vulto do financiamento requerido para a reestruturação dêsses serviços, dadas as conhecidas dificuldades de órdem financeira, como pela impossibilidade de serem atendidos com presteza os fornecimentos para a renovação do material.

A deficiência verificada nêsses serviços, embora, em parte, decorrente do próprio aumento do consumo determinado pelo desenvolvimento das suas rêdes, resultou, sobretudo, de um longo desgaste do material, que reduziu a capacidade da Central Elétrica a uma produção muito abaixo das exigências mínimas do consumo. Embora desde logo convencido de que a solução definitiva do problema só seria obtida com a renovação completa da Central Elétrica, o Govêrno incubiu o engenheiro James A. Smith, da Pernambuco Tramways, de examinar as condições gerais dos nossos serviços elétricos e elaborar um plano de restauração, no sentido de assegurar-lhes o desejado potencial de eficiência. Á vista do relatório do engenheiro Smith e de

acôrdo com o parecer por êle emitido, resolveu o Go vêrno solucionar o problema da seguinte maneira:

a) proceder a uma completa reforma e restauração da Central Elétrica, tendo em vista o melhor aproveitamento das instalações existentes;

b) ampliar as instalações da Central Elétrica mediante a aquisição de novas unidades turbo-geradoras.

Plano de restauração e ampliação da Central Elétrica — A fim de pôr em execução as medidas reclamadas para a restauração e ampliação da Central Elétrica, foi elaborado um plano que, por dificuldades de órdem financeira e em razão do fornecimento de grande parte do material demandar sensível retardamento, terá de ser realizado por etapas anuais, com a despêsa correspondente a cada exercício, a saber: em 1949 — Cr$ .. 8.225.182,00; em 1950 — Cr$ 4.266.430,00; e em 1951 — Cr$ 4.498.300,00, no total de Cr$ 16.989.912,00.

Para a realização da primeira parte do plano delineado e tendo em vista a ampliação do pontencial de energia elétrica, o Estado adquiriu á Companhia SKF do Brasil Rolamentos uma turbina a vapor "Stal", de 2.200/2.500 KWS, com accessórios, pelo preço de .... 680,00 corôas suécas, conforme contrato lavrado em 29 de novembro de 1948, tendo o Estado nessa ocasião satisfeito o pagamento inicial de Cr$ 600.000,00.

Á Fábrica de Caldeiras a Vapôr Ciclope S/A, de São Paulo, foi adquirida pelo preço de Cr$ 895.708,80, uma caldeira com capacidade para 5.000 kg de vapor por hora, a qual já foi instalada e inaugurada no dia 6 de março dêste ano.

Ainda á Fábrica Ciclope foram adquiridos dois tambores para caldeira e respectivos "nipls" e oitocen-

tos tubos de latão para condensador, e á Companhia SKF, cinco transformadores de corrente.

Além dêsse material, foram adquiridos mais: 3.000 medidores de fabricação francêsa, 10.100 quilos de fio de cobre nú para rêdes de baixa tenção, 3.400 tubos de liga especial para condensadores, 300 tubos de aço para caldeira, 25.000 quilos de ferro redondo para postes de cimento armado, 28.000 quilos de ferro para fundição, 1 transformador "Asea" de 85 Kwa, 2.134 pinos para isoladores de alta e baixa tensão, 800 metros de cabo-armado para rêde subterrânea e materiais diversos, inclusive para montagem da caldeira Ciclope.

Convém mencionar que, antes, já havia o Govêrno tomado providências para que fossem concluidos, pelo Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, os reparos do rotor de uma das turbinas que, para êsse fim, alí se encontrava há mais de dois anos. Os trabalhos foram concluidos e, assim, restaurada aquela unidade, que entrou em funcionamento.

No corrente ano, o Govêrno adquiriu á firma Babcock & Wilcox Ltd., de Londres, conforme contrato assinado no dia 3 de maio, com os seus representantes Ayres, Son & Co. Ltd., de Recife, uma caldeira e acessórios, pela importância de Cr$ 1.685.000,00, em moeda nacional, da qual foi paga, na assinatura do contrato, a importância de Cr$ 168.500,00.

As despêsas realizadas e pagas até 5 de maio último, por conta dos trabalhos correspondentes á primeira etapa do plano de desenvolvimento se elevam a Cr$ 3.992.904,90. A esta importância se deve adicionar a de Cr$ 5.525.859,00, de materiais adquiridos, com o que elevar-se-á a Sr$ 9.518.763,90 o total das despêsas rea-

zadas com a execução do plano de renovação e ampliação dos Serviços Elétricos.

Funcionamento dos serviços — Além da montagem da caldeira Ciclope, que foi inaugurada, como se disse, em 6 de março último e entrou em funcionamento, a Repartição dos Serviços Elétricos executou, durante o ano findo, diversos outros trabalhos, como sejam: a conclusão do prédio para o Laboratório da Central Elétrica e instalação da sua aparelhagem; a construção de um reservatório dágua, em chapas de ferro, com capacidade para 85 m3, na Central Elétrica; construção do desgazeador, destinado ao tratamento dágua para alimentação das caldeiras; substituição da rêde de alta tensão de Tambaú, onde foram empregados cêrca de 900 quilos de fio de cobre nú nº 6; restabelecimento da iluminação pública das praças Aristides Lôbo e Pedro Américo, com a construção de galerias, bases e colocação de colunas, tendo se utilizado nêsse serviço 575 m de cabo armado afora outros materiais; instalação da iluminação pública da praça Gal. Lavanère, em frente ao quartel do 15º R. I.; substituição da bomba de água de circulação da turbina nº 2; recondicionamento do condensador, com a substituição de 736 tubos de liga especial; substituição dos refrigeradores de óleo das duas turbinas, recondicionados nas oficinas da Central Elétrica; confecção de 414 postes de cimento armado; assentamento de postes à Avenida Epitácio Pessoa, para renovação da Rêde.

Na usina Cruz do Peixe foram executados reparos diversos na caldeira Wolf, bem como nos motores M. A. N. e Sulzer. As oficinas de Mecânica, de Fundição, de Carpintaria e de Eletricidade, anexas a essa usina, executaram apreciável soma de trabalhos espe-

cializados. Também as oficinas da Central Elétrica se desincubiram dos encargos que lhe foram cometidos, da maneira mais proveitosa.

A produção de energia, em 1949, foi de ..... 9.702.470 KW, verificando-se um acréscimo de .... 1.489.870 KW sôbre a produção de 1948. O rendimento de vapor atingiu a 67.938.290 quilogramos. O consumo de lenha foi de 35.943 toneladas, tendo havido um aumento de 7.305 toneladas de lenha, em relação ao consumo do ano anterior, aumento que se justifica, tendo-se em vista o acréscimo da produção de Kilowatts e de vapor.

Movimento financeiro — Conforme foi assinalado nas mensagens anterioers, continúa deficitária a situação financeira dos Serviços Elétricos.

O orçamento para o exercício de 1949 consigna para essa repartição a quantia de Cr$ 5.935.416,00, que, adicionado o crédito suplementar de Cr$ 505.000,00, aberto pelo Decreto nº 201, de 5 de dezembro de 1949, elevou-se ao total de Cr$ 6.440.416,00.

A receita verificada foi da quantia de ..... Cr$ 5.856.118,90, e a despêsa efetuada no mesmo exercício atingiu a Cr$ 7.337.678,30.

A receita foi maior em Cr$ 388.392,90 que a do exercício anterior, havendo um acréscimo também, na despêsa, de Cr$ 100.171,60.

O deficit verificado no exercício de 1949 foi da quantia de Cr$ 1.481.559,40, inferior em ..... Cr$ 228.221,30 ao acusado em 1948.

PORTO DE CABEDELO

Aparelhamento do pôrto — Continuam dependentes de solução as obras de aparelhamento de que necessita o Pôrto de Cabedelo para atender á sua tarefa de escoadouro da nossa produção e concorrer para o desenvolvimento econômico do Estado.

Desde a sua primeira mensagem á Assembléia Legislativa vem o Govêrno expondo a marcha das ocorrências relativas ás obras em aprêço, que passa a recapitular, para melhor entendimento do assunto.

O Govêrno anterior encaminhou ao Ministério da Viação, para a aprovação competente, um plano de reaparelhamento, em que se incluiam a construção de mais três armazens e de prédios para a administração, almoxarifado e oficinas, além da aquisição de locomotivas, guindastes, pontes rolantes e de um grupo conversor de energia elétrica. Êsse projéto foi aprovado e orçado oficialmente em Cr$ 11.848.300,00. Sua execução seria custeada por meio de um empréstimo ao Banco do Brasil, garantido com o recolhimento da taxa de emergência, na forma prevista e autorizada pelo Decreto-lei federal n. 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

Á atual administração pareceu mais acertado que no plano em referência fôsse incluido o prolongamento do cais, por entender ser êste o ponto básico do problema portuário do Estado, e com êsse fim solicitou do Ministério da Viação o reexame da matéria e consequente revisão do plano.

Pronunciando-se sôbre o assunto, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais julgou desnecessária, no momento, a ampliação do cais, não só porque exigiria um financiamento de cêrca de Cr$ 16.000.000,00, superior ao que a taxa de emêrgencia poderia garantir, como porque, com a renovação das instalações atuais, de acôrdo com a modificação do plano inicial, sugerida pelos seus técnicos, o Pôrto de Cabedelo ficaria aparelhado para atender com eficiência ás necessidades atuais do nosso comércio.

Em face da decisão do Ministério da Viação, o Govêrno, aceitando o ponto de vista do Departamento Nacional de Portos e baseado em suas novas sugestões, propôs a modificação do plano anterior, a qual inclui a construção de dois armazens e a aquisição de guindastes, pontes rolantes, trator e auto-guindaste, com uma despêsa orçada em Cr$ 6.020.000,00.

Êsse plano atende ao que é mais urgente e oferecè a vantagem de maior exequibilidade, porque depende de financiamento para o qual será exigida uma operação de crédito em proporções mais limitadas. Justifica-se ainda pelo fato de estar mais em aproximação com o valor da operação que a taxa poderá garantir, tornando-se possível o seu resgate em prazo muito menor do que o exigido para mais vultosa operação.

De acôrdo com êsse plano, o Govêrno encaminhou os projetos ao seu destino, tendo o Departamento Nacional de Portos exigido, para os armazens, estrutura de ferro e base para suportar, de futuro, mais um pavimento.

Foram eleborados novos projetos, de conformidade com as exigências formuladas, os quais pendem de apro-

vação do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Acontece, porém, que os preços reais já obtidos, em concorrência pública para uma parte do aparelhamento citado, vieram exceder de muito as estimativas anteriormente feitas, sendo que em relação aos três guindastes, antes estimados no valor global de Cr$ 2.000.000,00, só pôde ser conseguido, entre quatro concorrentes, um custo mínimo total de Cr$ 4.486.000,00, ou seja mais do dôbro da estimativa anterior. Os armazens, projetados com estrutura metálica, paredes de alvenaria e fundações para suportar mais um segundo pavimento, tiveram grandemente aumentados os seus orçamentos, elevando-se o custo de um único armazem a Cr$ ..... 5.400.000,00, ou seja quase o duplo do valor de Cr$ .. 2.800.000,00, antes orçado para os dois armazens previstos.

Em vista de 1) o encarecimento do custo das obras e aparelhamentos do projeto aprovado, que excede os limites da arrecadação anual da taxa de emergência e 2) as exigências do Departamento Nacional de Portos acima indicadas, tomou o Govêrno a iniciativa de proceder á revisão do plano anterior, reduzindo-o ao seguinte: construção de um armazem de 100x20 metros, na faixa do cais, inclusive pontes rolantes, orçado em Cr$ 5.400.000,00; aquisição de dois guindastes de portico, de 5.000 Kg, ao preço de concorrência de Cr$ ..... 1.918.000,00; aquisição de um auto-guindaste giratório, de 2.500 Kg, ao preço obtido em concorrência pública de Cr$ 330.000,00. A soma das importâncias estimadas para as obras e aquisições é de Cr$ 10.216.000.00.

Para as alterações propostas foi, em oficio n. 316,

de 8 de junho do ano passado, solicitada a aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas.

A taxa de emergência, criada pelo Decreto-lei n. .. 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e destinada ao melhoramento e ampliação dos portos organizados, começou a ser arrecadada, pelo Pôrto de Cabedêlo, em fevereiro de 1947. Até 20 de maio último, a arrecadação, nêsse período, havia atingido a Cr$ 3.058.328,90, importância esta que se encontra depositada no Banco do Brasil, conforme preceitúa o mencionado Decreto-lei.

Reparos nas instalações — Achando-se em más condições a rêde de alta tensão, entre João Pessoa e Cabedelo, para fornecimento de energia á Administração, está sendo providenciada a sua substituição já tendo sido adquirido e entregue o material necessário, fornecido pela firma Distribuidora de Produtos Gerais, de Recife, mediante concorrência pública. Deu-se preferência ao material galvanizado, por se tornar mais resistente ao ar salitroso e ás intempéries.

Faz-se preciso também a mudança de cêrca de 1.000 metros de trilhos dos guindastes, os quais, á proporção que se iam estragando, devido ao uso ininterrupto, eram substituidos por trilhos inadequados. A Administração do Pôrto entrou em entendimento com os representantes da Companhia Siderurgica Nacional, no Nordeste, no sentido da aquisição de novos trilhos, para a substituição dos atuais.

Nas oficinas do Pôrto foram reparados os vagões e carros de mão existentes, assim como construidos diversos dêstes, que são mais resistentes e econômicos do que os anteriormente adquiridos.

Tráfego — O movimento de embarcações no Pôrto de Cabedelo, em 1949, acusou uma diferença para mais de 12,9% em relação a 1948, como se vê:

	Em 1948	Em 1949
Embarcações extrangeiras	108	94
Embarcações nacionais	293	359
TOTAL	401	453

Movimento de mercadorias — Comparativamente com o do ano anterior, o movimento de mercadorias, em 1949, acusa um aumento geral de 6,2% na tonelagem. Nêsse movimento verificaram-se as seguintes ocorrências: nas mercadorias movimentadas para o estrangeiro houve uma redução de 32,0% na importação e 26,7% na exportação; nas mercadorias movimentadas por cabotagem registrou-se um aumento de 59,8% na importação e de 19,9% na exporatção.

Em números absolutos, a demonstração é a seguinte:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS	1948	1949	DIFERENÇA	
	Kg	Kg	Kg	%
Importação do estrangeiro	5.691.623	3.877.636	— 1.813.987	32,0
Importação de cabotagem	28.930.526	46.234.539	+ 17.304.013	59,8
Exportação para o estrangeiro	68.610.074	50.272.257	— 18.357.817	26,7
Exportação por cabotagem	67.472.675	80.936.215	+ 13.463.540	19,9
TOTAL	170.704.989	181.320.674	+ 10.615.749	6,2

Movimento financeiro — Pela Lei n. 53, de 5 de dezembro de 1947, foi concedida autonomia administrativa e financeira á Administração do Pôrto de Cabedelo, dantes subordinada á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Os resultados obtidos vêm justificando plenamente o acêrto daquela providência. No exercício recem-findo essa autarquia apresentou um saldo líquido de Cr$ 661.911,62.

O orçamento-programa de 1949 previa a receita do exercício em Cr$ 3.906.811,30, entretanto a arrecadação elevou-se a Cr$ 4.071.911,70, havendo uma maior receita de Cr$ 165.100,40. A despêsa foi estimada em Cr$ 3.837.813,40, mas só se dispendeu a importância de Cr$ 3.410.000,80, tendo se gasto menos Cr$ 427.813,32. Do confronto entre a receita arrecadada e a despêsa realizada, resulta o saldo de Cr$ .... 661.911,62, já indicado.

A receita arrecadada em 1949 foi maior em Cr$ .. 1.164.104,20 do que a verificada em 1948. No último quinquênio, a receita da Administração do Pôrto de Cabedelo apresenta o seguinte desenvolvimento:

	CR$	%
1945 —	1.421.180,20	—
1946 —	1.483.406,80	4,3
1947 —	1.968.796,10	32,7
1948 —	2.907.807,50	48,2
1949 —	4.071.911,70	40,0

PÔRTO DE JOÃO PESSOA

O movimento de embarcações a vela, no pôrto fluvial desta cidade, melhorou consideravelmente, em

relação ao do ano anterior. Tendo sido de 189 embarcações em 1948, alcançou, no ano passado, 282, com o aumento de 93 embarcações, ou seja 49,1%.

A ponte de atracação que, conforme foi referido na mensagem anterior, estava sendo construida pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, ainda não foi entregue á serventia do pôrto.

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Não se modificaram as relações de harmonia mantidas com o Poder Judiciário no decurso da atual administração.

Nenhuma alteração se verificou na divisão judiciária, em consequência da Lei nº 318, de 7 de janeiro de 1949, que fixou a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado.

Na mensagem anterior, salientou o Govêrno a necessidade de consolidar a legislação referente á organização judiciária, adaptando-se aos dispositivos processuais hodiernos, razão por que fôra encaminhado ao Legislativo, para o indispensável estudo e elaboração da competente lei, um ante-projéto originário da Secretaria do Interior e Segurança Pública. É de esperar que a Assembléia Legislativa, no seu alto descortino, nos conceda um estatuto de acôrdo com as necessidades e aspirações das nossas instituições jurídicas.

No que diz respeito á Justiça Eleitoral, integral tem sido a colaboração do Executivo.

No ano próximo passado, procedeu-se no município de Bonito de Santa Fé á eleição para preenchimento de uma vaga na Câmara local, em virtude do falecimento de um vereador e de não existirem suplentes no partido a que o mesmo pertencia. Idêntica eleição realizou-se no dia 30 de abril último, no município de Alagoa Grande.

POLICIA CIVIL

Nenhum fato se registrou que viesse perturbar o ambiente propício ao normal desenvolvimento dos negócios públicos e das atividades privadas, asseguado pelo integral respeito aos direitos dos cidadãos, sem distinção de preferências partidárias.

Infelizmente, ainda não foi possível dotar o Departamento da Policia Civil de instalações condígnas e do aparelhamento técnico exigido pelos seus serviços. Há ainda que cuidar do preparo do pessoal técnico. Motivos óbvios vêm obstando a introdução, no Estado, do ensino técnico-policial, único meio adequado áquele objetivo.

Todavia, dentro das suas possibilidades atuais, o Departamento da Policia Civil, sob a direção do Chefe de Policia do Estado, vem cumprindo a sua missão, com todos os seus serviços funcionando sem anormalidades.

Arquivo criminal — Êsse serviço é dos mais importantes da policia, porque cuida da policia judiciária, e está a exigir melhor orientação técnica e pessoal especializado. Durante o ano findo foram confeccionados 638 prontuários e fichados 1.892 individuos.

O Departamento da Policia Civil concedeu 238 folhas corridas e 428 atestados de boa conduta, expediu 384 guias de entrega e recolhimento de presos, 457 guias de desembaraço de embarcações e 585 guias de entêrro de indigentes e concedeu 18 licenças diversas.

Delegacia de Ordem Política e Social — Essa Delegacia não dispõe, quer quanto ao pessoal, quer quanto ao material, de elementos necessários ao desenvolvi-

mento de uma atividade mais eficiente no setor da sua especialidade, principalmente no que se refere aos meios preventivos. Entretanto, dentro dessas limitações, vem desempenhando de modo satisfatório os seus encargos na manutenção da ordem política e social.

Delegacia de Investigações e Capturas — São as mais variadas as atribuições, no setor das atividades policiais, da Delegacia de Investigações e Capturas, que tem a seu cargo serviços excessivos sem contar com pessoal suficiênte e capaz. O serviço de permanência geral foi melhorado e está funcionando com regularidade. O serviço externo é feito com certa deficiência, por não dispôr o Departamento da Policia Civil de meios necessários para a cobertura perfeita da cidade. Todavia, contando tão somente com os elementos de que dispõe, êsse serviço vem apresentando o máximo de rendimento.

Delegacia de Trânsito e Vigilância — O serviço de trânsito de veículos tem merecido a maior atenção das autoridades policiais do Estado. Ultimamente, está sendo objeto de especial cuidado o aspecto base do problema do tráfego público, que é a habilitação do motorista. Os exâmes têm se tornado mais rigorosos, com pessoal mais habilitado e moralmente capaz.

Durante o ano de 1949 foram registrados no Estado 2.859 veículos automotores, sendo: 1.073 automóveis de passageiros, 1.453 caminhões, 213 caminhonetes e 130 ônibus.

Instituto Médico Legal — Êsse serviço, apesar de deficiências materiais, funciona normalmente. Ressen-

te-se, no entanto, de aparelhagem própria para exames químicos e toxicológicos. Quanto á parte de identificação criminal e civil, o funcionamento é normal. Ultimamente foram adotadas novas carteiras de identidade, mais modernas e de porte mais cômodo.

O Instituto efetuou, no ano findo, 538 exames periciais diversos, realizou 295 identificações judiciárias e 9 de extrangeiros e expediu 2.376 carteiras de identidade, sendo para tal fim identificados no Registro Civil 2.275 requerentes. Foram colhidas 374 fotografias e extraidas 1.683 cópias fotográficas, e permutadas com os Institutos congêneres 1.364 individuais datiloscópicas.

SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

A necessidade da reorganização dos nossos serviços penitenciários foi acentuada na mensagem anterior. Visando concretizar as medidas julgadas necessárias, o Govêrno elaborou um projéto criando o Departamento de Presídios do Estado, e o encaminhou á Assembléia Legislativa em 7 de junho do ano próximo passado.

Nas considerações com que justificou o projéto, alega o Govêrno que, sendo uma só a legislação criminal e um só o regime de execução das penas, os estabelecimentos onde estas se cumprem devem obedecer a um tipo-padrão penitenciário, o que evidentemente só poderá ser conseguido mediante uma orientação técnica centralizada. O objetivo da proposta encaminhada ao Legislativo é a subordinação dos serviços penitenciários a um órgão central, destinado a coordenar as atividades daqueles serviços e dar-lhes a necessária orientação técnica e científica. Passariam a integrar o Departamento de Presídios, a Casa de Detenção, a Colônia Penal de

Mangabeira, o Centro de Reeducação Social, e as cadeias públicas do interior.

O poder legislativo, certamente, resolverá de acôrdo com o que as suas luzes lhe ditarem.

Casa de Detenção — A solução do problema penitenciário na capital só será conseguida satisfatoriamente com a centralização dos serviços em um único estabelecimento, subordinado á mesma orientação técnica e científica. Êsse objetivo poderia ser atingido com a ampliação da Colônia Penal de Mangabeira, de modo que para ela pudessem ser transferidos os sentenciados recolhidos á Casa de Detenção, assim como os procedentes das comarcas do interior para cumprirem pena nesta capital. Por outro lado, a manutenção de mais de um estabelecimento dessa natureza, na capital, resulta inconveniente aos interesses do Estado. De qualquer maneira, sob qualquer aspecto que seja encarado o problema, a sua execução ficará dependente de melhores possibilidades financeiras.

Em 1949, o movimento de detentos foi o seguinte: existiam 338, entraram 143, foram postos em liberdade 119, sendo 45 por cumprimento de pena, 42 por "habeas-corpus" e 31 por livramento condicional, faleceram 4, existem 358.

Foram realizados diversos serviços para melhoramento das acomodações.

Colônia Penal de Mangabeira — Êsse presídio está localizado na Fazenda Mangabeira, de propriedade do Estado e situada no município da capital, medindo cêrca de 795 hectares.

São satisfatórias as condições do presídio e afim

de que cumpra perfeitamente as suas finalidades, principalmente no que diz respeito á readaptação social do recluso, é indispensável submetê-lo a uma orientação técnica e científica, que será objetivada com a criação do Departamento de Presídios do Estado.

A atividade dos detentos é empregada em serviços agrícolas, com apreciável resultado. No ano recem-findo foram cultivados 140 hectares, sendo que a produção de 50 hectares cultivados pelos detentos é totalmente revertida em favor dos mesmos.

Em 1949, a produção superou as necessidades da Colônia, tendo sido fornecidos 5.500 quilos de farinha de mandioca á Casa de Detenção e vendidos 10.720 quilos de produtos diversos.

A atual administração dotou a Colônia de casa e instalações para a fabricação de farinha de mandioca e um estábulo, visando a melhorar o abastecimento da Colônia, e construiu um edificio escolar, para ministrar o ensino elementar á população infantil, composta dos filhos dos funcionários da Colônia, inclusive os filhos de presidiários cujas familias se acham residindo na Fazenda Mangabeira.

O movimento de reclusos, no ano próximo findo, foi o seguinte: existiam 89, entraram 51, foram transferidos 11 e postos em liberdade 35, existem 94 .

O estado sanitário do presídio foi bom, não se chegando mesmo a registrar nenhuma baixa á enfermaria. Em relação á população da Fazenda, calculada em 350 pessoas, compreendendo na sua totalidade funcionários do estabelecimento e respectivas famílias, e familias de presidiários, verificaram-se apenas dez casos de paludismo que, antes dos serviços realizados com a colabora-

ção do Serviço Nacional da Malária, assolava endemicamente.

A renda da Colônia em 1949, proveniente da venda de produtos diversos, foi da importancia de Cr$ ... 54.886,70.

Centro de Reeducação Social — É um estabelecimento destinado a recolher mulheres delinquentes, sediado nesta capital. Visando á sua finalidade principal, que é a readaptação social da reclusa, êsse estabelecimento, além de um curso de alfabetização, mantém o ensino de costura e trabalhos domésticos, como parte integrante da sua função educativa. A sua diretoria está confiada ás Irmãs do Bom Pastor, que têm a seu cargo o serviço de readaptação das detentas.

Atualmente acham-se internadas nêsse estabelecimento 18 reclusas, sendo 5 condenadas, 2 pronunciadas e 11 menores delinquentes.

Manicômio Judiciário — Êste estabelecimento constitui uma das unidades que integram a Assistência a Psicopatas, administrativamente subordinada á Secretaria da Educação e Saúde. A instituição vem atendendo de modo satisfatório ás necessidades da Justiça nêsse setor.

Cadeias Públicas — Continúa a exigir atenção o problema das cadeias públicas do interior que, na sua quase totalidade não oferecem as condições mínimas de higiêne e segurança requeridas. As condições do Tesouro não permitem, como é pensamento do Govêrno, a realização de um plano de construção de cadeias regionais, localizadas nas sédes das comarcas de maior importância e da readaptação das demais cadeias do interior. Entre-

tanto, já foi na atual administração inteiramente reformada a cadeia de Brejo do Cruz, assim como iniciada a construção da cadeia pública de Santa Rita, em vias de ser inaugurada, e da cadeia regional de Patos, de que se dá noticia em outra parte desta mensagem.

CONSELHO PENITENCIARIO

O Conselho Penitenciário realizou durante o ano passado 41 sessões ordinárias e 23 extraordinárias.

Foram emitidos 127 pareceres em processos submetidos á sua apreciação, sendo 82 de livramento condicional 3 de comutação de pena e 42 de indulto.

Dos pedidos de livramento condicional, 25 tiveram parecer contrário: de comutação, 3 obtiveram parecer favoravel, assim como 8 de indulto

Atingiu a 60 o número de detentos postos em liberdade, sendo 3 por comutação e 57 por livramento condicional.

POLICIA MILITAR

A Polícia Militar vem preenchendo as condições impostas ás Polícias Militares dos Estados, como reservas do Exército Nacional.

Em 31 de dezembro do ano findo, o efetivo da corporação era constituido de 1.566 homens, tendo havido, durante o ano 157 inclusões e 139 exclusões.

Além da instrução da tropa, ministrada de acôrdo com as normas regulamentares, funcionaram no ano de 1949 um curso de candidatos a sargentos, com a matrícula de 19 alunos, todos aprovados em exames e um curso de radiotelegrafista, com a matrícula de 13 alunos, sen-

do 8 aprovados e 5 desligados por falta de aproveitamento. Funcionou ainda em 1949 a escola regimental com a frequência média de 20 alunos.

O Serviço de Saúde, a cujo cargo se acha o Hospital da Polícia Militar, atendeu, no ano em referência, 119 casos de clínica médica e realizou 31 intervenções cirúrgicas e 377 análises diversas de laboratorio. Pelo Gabinete médico foram inspecionados, para efeito de engajamento, reengajamento e alistamento, 446 militares e 150 civís. O Gabinête Dentário atendeu a 464 militares e pessoas de suas famílias.

Para o Hospital da Polícia Militar foram adquiridos, além de outros materiais cirúrgicos, uma aparelhiagem para anestesia gasosa, com dispositivo para oxigenoterapia.

O Serviço de Transmissões mantém 9 estações radio-telegráficas instaladas no Quartel da Polícia Militar, no Palácio da Redenção e nas cidades de Campina Grande, Monteiro, Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras, Catolé do Rocha e Mamanguape, sendo que as quatro últimas fora de serviço. As demais vêm funcionando em condições irregulares dado o tempo de duração das mesmas. Além disso, os seus circuitos antigos são inadequados ao tráfego radiotelegráfico atual, tornando-se, portanto, necessária a substituição dessas estações por outras confeccionadas em circuitos modernos, controlados a cristal, adotados pelo Departamento Nacional de Correios e Telégrafos.

O Estabelecimento de Fardamento e Equipamento foi acrescido no ano findo de uma máquina de pontear, uma de frezar, uma de lixar saltos e uma bancada Singer com seis máquinas. Todas as máquinas são providas de motor elétrico. Em 1949 foram confeccionadas nas

oficinas do estabelecimento 9.052 vestimentas diversas, 2.912 pares de calçados e 692 peças diversas de tecidos e couro.

Companhia de Bombeiros — Por motivo da demolição do prédio onde se achava aquartelada á rua da Trincheiras, para construção do edifício da Secretaria de Educação e Saúde, a Companhia de Bombeiros foi transferida para um prédio alugado pelo Estado, á Rua Maciel Pinheiro, anexo ás oficinas do Departamento de Obras Públicas. Esta unidade vem prestando bons serviços, apesar das conhecidas deficiências do seu material.

Pela Lei n. 414, de 18 de janeiro do corrente ano foi criada a Taxa de Extinção de Incêndio, que será arrecadada em João Pessoa e em Campina Grande e se destina ao reequipamento da Companhia de Bombeiros da Capital e á instalação da de Campina Grande. De acôrdo com a mesma lei, a arrecadação da taxa está condicionada á efetivação das providências a serem por ela financiadas.

SERVIÇOS DIVERSOS

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Durante o passado exercício, o Departamento do Serviço Público teve ensêjo de examinar numerosos processos submetidos á sua apreciação, havendo emitido 3.616 pareceres e prestado 2.312 informações.

No mesmo período, processou as promoções nas carreiras de agente fiscal, contínuo, escriturário, fiscal de trânsito, guarda civil, inspetor técnico e oficial administrativo, tendo sido assinados os decretos de promoção de 127 funcionários.

Pela Divisão do Material foram recebidas 1.980 requisições e extraidos 3.047 pedidos para aquisição de material para as repartições públicas do Estado. Foram realizadas 14 concorrências públicas e 365 administrativas. As compras efetuadas elevaram-se a Cr$ ..... 7.355.086,50.

O movimento de processos atingiu a 11.435 .

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA

Integrando o sistema estatístico nacional, o Departamento Estadual de Estatística vem observando a orientação técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, dentro das suas possibilidades, desempenhando as tarefas que lhe são afetas.

A organização dos nossos trabalhos estatísticos ressente-se não só da falta de pessoal especializado, como, principalmente, da deficiência de material técnico. Em mensagem anterior focalizou-se a necessidade de ser contratado um equipamento Hollerith que satisfaça ás exigências das apurações estatísticas do Departamento. As máquinas existentes na Secretaria das Finanças não estão em condições de atender aos trabalhos da Estatística, ao mesmo tempo que prepara os daquela Secretaria. O contrato, pois, de um equipamento para servir exclusivamente ao Departamento de Estatística é uma necessidade indispensável e muito melhoraria os trabalhos de apuração, possibilitando a apresentação, absolutamente em dia, das estatísticas de importação e exportação, industriais e demográficas.

Objetivando o melhoria das condições atuais dêsse serviço, o Govêrno resolveu no projéto de lei de meios para 1950 os indispensáveis recursos orçamentários. Nenhuma providência, entretanto, poderá ser tomada naquele sentido, em razão de não ter sido votado o orçamento.

Não obstante as dificuldades indicadas, o Departamento Estadual de Estatística vem dando continuidade aos trabalhos de crítica e apuração das campanhas estatísticas e dos demais serviços da sua competência.

Pela divisão de estatística social, cultural, administrativa e política foram realizados os levantamentos referentes á XIII campanha estatística do I. B. G. E., num total de 209 tabelas, destacando-se as referentes a assistência médico-sanitária, ensino primário em geral, associações culturais, cooperativismo, serviços de utilidade pública, movimento da população, instituições de beneficência, organizações trabalhistas, cadastro pro-

fissional, melhoramentos urbanos, crimes e contravenções e muitas outras.

A divisão fisiográfica, demográfica e econômica coligiu dados sôbre custo da vida, estoque de mercadorias, agave, gado abatido, pecuária, finanças, registro industrial, importação e exportação. No que se refere à estatística industrial, verificou-se a existência em 1948 de 8.927 estabelecimentos, com um valor de produção de Cr$ 808.004.390,00.

A secção de estatística militar ultimou o levantamento dos veículos automóveis e hipomóveis existentes no Estado em 1949, por municípios, organizou o cadastro das propriedades rurais, pelo valor, área e população pecuária, no ano de 1947, e o cadastro profissional de 1949 e o inquérito de mobilização de pessoal e industrial de 1949.

Para divulgação de dados estatísticos, iniciou-se, em 1949, a publicação do "Boletim Estatístico", em edições mensais e depois bimestrais, por medida de ordem econômica. Dos boletins publicados, muitos tiveram suas edições esgotadas, dada a procura e o interesse despertado entre os estudiosos dos assuntos econômicos. Foram publicados, no ano findo, oito boletins, contendo fartas e variadas infomações.

BIBLIOTÉCA PÚBLICA

Não houve apreciável modifcação no interesse demonstrado, da parte do público, pela nossa Bibliotéca. No último ano registrou-se o comparecimento de 10.921 consulentes, contra 10.297, acusado em 1948, ou seja um aumento, apenas de 6%. O sistema de orientação, de catalogação e de controle precisa ser melhorado,

afim de que a Bibliotéca Pública possa preencher com mais eficiência a sua finalidade, equiparando-se ás demais instituições semelhantes que existem no país.

Em 1949 foram adquiridos mais 226 livros, além da doação de grande número de jornais, revistas e outras publicações.

ARQUIVO ESTADUAL

Não melhoraram, no ano findo, as condições do Arquivo Estadual, cujas instalações o Govêrno encontrou em estado precaríssimo. O prédio em que funciona o serviço, juntamente com a Bibliotéca Pública, não preenche as exigências mínimas de espaço suficiente para abrigar as duas repartições, de modo a poderem elas preencher integralmente os fins a que se destinam.

O Arquivo expediu 887 certidões em 1949, contra 397 em 1948, com um aumento, por conseguinte, de 123%.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Divisão de Imprensa Oficial — Além do "Diário Oficial" e do jornal "A União", a Divisão de Imprensa Oficial, no decorrer do exercício de 1949, confeccionou todo o material de expediente e outros trabalhos reclamados pelas necessidades do serviço público.

Dentro da sua finalidade de incentivo ás atividades culturais da Paraíba, o Departamento de Publicidade editou obras que foram confeccionadas na Imprensa Oficial, a qual ainda atendeu a diversas encomendas de particulares.

Procurando melhorar a aparelhagem gráfica que sôbre ser insuficiente, achava-se em condições precárias, devido ao prolongado uso, o atual Govêrno adquiriu o seguinte material: 2 máquinas Mergenthaler Linotype modêlos 31 e 32, que haviam sido encomendadas na administração anterior, 9 fontes de matrizes, peças e acessórios para linotipos e equipamento tipográfico para a Secção de Obras, no que foi dispendida a importância de Cr$ 609.924,10.

Por força de irregularidade verificada no mercado fornecedor de papel em bobina para imprensa, o "Diário Oficial" e "A União" têm tido, por vezes, a sua tiragem sacrificada, não tendo, porém deixado nem uma só vez de circular, não faltando também as providências necessárias para o restabelecimento da normalidade.

A renda líquida, proveniente de anuncios, publicações municipais e serviços outros prestados a particulares, ascendeu, em 1949, a Cr$ 504.785,50, constatando-se um aumento de Cr$ 100.266,10, em relação á renda de 1948 e de Cr$ 201.044,40, em relação á de 1947.

Os fornecimentos feitos ás repartições públicas estaduais totalizaram a importância de Cr$ 647.439,00 e o valor das publicações oficiais atingiu a Cr$ ..... 889.243,00, com o aumento de Cr$ 157.104,50, em relação ao ano de 1948.

O estoque de material existente em 31 de dezembro no Almoxarifado, constituído de material de consumo destinado aos serviços da Divisão, era de cêrca de Cr$ 600.000,00.

Divisão de Rádio-Difusão — O Govêrno atual encontrou em péssimas condições de funcionamento a apa-

relhagem técnica da P. R. I. — 4, Rádio Tabajara, emissora oficial a cargo da Divisão de Rádio-Difusão do Departamento de Publicidade. Submetida ao exame de um técnico do Departamento dos Correios e Telégrafos, julgou o mesmo desaconselhável quàlquer reparo da nossa emissora, de vez que, além de acarretar despêsas avultadas, não ofereceria possibilidade de se obter um funcionamento perfeito e a potência suficiente para as transmissões.

Resolveu então o Govêrno adquirir uma nova estação transmissôra para a P. R. I. — 4, que nessa época já havia suspendido as suas irradiações. Pelo Departamento do Serviço Público foi aberta a concorrência pública para o fornecimento de nova aparelhagem, para a qual apresentaram-se quatro proponentes. Julgada a concorrência, foi aceita a proposta da S|A Philips do Brasil, tendo, em seguida, sido assinado o contrato para o fornecimento de uma emissora completa com a capacidade de 10 Kw, pelo preço de Cr$ 1.850.000,00. O material já foi entregue e está sendo montado, sob a orientação técnica daquela organização.

Deverá ter lugar dentro de pouco tempo a inauguração da nova estação da P. R. I. — 4. A nossa emissora, que já tem um largo acêrvo de serviços prestados á radiofonia nesta região do país, ficará assim dotada de um transmissor á altura do nosso desenvolvimento, colocando-se entre as estações de maior projeção do nordeste, com um alcance que abrangerá todo o território nacional.

O transmissor que está sendo instalado pela S|A Phillips do Brasil, permitirá á Rádio Tabajara irradiar com a potência de 10 quilowatts, na frequência de 1.110 kilociclos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ajuda aos necessitados, por meio de assistência alimentar, médica, higiênica e educacional, é prestada pelo Estado através do Serviço de Assistência Social, que, de acôrdo com a sua finalidade, se subdivide em uma secção econômica, uma secção de educação e readaptação, uma secção médica e higiênica e uma secção jurídica.

A repressão á mendicância, que é outra finalidade dêsse Serviço, está sendo realizada com a necessária eficiência, tanto assim que, segundo já foi assinalado na mensagem anterior, a mendicância nesta capital está virtualmente extinta.

Vale acentuar que, apesar das suas atividades se limitarem á capital, o Serviço de Assitência Social as torna extensivas a outros meios, em casos especiais, como aconteceu por motivo do sinistro ocorrido na cidade de Esperança, a 22 de abril de 1949, e do incêndio em Baía da Traição, em 25 de setembro do mesmo ano, em que o Serviço contribuiu com auxilios em dinheiro, de Cr$ 50.000,00 e Cr$ 15.000,00, respectivamente. Outros auxílios foram ainda concedidos a instituições assistenciais, no interior, no valor de Cr$ 55.000,00.

A Secção Econômica, á qual está tambem afeta a repressão á mendicância, tudo fez para que se alcançasem, da melhor forma possível, os objetivos visados. No problema de combate á mendicância, no que se refere aos seus aspectos básicos: policial, social e humano, a fase policial se acha francamente vitoriosa, posto que se conseguiu afastar, com relativa facilidade, dos pontos urbanos, a presença de mendigos. A social e humana não alcançaram ainda o nível desejado de suficiência,

dada a precariedade de recursos financeiros. Não obstante, vem se mantendo a Casa do Pobre que acolhe, em média, 150 indigentes por dia, tendo em 1949 vestido todos os antigos mendigos e pobres, o que não pôde ser feito em 1948.

A Secção de Educação e Readaptação desenvolveu fecunda atividade em 1949. A escola pela mesma mantida á rua Diôgo Velho, nesta capital, acusa uma matrícula de 429 alunos de ambos os sexos. A essas crianças, além da instrução elementar propriamente dita, é ministrada instrução profissional, moral e cívica, bem assim assistência religiosa.

A Secção Médica e Higiênica atende não somente aos ex-mendigos e aos abrigados na Casa do Pobre, como também a famílias humildes que acorrem ao ambulatório. No ano findo foram atendidas 3.704 consultas, aplicadas 38.266 injeções e feitos 1.238 curativos. O gabinête dentário prestou assistência a elevado número de pobres e indigentes.

ASSISTÊNCIA A MENORES

O problema dos menores abandonados não teve ainda, entre nós, a solução desejada. O Estado mantém dois estabelecimentos, além do Abrigo Melo Matos administrado diretamente pelo Juizo de Menores. A iniciativa particular deve-se a existência de três organizações em favor da criança sem lar, nesta capital, e uma no interior.

Um dos aspectos do problema que ainda não foi encarado em nosso Estado, é o da instalação de creches, que têm a dupla finalidade de assistência á criança e auxílio á mãe pobre. Esta, quase sempre se vê impossi-

bilitada de trabalhar, ou por não poder abandonar o filho, ou porque a presença deste é motivo para recusa de emprego por parte do empregador. A localização de creches em alguns pontos da cidade seria um grande benefício e uma valiosa contribuição á obra de assistência á infância entre nós.

Estabelecimentos oficiais — Um dos estabelecimentos de assistência a menores, mantidos pelo Estado, é o Abrigo de Menores Jesús de Nazaré, nesta capital. O Abrigo recebe crianças de 0 a 5 anos, acolhendo-se até a idade de 12 anos. Existem 130 internadas. Durante o ano de 1949 sairam 25 e faleceu uma.

A administração continúa entregue a religiosas da Ordem Terceira dos Capuchinhos, sob a orientação do dr. Walfredo Guedes Pereira, fundador do Instituto de Proteção e Assistência á Infância.

O orçamento da República consignou a dotação de cem mil cruzeiros como auxílio ao Govêrno do Estado para a manutenção do Abrigo, importância esta que está sendo empregada na restauração da aparelhagem de refrigeração, autoclave e lavanderia elétricas, que se encontravam há vários anos sem funcionamento.

O outro estabelecimento estadual é a Escola Profissional Presidente João Pessoa, em Pindobal, no município de Mamanguape, que funciona também como reformatório de menores abandonados e delinquentes. Sôbre esse estabelecimento dão-se os precisos informes nesta mensagem, no capítulo referente á educação pública.

Instituições particulares — As instituições devidas á iniciativa de organizações filantrópicas vêm prestando

importante cooperação aos serviços oficiais, na campanha de assistência a menores na Paraíba. São o Instituto de Proteção e Assistência á Infância, o Orfanato Dom Ulrico e o Educandário Eunice Weaver, na capital, e o Instituto de Assistência á Infância, na cidade de Campina Grande.

O Estado subvenciona essas instituições, tendo sido, na atual administração, aumentadas as subvenções, de 48 mil cruzeiros para 120 mil cruzeiros.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAÍBA

As atividades do Montepio do Estado da Paraíba, em 1949, podem ser apreciadas através dos seguintes dados:

Arrecadação de prêmios: ..	2.909.957,20
Benefícios pagos:	720.013,70
Empréstimos rápidos:	5.434.018,90
Empréstimos a longo prazo:	1.715.625,50

Durante o exercício de 1948 o M. E. P. construiu 65 novas residências para os seus associados. Em 1949 foram construidas mais 82, elevando-se a 410 o total dos prédios para êsse fim já construidos por essa instituição.

No corrente ano foi iniciada a construção de mais 31 casas populares.

Monta a Cr$ 7.797.630,10 o total da importância invertida, no atual govêrno, na construção de imóveis para os segurados do Montepio, o que representa um auxílio valioso ao funcionário do Estado para a conquista do lar próprio.

MUSEU DO ESTADO

Pelo artigo 16 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual foi criado o Museu do Estado, cuja organização será regulada por lei.

Para cumprimento do preceito legal, o Govêrno em 18 de julho do ano passado, encaminhou á Assembléia Legislativa, onde se acha em estudo, o projéto de lei dando organização a êsse instituto, que se destina a conservar e perpetuar tudo o que possa interessar ao nosso patrimônio histórico e enriquecer a cultura paraibana.

TEATRO SANTA ROSA

A atual administração concluiu as obras de restauração do Teatro Santa Rosa, nas quais dispendeu a importância de Cr$ 288.780,00.

O Teatro Santa Rosa, que é, nesta capital, a única instituição oficial destinada ao cultivo das artes que lhe são inerentes, voltou a funcionar, já tendo alí se exibido diversas companhias e realizados festivais, sessões cívicas e solenidades diversas.

CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO

O Conselho Nacional de Geografia vem dando prosseguimento á elaboração da carta geográfica do Estado, contratada com o mesmo, conforme foi noticiado na mensagem anterior.

A prova, em desenho, da compilação feita pelos serviços técnicos do Conselho e por êste submetida á aprovação do Govêrno, já foi devidamente revisada e devolvida áquela instituição, a fim de terem prosseguimento

mento os trabalhos de arte gráfica, que serão executados nas oficinas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ASSISTÊNCIA AOS MUNICIPIOS

Com o fito de prestar aos municipios do Estado a assistência técnica no que diz respeito aos serviços de elaboração orçamentária, contabilidade, obras públicas e outros de interesse municipal ou regional, prevista no art. 24 da Constituição da República, o Govêrno enviou á Assembléia Legislativa, em 6 de junho do ano findo, um projéto de lei criando o Serviço de Assistência aos Municipios, orgão estadual, destinado a prestar, quando solicitada, a assistência técnica aos municipios do Estado.

Tratando-se de medida que visa a promover benefícios de interesse comum, é de esperar que venha alcançar dentro em breve, a devida aprovação legislativa.

Ao concluir a presente Mensagem, apraz-me reiterar aos representantes do povo paraibano na Assembléia Legislativa, as homenagens de minha mais elevada consideração.

Palácio do Govêrno do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 1º de junho de 1950.

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo
Governador do Estado

DESPÊSA

Sem cl		
Propri		
Circul	20.009.029,10	
Result	11.382.116,70	
Vária	19.376.314,40	
	22.998.734,30	
	10.905.477,30	
	6.650.178,00	
	13.259.131,40	
	617.941,80	
	11.504.576,60	
	6.977.532,50	123.681.032,10

BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCICIO DE 1949

RECEITA			DESPESA		
RECEITA ORÇAMENTARIA			**DESPESA ORÇAMENTARIA**		
Por incidencia			**ORDINARIA**		
			Por Serviços		
Sem classificação	31 667 683,30				
Propriedade	11 555 620,90				
Circulação da Riqueza	78 098 276,10		Administração Geral	20.009.029,-	
Rendimento da atividade do Estado	2 702 059,30		Evasão e Fiscalização Financeira	11 382 116,70	
Varia[illegible]	2 071 214,50	125 364 854,10	Segurança Publica e Assistencia Social	19 376 314,4[illegible]	
			Educação Publica	22.938 734,30	
			Saude Publica	10 905 477,30	
			Fomento	6 650 178,00	
			Serviços Industriais	13.259 131,40	
			Divida Publica	617 941,80	
			Serviços de Utilidade Publica	11 504 576,60	
			Encargos Diversos	6 977 532,50	123 681 032,10
			CREDITOS ESPECIAIS		
			Por serviços		
			Administração Geral	48 000,00	
			Segurança Publica e Assistencia Social	16.736,50	
			Educação Publica	54 876,50	
			Saude Publica	12 415,90	
			Fomento	66 618,00	
			Serviços Industriais	10 764 330,10	
			Divida Publica	2 272.000,00	
			Serviços de Utilidade Publica	5.573 430,80	
			Encargos Diversos	405.926,10	19.514.333,90
		125 364 854,10			143.195.366,00
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA			**DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA**		
Restos a Pagar	11 635 877,70		Restos a Pagar		6.467 508,00
Depositos	43 873 791,70		Depositos		29.734.310,30
Diversos	3 [illegible] 300,00	66 615 669,40	Diversos		3.254.087,90
					39.455.906,20
SOMA		191 683 523,50	SOMA		182.651.272,20
SALDOS DE 1948			**SALDOS PARA 1950**		
Em Caixa	2 [illegible] 1 256,70		Em Caixa		2.175 504,20
Em Bancos	3.843.819,90		Em Bancos		14.365 366,20
Em poder de exatores e outros responsaveis	[illegible] 1 4 168,50		Em poder de exatores e outros responsaveis		6.218 718,40
Diversos	3.020.507,00	16 842 752,10	Diversos		3.115.414,60
					25 875.003,40
TOTAL		208 526 275,60	TOTAL		208.526.275,60

PASSIVO

E	517.014.6(		
E	592.563,9		
E	1.427.188,6(		
.. .. ..	830.193,1(		
.. .. ..	19.655.877,7(	23.022.837,90	
V			
E			
.. .. ..	3.613.718,7(		
.. .. ..	13.927.568,40	17.541.287,10	40.564.125,00
B			
B			
B			
C			
D	3.330.000,0(		
.. .. ..	4.816.248,2(		
.. .. ..	7.720.263,94		
o Côco A.			

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCICIO DE 1949

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO			
Disponivel			
Em Caixa	2.175 504,20	25 875 003 40	
Em Bancos	14 365 366,20		
Em poder de diversos	9 334 133,00		
Realizavel			
Valores pertencentes ao Estado	3 473.442,00		
Emps as Prefeituras Municipais	3 543 491,00	7.016.933,00	32 891 936,40
ATIVO PERMANENTE			
Bens imoveis	122 481 861,80		
Bens moveis	18.018 567,10		
Bens de natureza Industrial	16 963 498,90		
Obras em construção	13.937.214 10		
Diversos	9.014.747 90	180 415 889,80	180 415.889,80
SOMA DO ATIVO			213 307 826,20
ATIVO COMPENSADO			
Valores em poder de terceiros		063 557 367,30	
Valores de terceiros		1 271 564,30	1 064 828.931 60
TOTAL			1 278.136.757,80

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO			
Restos a pagar.			
Exercicio de 1945	517.014,6		
Exercicio de 1946	592.563,9		
Exercicio de 1947	1.427.188,6		
Exercicio de 1948	830.193 10		
Exercicio de 1949	19 655.877,70	23.022.837,90	
Depositos			
Especial zados	3.613.718,70		
Diversas Origens	13 927 568,40	17.541.287,10	40.564.125,00
PASSIVO PERMANENTE			
Divida não consolidada			
Governo Federal C. Emprestimo	3.330.000,00		
Porto de Cabedelo C Especial	4.816.248,20		
Credores por Dividas Reconhecidas	7.720.263,94		
banco do Brasil e Inds Reunidas do Cóco A. TOURINHO	884 994,60	16.751.506,74	
Divida consolidada interna			
Banco do Brasil S A e de Emprestimo	10 000 000,00		
Caixa Econômica Federal Rio — C de Emprestimos	5 430 956,30		
Portadores de Apolices da Divida Publica do Estado	2 982.200,00	18 413.156,30	35 164 663,04
SOMA DO PASSIVO			75.729.788 04
SALDO ECONÔMICO			
Patrimônio liquido			137.579.038,16
SOMA			213.307 826,20
PASSIVO COMPENSADO			
Contra partida de valores em poder de terceiros		1.063.557.367,30	
Contra partida de valores de terceiros		1.271.564,30	1.064.828.931.60
TOTAL			1.278.136 757,80

IAÇÕES ATIVAS

Admi	
Exaçã	31.667.683,30
Segur	
Educa	10.555.620,90
Saúde	
Fome	78.068.276,10
S	

BALANÇO ECONÔMICO DO EXERCICIO DE 1949

(Demonstração da Conta Patrimonial)

VARIAÇÕES PASSIVAS

DESPÊSA ORÇAMENTARIA			
ORDINARIA			
Por Serviços			
Administração Geral	20.009.029,10		
Exação e Fiscalização Financeira	11.382.116,70		
Segurança Publica e Assistência Social	19.376.314,40		
Educação Pública	22.998.734,30		
Saude Pública	10.905.477,30		
Fomento	6.650.178,00		
Serviços Industriais	13.259.131,40		
Divida Pública	617.941,80		
Serviços de Utilidade Publica	11.504.576,60		
Encargos Diversos	6.977.532,50	123.681.032,10	
CRÉDITOS ESPECIAIS			
Por Serviços			
Administração Geral	48.000,00		
Segurança Pública e Assistência Social	16.736,50		
Educação Publica	54.876,50		
Saude Pública	12.415,90		
Fomento	66.618,00		
Serviços Industriais	10.674.330,10		
Dívida Pública	2.272.000,00		
Serviços de Utilidade Pública	5.873.430,90		
Encargos Diversos	405.926,10	19.514.333,90	143.195.366,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Por via orçamentária			
Cobrança da divida ativa	560.853,30		
Emprestimos contraidos	15.430.956,30		
Emissão de Apolices da Divida Pública do Estado	938.400,00	16.932.209,60	
Por via extraorçamentária			
Insc. de Dividas Passivas			
Dividas reconhecidas 4.680.611,90			
Banco do Brasil C. de Inds. Reunidas do Coco A. TOURINHO S/A 884.994,60	5.565.606,50		
Desincorporação de obras em construção por conta do saldo de 1948 concluidas nêste exercicio e incorporadas			
Aos bens imóveis 209.124,80			
Aos bens de natureza industrial 3.438.184,60	3.647.309,40		
Diversos	84.807,90	9.297.723,80	26.227.933,40
TOTAL			169.423.299,40

VARIAÇÕES ATIVAS

RECEITA ORÇAMENTARIA			
Por incidência			
Sem classificação		31.667.683,30	
Propriedade		10.555.620,90	
Circulação da riqueza		78.068.276,10	
Resultante da atividade do Estado		2.702.059,30	
Varias incidências		2.071.214,50	125.064.854,10
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Por via orçamentária			
Construção e aquisição de bens imóveis	5.671.175,20		
Aquisição de bens móveis	1.046.725,50		
Construção e aquisição de bens de natureza industrial	1.158.735,40		
Amortização e resgate da divida passiva	2.889.941,80		
Obras em construção no exercicio, não concluidas	12.929.803,80		
Aquisição de títulos	85.895,00		
Diversos	1.051.026,50	24.833.303,20	
Por via extraorçamentária			
Incorporação da divida ativa	1.150.125,30		
Incorporação de outros creditos	884.994,60		
Cancelamento de dividas passivas	1.197.618,80		
Incorporação por transferência da conta "Obras em Construção" por conta do saldo de 1948 sendo			
Bens imóveis 209.124,80			
Bens de natureza industrial 3.438.184,60	3.647.309,40		
Aquisição de bens imóveis	2.520.000,00		
Diversos	234.305,00	9.634.353,10	34.467.656,30
RESULTADO ECONÔMICO DO EXERCICIO			
Deficit verificado:			
Deficit orçamentário		18.130.511,90	
Menos superavit patrimonial		8.239.722,90	9.890.789,00
TOTAL			169.423.299,40

Territó
Transm
Transm
Venda
Export
Indust
Sêlo
Transa
Explo
Jogos

Serviç
Estatís
Para

Renda
Renda

Trans
Servi
Estab

Comb

Alien
Cobra
Recei
Inden
Cotas
Cont
Cont
Multi
Event

QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO EFETUADA NO QUINQUÊNIO 1945-1949

NATUREZA	1945	1946	1947	1948	1949
TRIBUTARIA					
Impostos					
Territorial	2.050.867,8[illegible]	2.963.531,80	2.986.560,50	3.715.188,20	3.686.591,70
Transmissão causa mortis	499.922,8[illegible]	855.461,30	788.617,30	1.665.467,70	1.665.467,70
Transmissão inter vivos	5.444.8[illegible]	4.492.124,90	3.17[illegible].754,00	4.235.632,80	5.203.561,50
Vendas e consignações	26.202.691,50	35.962.184,00	44.859.230,30	69.292.691,30	69.169.186,40
Exportação	1.128.234,50	5.82[illegible].602,70	12.498.167,50	14.171.390,00	7.861.411,00
Industrias e profissões	4.9[illegible]	6.533.426,50	7.421.295,50		—
Sêlo	1.179.121,[illegible]	1.511.058,80	1.542.671,80	2.199.796,20	2.071.214,50
Transações e inversão de capitais	95.97[illegible]	189.81[illegible],60	84.852,00	141.589,70	75.173,50
Exploração agrícola e industrial	[illegible]	1.7[illegible]7,00	1.[illegible]44.187,10	964.314,00	962.541,20
Jogos e diversões	1.114,[illegible]	852.720,40	—	—	—
Taxas					
Serviços de trânsito	163.460,[illegible]	485.10[illegible],00	490.593,00	739.050,00	810.385,00
Estatística	791.812,[illegible]	888.775,80	824.678,50	1.433.649,00	1.630.101,80
Para fins hospitalares	213.1[illegible]	1.625.290,00	37.535,10	270.400,00	261.572,50
PATRIMONIAL					
Renda imobiliária	29.113,90	14.615,60	23.261,30	31.716,30	18.205,20
Renda de capitais	85.223,4[illegible]	78.511,50	291.178,10	80.928,10	45.671,50
INDUSTRIAL					
Transportes	1.421.180,20	1.48[illegible].406,80	1.968.7[illegible],10	—	—
Serviços Urbanos	6.325.876,20	6.172.449,50	6.922.422,70	7.287.870,10	7.383.559,60
Estabelecimentos e serviços diversos	1.970.500,80	2.136.774,90	2.633.256,00	3.890.539,90	3.179.212,30
DIVERSAS					
Combustíveis e lubrificantes	1.446.556,50	1.95[illegible].450,00	—	—	—
EXTRAORDINÁRIA					
Alienação de bens patrimoniais	136.696,60	1[illegible]	77.432,60	58.144,40	—
Cobrança da dívida ativa	301.696,10	402.306,20	537.690,50	8[illegible]1.646,60	560.853,30
Receita de exercícios anteriores	174.887,60	1.059.968,80	932.853,30	3.119.801,80	1.177.709,80
Indenizações e restituições	32.560,[illegible]	11[illegible].645,70	103.192,40	98.892,90	226.081,20
Cotas de Fiscalizações diversas	61.910,[illegible]	52.253,00	64.901,60	56.400,00	46.200,00
Contribuições da União	1.000.000,00	—	—	—	—
Contribuições dos Municípios	1.757.691,[illegible]	1.503.670,00	2.088.607,00	4.141.415,20	—
Multas	312.32[illegible],900	361.748,80	353.822,8[illegible]	98.892,90	581.011,30
Eventuais	391.353,8[illegible]	[illegible]174,10	503.409,80	952.624,70	2.076.022,80
Total	59.485.511,70	77.8[illegible].805,10	91.35[illegible].585,50	118.967.195,30	108.695.497,80

Ensino Superior 57

Faculdade de Filosofia da Paraíba .. 58
Escola de Agronomia do Nordeste .. 59
Faculdade de Ciências Econômicas .. 61
Faculdade de Direito da Paraíba 61

QUADRO COMPARATIVO DA DESPÊSA EFETUADA NO QUINQUENIO 1945-1949

SERVIÇOS	1945	1946	1947	1948	1949
Administração Geral	4.715.878,[illegible]	6.[illegible]1.695,10	1[illegible]563.889,55	13.187.722,90	20.057.029,10
Exação e Fiscalização Financeira	4.69[illegible]52,80	6.310.364,00	8.610.023,20	9.509.584,20	11.382.116,70
Segurança P[illegible] Assistência Social	9.02[illegible]	13.966.009,50	17.815.071,30	17.828.507,10	19.393.050,90
Educação Pública	8.[illegible]	13.388.111,90	18.[illegible]82.822,70	20.339.578,70	23.053.610,80
Saúde Pública	4.848.537,[illegible]	6.545.079,90	7.293.333,70	8.540.326,40	10.917.893,20
Fomento	3.162.771,8[illegible]	4.080.523,20	4.375.406,30	6.334.603,20	6.716.796,00
Serviços Industriais	11.844.412,5[illegible]	10.981.133,10	13.721.802,80	14.966.921,00	24.023.461,50
Dívida Pública	1.398.624,2[illegible]	1.680.85[illegible],35	4.827.784,10	5.[illegible]4.827,[illegible]0	2.889.941,80
Serviços de Utilidade Pública	6.814.578,30	8.168.910,50	4.816.511,5[illegible]	15.206.736,70	17.378.007,40
Encargos Diversos	3.838.587,10	4.104.836,50	5.600.966,70	6.652.457,40	7.383.458,60
Total	59.0[illegible]	[illegible]	96.007.611,8[illegible]	118.361.264,90	143.195.366,00

SUMÁRIO

Pag.

INTRODUÇÃO 3

FINANÇAS 23

Situação Financeira 26
A Execução Orçamentária 34
Receita 37
Despêsa 39
Ativo e Passivo 40

Dívida Passiva do Estado 41
Emissão de Apólices para consolidação da Dívida Flutuante 43
Empréstimo à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro 45
Banco do Estado da Paraíba 46
O Problema do Funcionalismo 48
Retrospecto Financeiro 53

EDUCAÇÃO 57

Ensino Superior 57

Faculdade de Filosofia da Paraíba .. 58
Escola de Agronomia do Nordeste .. 59
Faculdade de Ciências Econômicas .. 61
Faculdade de Direito da Paraíba 61

Pag.

Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia 61

Ensino Médio 62

Colégio Estadual da Paraíba 62
Colégio Estadual de Campina Grande 63
Ginásio Rural de Sapé 63
Cursos Normais 63
Estímulo à iniciativa particular 64

Ensino Primário 66

Despêsa com o Ensino Primário 66
Unidades Escolares 67
Matrícula Geral 68
Frequência 69
Pessoal Docente 69
Fiscalização do Ensino 70

Ensino Profissional 71

Escola Profissional Presidente João Pessoa 72
Escolas de Menores 73

Ensino de Adultos 73
Escolas Rurais 74
Prédios Escolares 75

Pag.

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR 82

Unidades Sanitárias 82

Centro de Saúde da Capital 82
Centro de Puericultura de Cruz das Armas 83
Centro de Puericultura "Teixeira de Vasconcelos» 84
Lactário Clarisse Justa 84
Centro de Saúde de Campina Grande 84
Postos e Sub-Postos de Higiêne 85
Edifício do Centro de Saúde da Capital 86
Construção de Unidades Sanitárias no Interior 87

Assistência Hospitalar 87

Hospital Regional de Campina Grande 89
Hospital Regional de Guarabira 89
Hospital Regional de Itaporanga 90
Hospital Regional de Itabaiana 90
Hospital Regional de Patos 90
Hospital de Santa Rita 91
Hospital de Alagoa Grande 91
Hospital de Antenor Navarro 91

Pag.

Hospitais Especializados 91

Assistência à Psicopatas 91
Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil 92
Colônia Getúlio Vargas 92
Hospital Clementino Fraga 93
Hospital para Tuberculosos, em Cajazeiras 94
Hospital João da Mata 95

Assistência à Maternidade e à Infância .. 96

Maternidade de Itabaiana 96
Maternidade de Bananeiras 97
Maternidade de Catolé do Rocha .. . 97
Maternidade de Santa Luzia 97
Maternidade de Sapé 97
Maternidade de Cajazeiras 97
Pôsto de Puericultura de Campina Grande 97

Fundo Internacional de Socôrro à Infância 97
Combate Sistemático às Doenças e Campanhas Sanitárias 99

Campanha contra o Tracoma 100
Campanha contra a Malária 101
Campanha contra a Bouba 102
Campanha contra as Helmintoses .. . 102
Campanha contra as Doenças Venéreas 104

Pag.

Campanha contra a Difteria e a Coqueluche 105
Campanha contra a Tuberculose 105
Campanha contra a Doença de Chagas 106
Campanha contra Protozooses Intestinais 107

Serviço Especial de Saúde Pública 108
Bioestatística e Educação Sanitária 109
Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos 110
Curso de Preparação de Pessoal para-Médico 111
Outras Iniciativas 112

AGRICULTURA 115

Produção Vegetal 117

Defesa Sanitária Vegetal 119
Máquinas Agrícolas 120
Oficina Simões Lopes 122
Campos de Cooperação 123
Distribuição de Sementes 124
Cultura do Algodão 125
Cultura do Agave 127
Hôrto Simões Lopes 129
Colônia Agrícola de Camaratuba 129
Novas Culturas 130

Produção Animal 131

Pag.

Granja São Rafael 132
Fazenda Riacho dos Cavalos 133
Fazenda Pendência 134
Agrostologia 134
Defêsa Sanitária Animal 135
Inseminação Artificial 135

Exposição Paraibana de Animais 136
Classificação de Produtos Agro-Pecuários 136
Assistência ao Cooperativismo 139
Junta Comercial 139
Instituto Tecnológico 140

OBRAS PÚBLICAS 143

Obras iniciadas em Administrações anteriores e concluidas no Govêrno atual 143

Obras construidas no Govêrno atual 144

Obras em projeto 146

Obras em cooperação com o Govêrno Federal 147

Reparos e Conservação de Próprios Estaduais 148

Serviços Administrativos 149

Açudagem 150

Pag.

Açudes em cooperação com o D.N.O.C.S. 150
Açudes Estaduais 151
Poços Tubulares 152

ESTRADAS DE RODAGEM 153

Estradas de 1ª Classe 153
Estradas de 2ª Classe 156
Auxílio para o Desenvolvimento Econômico do Estado 157
Conservação de Estradas 159
Melhoramentos 160
Programa de Obras para 1950 160

ÁGUA E SANEAMENTO 163

Abastecimento de Água de Marés 165
Abastecimento de Água de Catolé do Rocha 166
Estudos e Projetos 167
Serviços da Capital 167
Serviços de Campina Grande 169
Serviços de Alagoa Grande 170

SERVIÇOS ELÉTRICOS 173

PÔRTO DE CABEDELO 179

Pôrto de João Pessoa 185

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA 187

Pag.

Polícia Civil 188

Delegacia de Ordem Política e Social 188
Delegacia de Investigações e Capturas 189
Delegacia de Trânsito e Vigilância .. 189
Instituto Médico-Legal 189

Serviços Penitenciários 190

Casa de Detenção 191
Colônia Penal de Mangabeira 191
Centro de Reeducação Social 193
Manicômio Judiciário 192
Cadeias Públicas 193

Conselho Penitenciário 194

Polícia Militar 194

Companhia de Bombeiros 196

SERVIÇOS DIVERSOS 197

Departamento do Serviço Público 197
Departamento Estadual de Estatística . . . 197
Biblioteca Pública 199
Arquivo Estadual 200
Departamento de Publicidade 200

Divisão de Imprensa Oficial 200
Divisão de Rádio-Difusão 201

Pag.

Assistência Social 203
Assistência a Menores 204

Estabelecimentos Oficiais 205
Instituições Particulares 205

Montepio do Estado da Paraíba 206
Museu do Estado 207
Teatro Santa Rosa 207
Carta Geográfica do Estado 207
Assistência aos Municípios 208

Biblioteca do Ministério da Fazenda

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

			Imp. Nacional —

M. FAZENDA
D.A [illegible]
1 9 9 9 5
C[illegible]

Biblioteca do Ministério da Fazenda

647-51 353.98133
M548
Paraíba (Estado). Governadores.
AUTOR
Mensagem - 1950.
TÍTULO

Devolver em	NOME DO LEITOR

647.51 353.98133
M 548